

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

A FAMILIARIDADE COM A POLÍTICA: Representações e  
Práticas na Política, um Estudo do Caso do Partido Progressista Brasileiro  
- PPB - em Porto Alegre, 1996

JOSÉ DO NASCIMENTO JÚNIOR

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em  
Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para  
obtenção do título de Mestre

Orientador: Prof. Doutor Ruben George Oliven

Porto Alegre, 1999

***“ L’homme y passe à travers des forêt de symboles. Qui l’observent  
avec des regards familiers”  
( Charles Baudelaire, Correspondence in Les Fleurs du Mal )***

## RESUMO

Esta dissertação é um estudo antropológico a respeito do Partido Progressista Brasileiro-PPB, em Porto Alegre, durante as eleições municipais de 1996. Pretendendo ser uma contribuição para a temática da antropologia da política. O trabalho teve como objetivo desvelar os mecanismos de representação e práticas políticas do grupo de candidatos a vereador. Analisou-se como as biografias dos candidatos estão articuladas com as ações rituais do partido. O presente estudo possibilitou discutir, no âmbito das sociedades contemporâneas, os referenciais do ritual na política moderna, a família e sua importância como instituição na ação política, enfim as questões que são levadas em conta quando alguém quer se tornar candidato.

**Palavras chave:** *Antropologia da Política, Partido Político, Ritual e Política, Família e Política.*

## ABSTRACT

This dissertation is an anthropological study about the Progressive Brazilian Party (Partido Progressista Brasileira – PPB) during the municipal election of 1996 in Porto Alegre, RS, Brazil. As a contribution to Political Anthropology, this research had as its goal to reveal the mechanisms of representation and the political practices of the candidates running for city councilors. The biographies of the candidates are compared with the ritual actions of the party. This study has made a discussion of the points to be considered when one wants to become a candidate, in the realm of contemporary societies, of the ritual references in modern politics, in the family and its importance as an active political institution.

**Key-words:** *Political Anthropology, Political Party, Ritual and Politics, Family and Politics.*

## RÉSUMÉ

Ce mémoire constitue une étude anthropologique sur le Parti Progressiste Brésilien (PPB), à Porto Alegre, lors des élections municipales de 1996 et s'inscrivant ainsi dans la perspective thématique de l'anthropologie politique. L'objectif de ce travail est de mettre en évidence les mécanismes de représentation et de pratiques politiques du groupe de candidats au Conseil Municipal. Pour ce faire, nous avons analysé la façon dont les biographies des candidats s'articulent aux actions rituelles du parti. Cette étude a permis de souligner, dans le contexte des sociétés contemporaines, les références du rituel dans la politique moderne, ainsi que la famille comme institution et son importance dans l'action politique, c'est à dire les questions qui sont soulevées lorsque quelqu'un pose sa candidature.

**Mots-clés:** *Anthropologie de la Politique, Parti Politique, Rituel et Politique, Famille et Politique.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a todos que de alguma forma contribuíram para a minha formação acadêmica nesses trinta e dois anos.

Ao CNPq que concedeu-me a bolsa de mestrado que possibilitou a realização desse trabalho.

Ao Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, pelos caminhos abertos nessa trajetória antropológica.

Ao Partido Progressista Brasileiro-PPB, em especial ao seu presidente, Celso Bernardi, agradeço a todos que entrevistei e com os quais aprendi mais sobre os valores da família e da política neste país.

Ao CEDEC-Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, na pessoa dos professores José Álvaro Moisés, Pedro Jacobi e Tulo Vigevani.

À PUC/SP- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na pessoa dos professores, Edgar Assis Carvalho, Edson Nunes, José Mário Ortiz, Lúcia Helena Rangel, Mariza Werneck e Miguel Chaia.

À professora Sílvia Borelli, PUC/SP, que desviou-me do caminho da Ciência Política e com sua paixão pela Antropologia marcou definitivamente esse trajeto, à amiga muito obrigado.

Aos Professores do Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, que faço questão de citar, pois todos de alguma forma têm participação neste trabalho: Ana Luiza Rocha, Ari Pedro Oro, Carlos Alberto Steil, Ceres Victora, Claudia Fonseca, Cornelia Eckert, Daisy Macedo de Barcellos, Daniela Knauth, Maria Elizabeth Lucas, Maria Eunice Maciel, Ondina Fachel Leal, Oscar Agüero e Sérgio Alves Teixeira.

Gostaria aqui de fazer uma referência especial à memória de Noemi Castilhos Britto.

A todos os funcionários da Biblioteca do IFCH, em especial Lizete, Angela, Cris.

Aos meus amigos paulistas que sempre me estimularam neste trabalho: Luís Barreto, Lúcia Massini, Vicente Trevas, Adriana Rolim.

À Sandra de Oliveira Braga que sempre acreditou: que ia dar certo, o meu muito obrigado.

À Lisete May Allgayer e Carlos Alberto Allgayer, com a amizade e o carinho e de seus familiares, sem isso Porto Alegre não teria existido na minha biografia.

À Graça Ilgenfritz pelos incentivos e carinho com que acompanhou este trabalho, obrigado.

A todos os colegas de mestrado com quem compartilhei os debates em sala de aula, nos bares, nas viagens, Rogério, Arlei, Mirna, Miguel, Chico.

Ao amigo e colega de angústias e alegrias da confraria antropológica, João Fernando Trois e família

À amiga de vários estudos chás, cafés e bolos Patrice Schuch e família.

À Zulmira Newlands Borges cuja amizade e dedicação possibilitaram em muito a realização deste trabalho, é com carinho que lhe agradeço.

À Flávia Rieth que, ao longo de minha trajetória no campo da antropologia, tornou-se uma amiga e interlocutora paciente e dedicada, este trabalho tem muito de nossas conversas, obrigado.

À Rosi, Meri, Rosimeri, essa que é três pessoas em uma, pela sua eficiência como secretária do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, sempre pronta a solucionar nossas demandas, mas pela amizade que se consolidou ao longo desses anos, muito obrigado.

A meu orientador Ruben George Oliven, pelo incentivo e amizade dedicados a mim ao longo dessa trajetória antropológica, contribuindo sobremaneira para o meu crescimento intelectual neste caminho que escolhi, obrigado.

E, por último e não menos importante, aos familiares e, em especial, aos meus pais Yara e José, com os quais tudo de fato começou.

## ÍNDICE

RESUMO .....	3
ABSTRACT .....	4
RÉSUMÉ .....	5
AGRADECIMENTOS.....	6
ÍNDICE .....	9
INTRODUÇÃO.....	11
<b>1 PARTIDO POLÍTICO COMO OBJETO ANTROPOLÓGICO .....</b>	<b>13</b>
1.1 INSERÇÃO EM CAMPO: CONFRONTANDO SIGNIFICADOS .....	18
<b>2 ANTROPOLOGIA E POLÍTICA : REPERTORIANDO UM DIÁLOGO ANTIGO.....</b>	<b>30</b>
2.1 POLÍTICA É SÍMBOLO .....	43
2.2 POLÍTICA, TRÊS ELEMENTOS: TERRITORIALIDADE, ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PARENTESCO, E RITUAL .....	49
2.2.1 <i>Território</i> .....	49
2.2.2 <i>Organização social e parentesco</i> .....	50
2.3 <i>O aspecto ritual</i> .....	51
<b>3 RITUAL E POLÍTICA: CONSTRUINDO DISTINÇÕES COMPONDO IDENTIDADES .....</b>	<b>53</b>
3.1 UMA CONVENÇÃO, UM RITUAL.....	54
3.2 ANALISANDO O RITUAL .....	59
3.3 CARACTERÍSTICAS DA CONVENÇÃO .....	62
3.4 A AÇÃO, PERFORMANCE E CORPO .....	64
3.5 CONSTRUINDO A CIDADE.....	71
3.6 REGIONALISMO COMO REFERÊNCIA .....	76
3.7 O PARTIDO COMO UMA FAMÍLIA .....	79
<b>4 A CONSTRUÇÃO DO POLÍTICO: TRAJETÓRIA E REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA</b>	

<b>POLÍTICA.....</b>	<b>85</b>
4.1 OS CANDIDATOS.....	86
4.2 ANALISANDO AS MITOLOGIAS DE ORIGEM.....	91
4.3 A ESCOLHA PARTIDÁRIA .....	100
4.4 SER OU NÃO SER CANDIDATO .....	104
4.5 A FAMÍLIA E A POLÍTICA.....	106
4.6 O COTIDIANO E O TEMPO PARA A POLÍTICA .....	116
<b>(IN) CONCLUSÃO .....</b>	<b>119</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>127</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>134</b>

## INTRODUÇÃO

No primeiro capítulo, me detenho na descrição da trajetória da construção do objeto. Partindo da minha relação como pesquisador e militante político, com o tema “política” descrevo o processo de inserção em campo e o estranhamento no sentido de trabalhar com um grupo político que socialmente é colocado como “conservador e de elite”. Também penso o estudo antropológico de um Partido Político, neste caso o PPB, à época das eleições municipais de 1996, observando o Partido como instituição da modernidade e como fenômeno cultural dentro do campo político

No segundo capítulo, me proponho a revisar a literatura antropológica sobre os estudos na área da política. Trabalho a intercessão entre essas áreas sob o ponto de vista da Antropologia. Ao final do capítulo, apresento uma proposta de retomada em outra escala de recortes que a ciência antropológica realizou ao longo de sua trajetória na abordagem da política .

No terceiro capítulo, tomo a convenção municipal do PPB como um evento político, um ritual onde se instituem os candidatos como tais. Neste evento, que é o espaço privilegiado de pensar a construção da identidade partidária, faço a etnografia do ritual, comento e analiso fragmentos de discursos apontando os valores nos quais os candidatos se baseiam para constituir sua distinção.

No quarto capítulo, procuro analisar a representação social da política que os candidatos entrevistados possuem. Partindo de suas trajetórias sociais e políticas, procuro interpretar quais as motivações que levam esses indivíduos a ingressarem na política e serem candidatos, o que os leva a querer representar esse grupo. Para tanto, descrevo e

analiso as entrevistas procurando, através de temas como família e lazer dentre outros, desvendar o sistema de significados que constitui a representação dessas pessoas sobre a política.

## 1 PARTIDO POLÍTICO COMO OBJETO ANTROPOLÓGICO

*“Nada se assemelha mais ao pensamento mítico que a ideologia política. Em nossas sociedades contemporâneas, talvez esta tenha se limitado a substituir aquele”*

(Claude Lévi-Strauss, *Antropologia Estrutural I*)

É desnecessário dizer que o objeto de pesquisa se constrói ao longo da pesquisa de campo; inúmeras questões vão surgindo e a pesquisa pode até mudar de rumo conforme as descobertas de campo. O pesquisador vai a campo com algumas idéias pré concebidas que podem se confirmar, mas, na maioria das vezes, a realidade o surpreende. No caso desta pesquisa, vale a pena ressaltar que meu contato com a política tem uma longa trajetória. Não posso deixar de fazer referência ao fato de ter convivido desde a infância com esse universo, de uma maneira indireta, através de membros da família que atuaram no espaço político. Também não posso deixar de trazer o fato de ter participado como militante, em São Paulo, do Partido Comunista Brasileiro e do Partido dos Trabalhadores. Desse modo, meu contato com a política é bastante antigo, tanto como militante de partidos de esquerda como na minha trajetória pessoal.

A idéia de trabalhar a interface da Antropologia e da política, é uma paixão antiga. Desde o início da graduação, como bolsista de iniciação científica ligado ao departamento de antropologia da PUC de São Paulo, tive a oportunidade de desenvolver um projeto de pesquisa sobre o tema “política como festa”. O estudo consistia em trabalhar os comícios como espaços de sociabilidade, de encontro entre amigos e onde a política seria apenas um pano de fundo para essas relações<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> A referida pesquisa recebeu financiamento Capes/PUC e foi desenvolvida nos anos de 1987 e 1988 sob a orientação da professora Sílvia Helena Borelli e do Professor Edgar Assis Carvalho.

Ainda durante esse período, trabalhei como pesquisador no *Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – CEDEC*, vinculado ao grupo de pesquisa sobre movimentos sociais urbanos, o qual também contribuiu para suscitar questões sobre as relações políticas. Nessa instituição pude participar de estudos sobre a relação dos movimentos sociais, os partidos políticos e o Estado.

Durante a graduação em Ciências Sociais, pesquisei sobre a política cultural da administração do Partido dos Trabalhadores de Porto Alegre<sup>2</sup>. O trabalho de ingresso no mestrado foi sobre o significado do termo “companheiro” para os militantes do Partido dos Trabalhadores. A idéia era saber qual o significado que se concentrava nesse chamamento nas relações de sociabilidade entre os membros do partido.

Toda essa trajetória foi fundamental na constituição de um estranhamento ao Partido Progressista Brasileiro, enquanto um partido político visto no senso comum como “conservador e de elite”. De fato, fui a campo pelas primeiras vezes, na expectativa de encontrar a elite portalegrense nos espaços de representação do partido. Como mostrarei a seguir, a realidade foi um pouco diferente.

Como refere Augé (1996:119), o exotismo hoje desaparece pelos efeitos da mídia, pela velocidade das informações, ou seja, pela noção “de super modernidade”, na qual não existe mais um estranhamento nos moldes da Antropologia clássica, sendo a política um exemplo dessa relação. Nesse sentido, é importante levar em consideração que a política é parte da vida cotidiana, está em todos lugares, na mídia, nas conversas entre amigos, nas universidades, enfim, nos deparamos com a política e com os políticos inevitavelmente em

---

<sup>2</sup> A referida pesquisa foi apresentada no Salão de Iniciação Científica da UFRGS e na XIX reunião Brasileira de Antropologia realizada em Niterói em 1994. Essa pesquisa foi orientada pela professora Ondina Fachel Leal.

vários momentos de nossa trajetória. Desse modo, a alteridade se constrói a partir de fatores dentro da perspectiva de uma identidade compartilhada, levando-se em conta a polifonia cultural que convive no mesmo espaço. É importante salientar que a Antropologia tem uma longa trajetória nos estudos sobre a política, contudo, só recentemente têm sido abordado os temas da política moderna e suas instituições. O ponto de partida desse trabalho foi a preocupação de fazer uma leitura dos fenômenos políticos do ponto de vista da Antropologia. Ao longo da minha trajetória da pesquisa, fui problematizando as questões relativas ao tema da política aos quais a antropologia poderia dar contribuição dentro de sua especificidade.

Revisando a bibliografia contemporânea, encontrei os trabalhos mais recentes de Goldman & Sant'ana (1996), os quais apontam para a construção de uma antropologia do voto, e também os trabalhos de Palmeira (1996) que falam do faccionalismo na política. Esses trabalhos são de grande inovação no contexto da antropologia da política no Brasil.

Ainda buscando construir um diálogo com a literatura contemporânea sobre a Antropologia Política, me deparei com a produção do "*Laboratoire d'Anthropologie des Institutions et des Organisations Sociales*" (LAIOS-CNRS) que estuda a política a partir de suas instituições na sociedade contemporânea.

Busquei situar o partido como mediador cultural, como um espaço político de negociação, de aliança entre indivíduos e grupos mediados por diferentes códigos e valores. Estou pensando o partido como uma instituição no sentido apontado por Bellier (1997)<sup>3</sup> como uma

---

<sup>3</sup> Conforme Edmund Leach (1989:224) " A concepção de instituição abrange não só a parte de acordos usuais, mas também as pessoas que estão envolvidas nestes acordos, os recursos e os processos técnicos que empregam nas suas atuações, as 'regras do jogo', e as 'escrituras míticas' que dão justificação à existência da instituição e à sua perpetuação. "

metáfora da sociedade. A intenção era captar os espaços de sociabilidade, de mediação, de diversos sistemas simbólicos de “militantes” e “cabos eleitorais”, sendo assim, utilizo essas categorias conforme aparece no cotidiano estudado.

O universo de pesquisas se compôs de indivíduos de ambos os gêneros e de camadas sociais diversas que se aproximavam da política no contexto partidário. Pretendi observar aí as tensões das articulações e exclusões dos projetos individuais e coletivos dos sujeitos envolvidos na militância política.

Descortinou-se como um aspecto importante as representações do PPB na sociedade. Procurei observar como o PPB era visto pela sociedade mais ampla, ao mesmo tempo, que busquei captar com os membros desse partido como vêem a si mesmos. Os membros do PPB não se vêem como pertencentes a direita, o fato do campo político trabalhar por polaridades em oposição só tem sentido dentro de um universo determinado e trabalhado relacionalmente, como mostra Bourdieu (1989).

Ao abordar as articulações e exclusões relativos aos projetos individuais e coletivos, aponto para a necessidade de problematizar as biografias e trajetórias individuais nas sociedades complexas. Segundo Velho (1994), os indivíduos modernos vivem como os seus antepassados vinculados a culturas e tradições particulares, mas estão hoje num momento sem precedentes sendo influenciados por sistemas de valores heterogêneos.

Nesse sentido, o espaço partidário tornou-se privilegiado para captarmos essa heterogeneidade. O partido acaba por exercer esse espaço onde esses acessos a universos simbólicos diferentes ocorrem possibilitando alianças, relações de reciprocidade, constituindo um espaço constante de negociação desses universos simbólicos entre um indivíduo

e o coletivo. Nessa constante negociação, se constrói a noção de “ethos militante”, como constituidor de uma visão de mundo criadora de uma identidade social articulada com a noção de projeto.

No espaço partidário, há sempre a tentativa de reafirmação e construção de identidade utilizando as mais diversas estratégias: na criação de bandeiras, hinos, *jingles*, símbolos, materiais de propaganda que são as formas mais óbvias de expressão identitárias. Isso se dá também por oposição a outros partidos, na linguagem “nós” e “eles”, muito utilizada no espaço partidário, outra forma é a criação de níveis de procedimento que valoram as práticas cotidianas criando uma moralidade.

Tomei como referência para análise a noção de cultura como “rede de significados” (Geertz, 1989) que possibilitou pensar a “política dos significados”. Usei a terminologia proposta por Palmeira e Heredia (1995) da campanha eleitoral como “tempo da política”. É esse tempo que usei como pano de fundo para estudar o espaço partidário.

A escolha do Partido Progressista Brasileiro para a realização dessa pesquisa ocorreu também pela forte tradição político-partidária de seus membros. É um grupo político com raízes no PSD, no PL, no PR, na UDN, no PDC e no PRP, tendo constituído a ARENA, o PDS, o PPR e hoje PPB. Hoje tem um total de 130.000 (cento e trinta mil) filiados em todo o estado do Rio Grande do Sul<sup>4</sup>, sendo 7.000 (sete mil) em Porto Alegre. Tem ainda mais de 1.300 vereadores em todo o estado, 114 (cento e quatorze) prefeitos e 108 (cento e oito) vice-prefeitos, de um total de 427 municípios no estado, com 14 deputados estaduais em um universo de 53 cadeiras na Assembléia Legislativa, e seis deputados federais.

---

<sup>4</sup> Sobre a formação da cultura política do Rio Grande do Sul, ver (Baquero e Prá, 1995).

Estou aqui tomando o período eleitoral das eleições municipais de 1996 em Porto Alegre<sup>5</sup> como o momento privilegiado para o estudo do tempo da política e, no qual, conforme afirma Palmeira (1992) a política aparece para subverter o cotidiano com as eleições.

O tempo da política está marcando o início da campanha eleitoral, período em que os militantes e cabos eleitorais assumem tarefas múltiplas compreendendo desde a elaboração e distribuição de propaganda partidária nas ruas, participação em reuniões, até a audiência de programas eleitorais de TV e rádio, a cobertura da imprensa.<sup>6</sup> Esse universo apresentou-se muito extenso, o que me fez optar por trabalhar com os candidatos a vereador, tomando-os como representação do conjunto de filiados e militantes do PPB de Porto Alegre.

### **1.1 Inserção em campo: confrontando significados**

Antes da entrada em campo, procurei me desvincular de qualquer tipo de envolvimento político que pudesse prejudicar a relação pesquisador-pesquisado, pois estávamos vivendo um período de eleições municipais. Conforme aponta Cardoso de Oliveira(1996), a construção de uma relação de pesquisa dentro do marco da ética é fundamental no contexto de sociedade complexa onde a proximidade com o objeto de pesquisa torna a relação de pesquisa passível de vulnerabilidade. Através da pesquisa, eu estaria circulando dentro da sede do partido do PPB, entrevistando os candidatos a vereador. A minha presença entre esses candidatos poderia levantar algumas questões vinculadas ao tema da ética na pesquisa. A primeira refere-se ao fato de alguém do PPB me

---

<sup>5</sup>Sobre as diversas manifestações discursivas, dos partidos políticos na eleição municipal de Porto Alegre em 1996, ver (Pinto:1997).

<sup>6</sup> O material jornalístico em (anexo 1), apresenta algumas das representações políticas e sociais do PPB.

identificar como membro do PT, a outra questão refere-se ao fato do PPB não ter sido pesquisado anteriormente e, em se tratando da pesquisa antropológica, que requer um grau de envolvimento mais intenso, a minha presença poderia causar uma certa estranheza. Tentando evitar suspeitas por parte do PPB de que estaria buscando informações da estratégia de campanha, procurei me desligar totalmente do PT para que não prejudicassem essa relação. Tal foi meu afastamento das relações com meus amigos do Partido dos Trabalhadores, que estes pensaram que eu tivesse voltado a morar em São Paulo, de onde sou originário.

Também sobre o tema da ética na pesquisa, a questão da utilização dos nomes verdadeiros, referências que identificam os sujeitos pesquisados, mesmo sabendo que a construção ética nos marcos da ciência antropológica dá-se no sentido de preservar a relação estabelecida no “encontro etnográfico” sobre a aura do anonimato da verdadeira identidade dos sujeitos. É certo que esse é um item que fundamenta a *episteme* de nossa prática enquanto pesquisadores dentro da comunidade antropológica. Esse item foi um dos dilemas com que me deparei ao transformar os “diálogos”<sup>7</sup> em texto, contudo, como pessoas públicas, como candidatos<sup>8</sup>, a expectativa e o pacto estabelecido entre os dialogantes era de fato o de explicitar suas identidades, isso ficou claro desde o primeiro momento da pesquisa, pois a relação estabelecida foi a de informar e buscar esse consentimento. Esse dilema era muito mais meu que deles, mesmo assim tratei de preservar ao máximo os diálogos de forma a não expor em demasia os sujeitos, no sentido proposto: “não deplorar, não rir, não detestar, mas compreender”, Bourdieu (1997:9).

---

<sup>7</sup> Mesmo não me propondo realizar uma pesquisa dentro dos marcos do dialogismo trago essa noção no sentido estabelecido por (Crapanzano 1991), para ilustrar essa dimensão da pesquisa de campo e a dificuldade em construir de fato esse diálogo, que neste caso apesar de universos simbólicos distintos do entrevistados e do pesquisador, essa busca foi permanente.

<sup>8</sup> Busquei trabalhar tendo como referência o código de ética do antropólogo da ABA- Associação Brasileira de Antropologia.

A entrada em campo deu-se a partir de um amigo que, sendo filiado ao PPB, indicou-me para falar com um funcionário da sede do partido. Esse primeiro contato ocorreu de forma muito amistosa, com uma certa curiosidade por parte de ambos os interlocutores, a ponto desse funcionário querer ler o projeto de pesquisa. Isso demonstrava que eu estaria dialogando com interlocutores em sua maioria provenientes de um universo letrado.

Outro contato importante realizado foi com um candidato a vereador que acabou virando candidato a vice-prefeito. Esse contato possibilitou testar a primeira linha de entrevistas que fiz, o que me despertou já num primeiro instante para alguns temas que passei a enfatizar no decorrer da pesquisa.

Na primeira entrevista que fiz me chamou atenção o fato do candidato marcar a entrevista em sua casa, num bairro de classe média alta de Porto Alegre. Ao chegar, encontrei-o com trajes bem esportivos. O que me pareceu uma postura bem informal por parte do candidato acabou sendo confirmado por sua espontaneidade em falar de sua vida privada. Durante a entrevista, circulavam na sala pessoas da família, o que também me levou a pensar o quanto as questões da política e da família estão ligadas.

Outro fator importante durante a entrevista foi o telefone, pois este não parou de tocar, fazendo interromper a entrevista várias vezes. Através dos telefonemas que ele recebeu pude observar que suas conversas giravam sempre sobre reuniões e agendas de eventos de campanha, o que reforçou para mim, ainda mais, a idéia de que o universo da política invadia a qualquer horário a vida privada. Segundo Camargo (1984), o trabalho com elites políticas oferece vantagens, uma delas é que

“os políticos estão acostumados a dialogar e a se expor ao julgamento público, o que os leva a

desenvolver a reflexão oral articulada sobre suas próprias vidas e experiências” (Camargo, 1984:13).

A partir desses primeiros contatos, decidi como estratégia solicitar uma carta de apresentação ao pós-graduação, na qual constasse que os dados colhidos teriam utilização apenas acadêmica. Carta essa que foi apresentada ao presidente regional do PPB<sup>9</sup> que, de pronto, se dispôs a colaborar, redigindo uma carta de próprio punho me apresentando aos candidatos e dirigentes partidários e pedindo sua colaboração na pesquisa.

De posse dessa carta, comecei a ampliar os meus contatos, telefonando e marcando as entrevistas. Em alguns momentos tive alguma dificuldade, pois a intensidade do momento eleitoral prejudicava o encontro com o candidato, na medida em que a pesquisa era algo que não se reverteria imediatamente em voto. Esses contatos ficaram facilitados posteriormente às eleições, a disposição em dialogar e a disponibilidade de tempo possibilitaram um avanço na pesquisa.

A estratégia das entrevistas foi de constitui-las de forma semi-estruturadas, possibilitando que o entrevistado construísse a sua trajetória social e política e outras conexões que eram feitas no decorrer do relato-pesquisa. Notava que os relatos não giravam apenas sobre o tema da política e as suas representações, mas vinham vinculados a outros temas: família, lazer e vários outros aspectos da vida pessoal.

A ênfase nas trajetórias foi a direção assumida na construção de narrativas, autobiografias<sup>10</sup>, o que possibilitou, no sentido apontado por

---

<sup>9</sup> Ver (anexo 2)

<sup>10</sup> Nos folhetos dos candidatos, é possível perceber a estratégia em ressaltar aspectos de sua vida para que isso se reverta em capital político (ver anexo 3)

Eckert (1994), uma articulação de visões de mundo densas, complexas e contraditórias. As biografias trouxeram a tona a reflexão sobre situações vividas, percebendo-se uma constante “negociação da realidade”. Segundo Velho (1994), o indivíduo é pensado como o ponto de cruzamento das complexidades da sociedade contemporânea, onde a existência de diversos discursos e visões de mundo, constitui-se na potencialidade do indivíduo negociar papéis e identidades, ou seja, o indivíduo, ao circular por universos simbólicos diferentes, abre o “campo de possibilidades” de implantação de distintos *projetos* de vida.

Um fator importante é que a busca daquela elite política que imaginei pelo perfil partidário que iria estudar não se confirmava, pois em sua maioria, eram os candidatos pessoas de grupos populares e médios. Eles constituem-se profissionalmente em aposentados, donas de casa, micro-empresários, funcionários públicos de nível médio, e outros<sup>11</sup>. Esta foi uma grande surpresa, nada parecia com a representação de elite social que o pesquisador tinha, mesmo que se ampliasse essa conceituação para a proposta por Michels (1982)<sup>12</sup>, estava, sim, dialogando com uma elite, mas uma elite política, no sentido de representantes políticos. Contudo essa questão tornou-se um tema secundário ao longo da pesquisa, pois, como afirmei anteriormente, as inter-relações que cada entrevistado fazia a partir do tema da política conduziu-me para outros rumos da pesquisa

Um dos episódios que exemplificam a diversidade encontrada no trabalho de campo ocorreu quando fui entrevistar um candidato a vereador que é funcionário público municipal, guarda municipal. Iniciou

---

<sup>11</sup>Ver (em anexo 4) tabela referente a esses dados.

<sup>12</sup> Um dos elementos do conceito de elite política formulado por Michels é o fato dos partidos políticos serem os instrumentos de consolidação do poder político. Estabelecendo uma classe dirigente, a classe política.

dizendo que, na noite anterior, havia ocorrido um tiroteio, no morro onde se localiza a escola na qual ele trabalha, pela disputa de pontos de tóxico. Era nesse cenário que se realizava a conversa. Depois de quase uma hora de conversa, tivemos que interromper o diálogo e nos refugiarmos na sala da direção até que o tiroteio que havia recomeçado terminasse. Logo depois quando, todos na escola foram dispensados, descemos o morro, e vendo as pessoas armadas, um certo medo se abateu sobre nós, passando após chegarmos na avenida.

Essa multiplicidade de situações foi tornando a pesquisa cada vez mais instigante, pois percorri a cidade em quase todas as suas regiões. Inicialmente achei que essa ocupação da cidade não era deliberada, porém, pude ver a existência de uma certa lógica espacial, a representação de setores; ao lançar os candidatos a vereador, a tentativa é de cobrir todo o território da cidade.

É possível afirmar que estava diante de um grupo de pessoas reunidas em um partido político, que tinham varias motivações, vários sentidos para participar da instituição partido. A participação partidária muitas vezes entra em conflito com outras formas de socialidade institucionais, como a família, podendo até mesmo substituí-la em determinadas circunstancias onde os momentos rituais tornam-se impulsionadores de mudanças. Como afirma Da Matta(1991),

“o momento ritual exige a transformação da família ou até mesmo a sua substituição por outro grupo da mesma sociedade. Desse modo, a família pode ser a unidade mais importante e o sujeito da maioria dos processos sociais básicos de um sistema, mas uma vez que as rotinas diárias venham a ser modificadas - e é precisamente isso que realiza a ação ritual - ela pode ser substituída por um partido ou instituição política” (Da Matta,1991:43 )

O partido é um importante espaço onde há compartilhamento e conflito de um conjunto de símbolos e valores que tentam compor uma “comunidade de experiência” construído a partir de rituais comuns. No caso pesquisado foi a convenção partidária municipal onde esses militantes foram instituídos enquanto candidatos. No contexto da pesquisa foi possível perceber que essa substituição da família pelo partido não se realizava sem conflitos.

Esse tema abordado na pesquisa acabou por tornar-se a veia mestra desta análise, não havia pensado como hipótese inicial o quanto era importante a família<sup>13</sup> para o contexto da política contemporânea, em todos os sentidos, mas principalmente no meio urbano.

Assim, tomei os candidatos a vereador do PPB, com uma representação do grupo partidário mais amplo. Procurei tomá-los como um espelhamento desse grupo, como também procurei perceber a intenção clara ou não do partido de ter em seus quadros principalmente aqueles que vão ser os representantes no momento eleitoral, os diversos segmentos sociais.

Isso foi dirigindo o trabalho de campo, primeiramente para pensar quais valores mais gerais permeiam esses candidatos e como o partido, como instituição política permanente, fazia para construir essa identidade comum. Fez-se necessário pensar a política contemporânea conforme proposto por Augé (1995) “a Antropologia dos mundos contemporâneos análise dos ritos que tentam estabelecer e que esses ritos são, essencialmente, de natureza política”, e a convenção partidária, pode ser vista no sentido afirmado por Da Matta (1986), como um ritual de instauração, pois é nesse momento que o coletivo partidário, o conjunto

---

<sup>13</sup> Em pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo vinculada ao Partidos dos Trabalhadores, aparecem como um dos itens principais da formação de influência política, a família e os amigos. Conforme tabela (ver anexo 5), publicada em Teoria e Debate, nº 38, 1998.

de seus membros, transmite o poder de representar o conjunto desses filiados.

Busquei o PPB e seus membros como um elemento constitutivo do campo político porto-alegrense, e, ao tomá-los nesta perspectiva, procuro dialogar com o universo do campo da política de maneira geral. Essa possibilidade ficou clara quando da convenção municipal do partido, tomado como um ritual de instituição. No ritual delega-se a representação do todo a um conjunto de membros, mas não da mesma forma.

As manifestações discursivas, expressadas durante o ritual, apresentavam a tentativa de distinção de alguns partidos, no caso o Partido dos Trabalhadores, ou de aproximação com outros, como ficou demonstrado com a presença do Governador do estado pertencente ao PMDB, como também a tentativa de resgate da memória partidária mencionando elementos no discurso de quando o partido esteve administrando Porto Alegre<sup>14</sup>. Esse conjunto de simbologias ficou condensado na figura da candidata a prefeita em maior grau, e em graus menores nos candidatos a vereador; e isso se manifestaria durante toda a campanha eleitoral.

Esse diálogo dentro do campo político apresenta uma cultura política, localizada e historicamente determinada onde cada ator político aparece no cenário eleitoral na intenção de afirmar determinados elementos identitários em relação aos demais atores, ou seja, o momento eleitoral é um importante fator para a construção identitária desses atores, pois na disputa, na competição eleitoral, no jogo de acúmulos e desacúmulos de capital político, o jogo da contrastividade está sempre presente.

---

<sup>14</sup> Durante o regime militar Porto Alegre teve seus prefeitos nomeados. Nesse período assumiram a prefeitura Célio Marques Fernandes, Telmo Thompson Flôres, Guilherme Socias Villela e João Dib, todos da ARENA.

Esse jogo eleitoral é mostrado por Palmeira (1996), nas cidades do interior do Rio Grande do Sul e Pernambuco como sendo facções políticas em disputa: em cidades menores, a proximidade entre esses atores políticos faz com que estejam sujeitos a maior influência de relações de compromisso e reciprocidade. Já em contextos das grandes cidades, podemos pensar no fato da relação candidato-eleitor não ter um cimento tão forte, pois temos nos grandes centros urbanos um conjunto maior de elementos a influenciar o momento eleitoral, a construção da relação eleitor-candidato se dá de maneira mais dispersa, menos direta, tendo a imprensa um papel preponderante nesta relação, elemento esse que não é abordado nesta pesquisa.

O que foi possível observar é a importância dos compromissos e as relações de reciprocidade, o quanto tinham um peso importante no contexto estudado levando-me a repensar os rumos de meu projeto de pesquisa, e buscando compreender que “o trabalho de campo estava dizendo”, estabelecer as relações entre o universo simbólico construído coletivamente (partido) os indivíduos (candidatos).

Mesmo optando por fazer um estudo antropológico sobre a política, não foi possível no âmbito deste trabalho dialogar com mais atores políticos. Como ampliação para mais partidos demandaria um outro perfil deste trabalho. Preferi escolher um desses atores e observar como se apresentava no cenário eleitoral.

Outro fator importante foi que o PPB apresentava-se com perfil próprio, sem estar coligado com outro partido, possibilitando que a busca da afirmação de uma identidade partidária bem definida fosse mais clara. Tentei buscar exatamente na articulação de símbolos coletivos, nas manifestações discursivas, constituídas a partir do ritual da convenção municipal do partido, os pontos de aproximação com os depoimentos dos sujeitos que representavam o partido, os candidatos e as suas biografias. A convenção permite perceber como o jogo dos símbolos partidários são

construídos, relidos e unificados nestes representantes, nos candidatos a prefeito e vereador.

Instaura-se no ritual esse poder de representação que se finda logo após o dia da eleição, é por esse poder delegado, e pela força que tem esse momento, no qual, durante o período eleitoral, a pessoa do candidato a prefeito concentra toda a simbologia da identidade do grupo partidário. Neste sentido, o nome do candidato a prefeito é ao mesmo tempo o nome do indivíduo, mas também passa a ter um sentido coletivo de representação. Isso se dá também com menor grau com os candidatos a vereador, pois também foram instituídos no mesmo ritual, carregam consigo a força do coletivo.

O partido no período eleitoral é substituído como representação pelo candidato a prefeito. Essa condensação simbólica carrega a figura de pessoa e do candidato a prefeito ampliando-a, substituindo a sigla pelo nome do candidato. Assumi inclusive para si o número que representa o partido, essa forma numérica de representação também tem um caráter de condensação da identidade.

O ritual enquanto expressão dessas manifestações discursivas tem um papel fundamental, pois é o local de negociação dessa complexidade de símbolos, que se torna fator importante como elemento constituidor de uma força moral, de um contrato entre os indivíduos componentes do grupo. É nesse ambiente que cria-se uma homologia entre aqueles que estão sendo instituídos e aqueles que serão representados. O espaço ritual cria uma polifonia de símbolos que possibilita o diálogo entre aqueles que compartilham do mesmo.

A idéia foi de, a partir desse ator político, jogar uma luz sobre o todo do processo eleitoral: sem dúvida, o momento convencional utilizado por mim possibilitou perceber esse diálogo entre os diversos sujeitos

políticos coletivos envolvidos, nessa eleição em que eram evocados durante o processo convencional.

Um aspecto que aparece na eleição, por ser este no âmbito do município, eram as críticas e os elogios ao Partido dos Trabalhadores. As críticas à administração municipal de Porto Alegre exercida por esse partido. O conteúdo das críticas tinha como objetivo demonstrar uma possibilidade administrativa mais moderna representada pelo PPB, contudo, também notei em conversas com militantes partidários que o Partido dos Trabalhadores também servia de paradigma positivo: “temos que ter uma organização como o PT”, no sentido de identidade partidária, e isso deveria ser seguido pelos progressistas do PPB<sup>15</sup>.

Considerando esses aspectos, notei que esse diálogo permanente com os atores que compõem o campo político também servia para uma tentativa de construção de identidade pela contrastividade (Carneiro da Cunha, 1986), nessa concepção encontra-se o estudo de Trois (1998)<sup>16</sup>, que ao estudar os grupos de auto-ajuda dos Neuróticos Anônimos, N/A em Porto Alegre, buscou perceber como se constroem a identidade do grupo, segundo o autor a identidade contrastiva e afirmativa em relação ao que não se é.

Por outro lado, busca-se aproximações com o modelo de partido proposto pelo PT. Nesse jogo de composições do PPB, como um grupo, com identidade própria, regras e normas, produz-se tensões permanentes que expressam nos momentos rituais.

---

<sup>15</sup> No momento da investidura como candidato, assina-se um documento de compromisso ético (ver anexo 6), em que um dos principais itens é seguir os ditames partidários. Esse compromisso estabelecido tem o caráter de dar um sentido de grupo, e de identidade ao conjunto dos candidatos estabelecendo uma vinculação entre o indivíduo e o grupo.

<sup>16</sup> Trois realizou pesquisa etnográfica a respeito dos grupos de Auto-Ajuda de Porto Alegre, buscando analisar os dispositivos terapêuticos dos N/A.

Nesse jogo intersubjetivo que a pesquisa de campo possibilitou na relação pesquisador-pesquisado, abriu-se um leque de questões importantes levantadas, entre as quais a relação subjetiva da interferência nas relações familiares. A partir do fato de decidir ser candidato, esse elemento acabou sendo tomado como questão nesse trabalho, pois nas conversas e entrevistas foi possível criar um clima de interação subjetiva possibilitando abrir o universo privado dos candidatos a vereador, ou seja, os conflitos do fato de ser candidato ou mesmo o apoio que receberam, o recontar de suas trajetórias sociais e políticas, as formas pelas quais se justifica a entrada na política, e suas conseqüências no universo da casa, da família.

As entrevistas se realizaram, em sua grande maioria, na casa dos candidatos. O que levou de certa forma a uma maior intimidade na condução da conversa, utilizando roteiro de entrevistas semi-estruturado, pude assim propor vários temas que cada entrevistado associava à militância política, a sua candidatura e as confrontações desses significados.

Esse falar sobre a família se dava de maneira a mapear como esses elementos da vida privada acabam por ter influências quando de uma construção pública da pessoa do candidato, a força da tradição familiar, qualidades pessoais (como “ser bom líder”), as redes sociais, essas motivações para candidatura, e o porquê da adesão ao partido, a relação com política e as pessoas dentro do partido, tendo como fator principal de alicerce desses depoimentos a família, pois é nela que os entrevistados colocaram suas principais motivações ou conflitos para prosseguir na carreira política, como também elementos ligados ao sucesso ou fracasso de suas candidaturas.

## 2 ANTROPOLOGIA E POLÍTICA : REPERTORIANDO UM DIÁLOGO ANTIGO

Neste capítulo pretendo demonstrar como o campo antropológico construiu um conjunto de formulações sobre os fenômenos políticos, não consistindo em apenas historicizar essa relação mas demonstrar, a partir dos diversos autores, quais aspectos que cada um em sua época enfatizou e como esses aspectos têm atualidade, levando-se em conta a escala que foram colocados em seu tempo. Considerando essa diversidade, percebi, a necessidade de fazer esse apanhado, isso possibilita perceber o quanto essa relação pode ser profícua para o entendimento das instituições políticas contemporâneas, articulando fenômenos políticos micro e macro, sob o olhar antropológico.

Ao olharmos a trajetória da Antropologia nos estudos sobre política, encontramos um vasto material referente às instituições políticas das sociedades sem Estado, sendo assim, a Antropologia constitui-se em um importante referencial teórico para refletir o fenômeno político em uma relação crítica com a Ciência Política e a Filosofia Política ocidental. A crítica antropológica, opõe-se às teorias políticas de que para existir política é necessário que exista Estado. Apesar disso, um dos elementos fundantes dessa relação é a formulação de Aristóteles, (Política I,2) " O homem é, por natureza, um animal político" ou seja, a política é a essência das relações sociais.

A antropologia em sua especialização na política busca as relações políticas internas e externas das comunidades estudadas, tentando elaborar assim uma visão da politicidade<sup>17</sup> dessas comunidades e de sua diversidade, desta forma, a antropologia buscou discutir na sua trajetória conceitos como, poder, autoridade, ação política, sistema

---

<sup>17</sup> Uso esse termo como englobante das diversas formas de representação e práticas da política de determinada sociedade.

político, etc. Tal trajetória transformou esses conceitos em universais, o que acabou por realizar um dos princípios da Antropologia no seu caráter de ciência comparativa. Esse sentido de comparativo possibilitou construir um olhar relativizado dos fenômenos políticos.

A Antropologia da Política inicia-se de modo marginal dentro da ciência antropológica. Começa com o livro de Maine (*Ancient Law*, 1861), nos termos dos postulados evolucionistas, propõe que nas primeiras formas de organização social o direito e a religião eram indissolúveis. Partindo disso analisa as sociedades baseadas na coletividade e na organização de parentesco, onde o modelo de família patriarcal tem preponderância. Como esse modelo parental tem um caráter econômico, a propriedade torna-se indivisível. O nível de dissolução desses elementos serviam de base para determinar em que etapa da história social encontravam-se também na política as diferentes sociedades, “tribal”, “universal”, “territorial”. Para Maine a estrutura de parentesco é considerada uma forma socio-política primária, esses pressupostos sendo fundantes de todo um pensar a política nas sociedades sem Estado. Essas elaborações possibilitaram a L. Morgan (*Ancient Society*, 1887) dar um passo à frente na trajetória evolucionista.

Morgan elabora as categorias de evolução humana: “selvagem”, “bárbaro” e “civilizado”, baseando-se nos modos de subsistência. Partindo também das estruturas de parentesco, dos estudos das sociedades que praticavam regras de casamento intergrupos e da estrutura social sem propriedade privada, afirma que uma sociedade igualitária baseia o exercício do poder em redes de relação pessoalizadas, ou seja, segundo esse autor, o parentesco para os povos caçadores e coletores é um espaço de articulação política. Essas idéias influenciaram diretamente Friedrich Engels a escrever *A origem da família, propriedade privada e o Estado*, em 1891. A proposição principal de Engels é que a família, a propriedade privada e o Estado têm uma

origem comum: a subordinação da mulher ao homem e a apropriação da força de trabalho pela família monogâmica. O grau de desenvolvimento desses fatores é o que determina o nível de evolução ou não de determinada sociedade. Essas formulações foram a base de contato entre a Antropologia e o Marxismo.

Porém, o primeiro a explicitar a relação da Antropologia com a política foi R.H. Lowie (*The origin of the state*, 1927). Ainda com uma visão etnocêntrica; hierarquizando as diversas sociedades, Lowie aceita a visão de evolução mas não como um princípio finalista. Porém tendo sido aluno de Franz Boas, dá grande importância às idéias do difusionismo, para as quais, os fatores geográficos têm grande peso no desenvolvimento sócio-cultural. Desta forma, Lowie critica a proposta por Morgan de evolução da sociedade da organização parental até territorial e aponta para uma relação entre essas duas formas, buscando no conceito de “traços culturais” a articulação entre essas diversas formulações.

Na origem, a Antropologia encontra-se comprometida com o projeto colonialista europeu, na África. Esse fator foi o que impulsionou os estudos na Antropologia sobre política, o que podemos chamar de uma Antropologia Aplicada. Na década de 30, os antropólogos estavam a serviço da colonização, principalmente da colonização britânica, buscando algo além dos relatos dos viajantes e da literatura na qual baseava a Antropologia até então. Houve a necessidade de partir para métodos de campo utilizados por Malinowski, como pela Sociologia de Durkheim. Os dois influenciaram as perspectivas de análise dos sistemas políticos mostrando quais eram as diferentes formas e as suas variedades, pois para os estados europeus era importante obter a maior quantidade possível de informações sobre as sociedades que se queria dominar.

Os estudos anteriores revelaram a necessidade de maior especialização da Antropologia Social. Fez-se diante da necessidade de

desvelamento dos sistemas políticos das sociedades africanas, as formas de dominação, a sua organização social e política.

Balandier traz os elementos que marcam as motivações iniciais da existência dos estudos da Antropologia sobre a política:

“ . . . como modo de reconhecimento e conhecimento do exotismo político das ‘outras’ formas políticas. É um instrumento de descoberta e estudo das diversas instituições e práticas que asseguram o governo dos homens, bem como o sistema de pensamento e dos símbolos que as fundam”. (Balandier, 1969:8).

Nessa trajetória de especialização é que surge o trabalho de Fortes e Evans-Pritchard (*African Political Systems*, 1940) a partir da análise das sociedades tribais africanas. É uma coletânea de ensaios de diversos autores que marca definitivamente, embora ainda de forma fragmentada, a Antropologia e sua relação com a política. Nesta coletânea, a discussão entre “Sociedades com Estado” e “Sociedades sem Estado”, mesmo limitado dentro do paradigma estrutural funcionalista, aponta um avanço importante.

Especialmente quando discute as formas de politicidade, que podem se expressar em relação a parentesco ou a territorialidade, não em oposição, mas no sentido complementar como aponta Radcliffe-Brown, no prefácio de *African Political System* publicado em 1940, retomando a perspectiva ao afirmar que os estudos da organização política devem se basear nos instrumentos de manutenção do *establishment* da ordem social e da forma de ocupação do território.

“Aquela parte da organização global de uma sociedade que se ocupa da conservação ou da criação de uma origem social numa estrutura territorial através do exercício organizado de uma autoridade coercitiva, que passa através

do uso ou da possibilidade de uso da força.”.  
(Radcliffe-Brown, 1966, XIV).

Portanto, a formulação de Radcliffe-Brown leva à discussão de que a ação política sempre segue na direção da manutenção da origem do sistema, sendo este sistema político uma variável independente. Essa idéia foi criticada, no sentido de que a visão funcionalista levaria a pensar as instituições políticas como parte da engrenagem social na qual ela está inserida.

Contudo, dentro do quadro do estrutural funcionalismo, a antropologia política, teve o seu maior salto até então, quando formulou que a ausência de organizações formais de governo não significava a ausência de instituições que articulassem a dimensão política.

Ainda sobre esta perspectiva, Fortes e Evans-Pritchard apontam, em *African Political System*, 1940, três formas pelas quais se expressam os sistemas políticos na África. A primeira é aquela que, pela dimensão das sociedades pequenas, a relação parental coincide com as relações políticas. Outra forma é quando o quadro sucessório é determinado pela descendência, igualando com o quadro do sistema político, e por último é quando a estrutura administrativa coincide com a do sistema político.

Esta última forma, descrita por Evans-Pritchard em *Os Nuer* (1940), aponta para a articulação entre as linhagens e o território como forma de exercício do poder. Nessa forma de poder político não centralizada, os conflitos são regulados conforme as circunstâncias das alianças entre as linhagens e os territórios em disputa.

Com a queda do sistema colonial europeu, os estudiosos sentem a necessidade de avançar as formulações anteriores, na tentativa

também de romper com o estrutural-funcionalismo e a sua contaminação colonialista.

Um dos trabalhos mais importantes na área da Antropologia Política é o de Edmund Leach (*Political Systems of Highland Burma*, 1954), que constituiu uma virada nas análises do estrutural-funcionalismo o qual procura ver os equilíbrios estruturais, a unidade cultural e a coesão social. A perspectiva apresentada por Leach preocupa-se com os conflitos e as construções existentes nos sistemas políticos, possibilitando uma visão mais abrangente das mudanças dos sistemas políticos.

Essa visão, pensada a partir da dinamicidade do método estruturalista, influenciada por Claude Lévi-Strauss, argumenta que cada sociedade tem uma construção cognitiva, que se articula através dos ritos e do sistema simbólico. A Antropologia aponta para a vivência política e seus aspectos constitutivos do sistema simbólico no qual está inserido. Diz Leach:

“O poder em qualquer sistema deve ser pensado como um atributo de “detentores de cargo”, isto é, de pessoas sociais que ocupam posições às quais o poder está ligado. Os indivíduos exercem o poder somente em sua capacidade de pessoas sociais. Como regra geral, creio que nunca se justifica que o Antropólogo Social interprete a ação como sendo inambigüidade orientada para algum fim particular. Por essa razão nunca me contento com os argumentos racionalistas referentes às “necessidades” e “metas” como os aventados por Malinowski e por Talcott Parsons, mas considero necessário e justificável supor que um desejo consciente ou inconsciente de adquirir poder é um motivo muito geral nas questões humanas, por isso, suponho que os indivíduos que se defrontam com uma escolha de ação irão geralmente usar tal escolha para adquirir poder, vale dizer, procurarão o reconhecimento como pessoas sociais que têm

poder; ou, para me servir de uma linguagem diferente, eles procurarão ter acesso ao cargo ou ao apreço de seus companheiros que pode levá-los ao cargo. O apreço é um produto cultural. O que é admirado em uma sociedade pode ser deplorado em outra". (Leach, 1996:73).

Leach analisa os sistemas políticos como processo, como sistema de ação política e, através de suas contradições e conflitos, examina as micro sociedades, privilegiando a análise dos atores e suas ações no espaço social, criando uma visão crítica do historicismo dos sistemas sociais e buscando ver o dinamismo do sistema.

Já Max Gluckman (*Politics law and Ritual in tribal society, 1965*) tem uma postura crítica ao estrutural-funcionalismo, influenciado pelas teorias de Simmel, que apontam o conflito como forma de interação social como sociação e não como pensavam os antropólogos estruturais-funcionalistas, que o conflito era o indicativo da ruptura do sistema social. O conflito e as suas formas de resolução, os ritos utilizados para isso têm o caráter de integração social. Nesta direção, Gluckman, elabora o conceito de "equilíbrio oscilante", no qual os conflitos e as rebeliões, são formas de manutenção da ordem social,

"El "equilíbrio" consiste en la tendencia del sistema a volver a la situación previa una vez superada el desorden. Para dejar claro que esto es lo que para os antropólogos significaba equilibrio, yo mismo he hablado de "equilibrios repetitivos", pero el adjetivo "repetitivo" es una redundancia. El punto de visto correcto del equilibrio incluye la admisión del conflicto interno y la posibilidad de que el conflicto sea producido por acontecimientos externos. Si un sistema está en equilibrio los procesos de ajuste entrarán en funcionamiento para neutralizar cualquier desorden con el fin de que el sistema permanezca en la misma condición

anterior después del funcionamiento de estos procesos.

Tratándose de um sistema social, esto significa que el sistema será constituido exactamente de los mismos partes. Después de una rebelión, un nuevo rey ocupa el poder, sus favoritos son jefes diferentes, la población puede temporalmente descender en número a causa de la muerte en la guerra civil, y diferentes personas y grupos adquieren nuevo grado de control sobre los recursos. El nuevo rey puede ser de carácter diferente del que fue derrocado. Tal vez sea más amable y menos inclinado a cometer actos de tiranía. El modelo de relaciones políticas continúa constante, pero tiene lugar una certa ación y desplazamiento en sua estrutura". (Gluckman, 1978 :331-332).

Como fundador da "Escola de Manchester" de Antropologia Social, Gluckman aponta com essa noção de conflito a perspectiva de olhar os rituais também como expressão dessa tensão e ordem.

Um dos mais importantes antropólogos políticos do período pós-colonial é Georges Balandier, cuja principal obra, *Antropologia Política*, publicada em 1969, tornou-se um marco na análise dos problemas das sociedades africanas egressas do período colonial e também dos conflitos sociais e políticos que isso ocasionou.

"O poder político organiza a dominação legítima e a subordinação e cria uma hierarquia que lhe é própria. "Oficialmente" exprime, sobretudo, uma desigualdade mais fundamental: a que a estratificação social e o sistema das classes sociais estabelecem entre os indivíduos e os grupos. O modo de diferenciação dos elementos sociais, as diversas ordens no seio das quais se inscrevem e a forma assumida pela ação política são fenômenos intimamente ligados. Essa relação se impõe como fato - o devir histórico das sociedades políticas e coloca

em evidência-, e como necessidade lógica - o poder resulta das dissimetrias que influem nas relações sociais, ao passo que estas últimas criam o desvio diferencial necessário ao funcionamento da sociedade [. . .]. Em suma, não há sociedade sem poder político, não há poder sem hierarquias e sem relações desiguais instauradas entre os indivíduos e os grupos sociais". (Balandier, 1969: 74).

Balandier, dentro ainda de uma visão estruturalista, aponta os estudos da política para pensá-la como processo histórico, tentando captar as mudanças, e apreendendo os aspectos que legitimam o poder, a partir dos conceitos de ordem e desordem, contestação, conflito e crise, que são reveladores do desenvolvimento do sistema social.

Numa outra corrente de pensamento dentro do campo antropológico da política, encontramos Sahlins, que articula a História e a Antropologia na tentativa de dar uma resposta ao culturalismo americano. Contudo, mesmo criticando o materialismo histórico como forma de explicar os universos culturais, ele não consegue efetivar completamente essa crítica, pois ainda está vinculado a uma visão tida como neo evolucionista.

Para Sahlins, a história é ordenada culturalmente e a cultura é ordenada historicamente. Trabalhando a partir dessa perspectiva, em *Ilhas da História*, 1990, Sahlins preocupou-se em demonstrar como as relações se constituem no evento da Morte do Capitão Cook dentre os Polinésios. Para ele:

"O político aparece aqui como um aspecto do cosmológico: a expressar como batalha humana de transformações entre a vida e a morte que são universais. O político, porém não é mero reflexo natural, como pensava Frazer. Nem tampouco é o reverso, a morte (ou a pseudomorte) do rei uma catarse política nos vestes de uma ideologia cósmica como

pretende a teoria funcionalista. Nem é o sistema caracterizado da forma mais adequada pelas noções estruturalistas familiares de haver transposição entre códigos paralelos de cultura e natureza [. . .] segue-se daí que as relações lógicas entre os vários planos do cosmos não são simplesmente metáforas nem mesmo meramente metonímias. As relações são de sinedoque: um sistema ancestral de classes formais". (Sahlins, 1990:113-114).

Sem dúvida essa noção da "dinâmica cultural" apresentada pelo autor indica os aspectos cosmológicos também construídos historicamente, o símbolo é edificado dentro do tempo em relação à estrutura, neste caso a política está diretamente relacionada com os aspectos mágicos, mas constituída dentro de um caráter pragmático, empírico e processual.

Um dos estudiosos marcantes na trajetória da disciplina é Pierre Clastres, *Sociedade contra o Estado* (1990), ao estudar as sociedades ameríndias, da América do Sul, sai da linhagem dos estudos das sociedades africanas, estudando os aspectos políticos dessas sociedades e buscando fazer uma tipologia dos mesmos. Clastres levanta três itens para "desvendar" o que é o político

"1) Não se podem repartir as sociedades em dois grupos: sociedades com poder e sociedades sem poder. Julgamos ao contrário (em conformidade com os dados da etnografia) que o poder político é *universal* imanente do social (quer o social seja determinado pelos 'laços de sangue' ou pelas classes sociais), mas que ele se realiza de dois modos principais: poder coercitivo, poder não-coercitivo.

"2) o poder político como coerção (ou como relação de comando-obediência) não é o modelo de poder verdadeiro, mas simplesmente *um caso particular*, uma realização concreta do

poder político em certas culturas, tal como a ocidental (mas ela não é a única, naturalmente). Não existe, portanto, nenhuma razão científica para privilegiar essa modalidade de poder a fim de fazer dela o ponto de referência e o princípio de explicação de outras modalidades diferentes.

“3) Mesmo nas sociedades onde a instituição política está ausente (por exemplo, onde não existem chefes), mesmo aí o político está presente, mesmo aí se coloca a questão do poder: não no sentido enganoso que incitaria a querer dar conta de uma ausência impossível, mas, ao contrário no sentido em que, talvez misteriosamente, *alguma coisa existe na ausência*. Se o poder político não é uma necessidade inerente à natureza humana, isto é, ao homem como ser natural (e nisso Nietzsche se engana), em troca ele é uma necessidade inerente à vida social. Podemos pensar o político sem violência, mas não podemos pensar o social sem o político; em outros termos, não existe sociedade sem poder”. (Clastres, 1990:17-18).

Clastres afirma que a não observação de órgãos centralizados de poder político levaram muitos analistas a pensar na total anomia das relações de poder, como se as sociedades sem Estado tivessem a possibilidade de fazer política apenas por meio das instituições. Esses analistas acabavam por vislumbrar uma posição ocidentalizada do que seja o fenômeno político.

Contudo, Bailey, em *Gifts and Poison (1968)*, aponta para a introdução da teoria dos jogos, nos estudos da antropologia política nas sociedades contemporâneas. Bailey coloca no jogo de relações pessoais o ponto central da “política cotidiana”, é nos elos que se criam no dia a dia das relações sociais que se forma as regras do jogo político do cotidiano. É esse conjunto de regras que possibilita a competição entre os diferentes agentes no âmbito político. Sendo os espaços sociais como os lugares que essa competição, se realiza.

“Na vida de cada um de nós, a política cotidiana é sempre a da reputação; é sempre sobre o que significa ‘ter um bom nome’ na praça; é sobre o estar socialmente falido; é sobre a fofoca e os insultos e sobre como sempre tirar vantagens dos outros; em suma, a nossa política é sempre sobre as regras de como se joga ‘o jogo social’ e sobre como se ganha nele. Esta não é meramente uma questão de como pôr as pessoas abaixo de nós; é preciso também saber como influenciar os outros e como fazer amizades. É uma questão de sabermos como viver em sociedade, como administrar um espaço social de modo que não nos vejamos a sós neste espaço e nem tampouco apertados (sufocados) nele por uma superpopulação; é uma questão de sabermos como se preserva a própria individualidade, identidade e respeito próprio ao mesmo tempo em que servimos aos interesses da comunidade a que pertencemos”. (Bailey, 1968:2-3).

Ao fazer a distinção da pequena política da grande política, Bailey tenta construir um modelo para a sistematização de análise dos sistemas políticos. A pequena política é aquela que está baseada nas relações de amizade e nas familiares, tendo essas um poder grande de influência sobre a grande política. Nesse sentido, o autor diferencia a teoria política geral, abstrata, de estudos sobre a política centradas nas relações cotidianas da política, para pensar a ação política. Devemos estar atentos a prêmios e objetivos das pessoas envolvidas, as lideranças, a competição propriamente dita e, por último, os árbitros do jogo político nas equipes políticas. Bailey considera o sistema político como espaço de relações assimétricas de competição e de cooperação, onde os grupos se movimentam no sentido de manipulação ou de contestação.

Ainda dentro do teoria processual da análise política, cujos estudos direcionavam para os processos de influência na luta política e seus objetivos públicos, encontramos o texto *Political Anthropology*, de 1996, Marc Swartz, Victor Turner e Artur Tuden, onde destacam três

características à serem analisadas para determinarmos se uma ação é política ou não, afirmam os autores:

“Dizemos que um processo é político quando reconhecemos nele diversas qualidades, qualidades estas que são facilmente observáveis e amplamente aceitas como sendo características de um tal processo. Em primeiro lugar, um processo político é público, e não privado. [...] A segunda qualidade geralmente aceita da política, é de que ela se preocupa com objetivos. Combinando a primeira característica com esta segunda, podemos ir um pouco além e dizer que a política sempre envolve objetivos públicos.[...] Outra importante finalidade que é característica da política é alcançar decisões que se preocupam mais com o público do que com o privado. Decisões para serem públicas devem destinar-se ao grupo como um todo, em uma linha direta e imediata.” (Swartz, Turner e Tuden, 1996:4-5).

O conceito de político é pensado com amplitude referindo-se a todas as relações de interação política, aos seus aspectos públicos, mesmo que esses processos incluam apenas parte da sociedade ou de grupos. Neste sentido, devemos observar as conseqüências decorrentes de determinadas decisões para estabelecer se são políticas ou não. Nesse caso cabe aqui lembrar afirmação de Geertz, (1989:22) “a cultura é pública porque o significado o é”, para relativizarmos em certa medida, a dicotomia, entre as noções de público e privado colocada pelos autores. Pois sendo os fenômenos políticos também culturais, estas diferenças só podem ser estabelecidas dentro de um contexto cultural e relacional específico, levando-se em conta a dubiedade que estes termos nos oferecerem.

## 2.1 Política é símbolo

Uma das correntes dos estudos antropológicos sobre a política é a da Antropologia Simbólica. Sem dúvida, essa concepção também tem em seu interior diferenças. Um dos primeiros a colocar esse enfoque de pensar a política via simbólico colocando a não dissociação entre a dimensão política e simbólica foi Abner Cohen (1978), com o *Homem Bidimensional*. Onde ele diz:

“As pessoas participam de rituais e cerimônias para conseguir conforto, para cumprir obrigações sociais, para se divertir, para descobrir suas identidades, para passar o tempo ou estar com outras pessoas, e por mais uma grande variedade de razões pessoais. Entretanto, independentemente desses propósitos, tais padrões de comportamento afetam e são afetados por relações de poder existentes entre grupos e indivíduos, sendo que a maior parte do envolvimento da ação simbólica na relação de poder é desconhecida daqueles que a fazem. Mas as duas ordens, a simbólica e a política, são interdependentes e de certa forma “casualmente” relacionadas. Em todos os lugares o homem político é também um homem simbolista, e na análise das relações entre essas duas dimensões das atividades humanas reside a resposta de muitos problemas básicos da sociologia, da ciência política, da psicologia social e da filosofia”. (Cohen, 1978:168).

Para Cohen, refletir sobre o poder limitado à perspectiva da coerção equivale a não captar as filigranas das ações humanas. Essa perspectiva se encaixa dentro da “teoria da ação”, cuja essência é descrever as estratégias individuais ou de grupos para a obtenção e manutenção do poder, preocupado muito mais com as relações interpessoais. O espaço político é o espaço da simbolização, é a arena na

qual os indivíduos e os grupos lutam pelo poder político. Esses agentes em luta podem se constituir através das mais diversas expressões como, por exemplo, facções, elites, partidos políticos, etc.

Para o autor, o símbolo tem duplo significado, tanto existencial como político. Neste sentido o homem-simbólico é homem-político. O símbolo aqui é usado como sinônimo de cultura:

“são símbolos os objetos, atos, conceitos ou formas de linguagem que acumulam ambigualmente vários significados diferentes e que, simultaneamente, evocam emoções e sentimentos, impelindo aos homens à ação”.  
(Cohen, 1978: 9).

Desse modo, pode-se dizer que a abordagem apresentada por Cohen, dialoga com a noção elaborada pela tradição da antropologia francesa, iniciada com Durkheim, que apresenta o símbolo como sentidos coletivos, como um conjunto de regras sensíveis e coercitivas interiorizadas. Esse diálogo se estende a Mauss e a Lévi-Strauss. Mauss talha a noção de símbolo através dos estados afetivos, articulando os conceitos de sentimento e representação coletiva e por último, a noção de símbolo elaborada por Lévi-Strauss. Os símbolos são fundamentais para a construção de leis gerais, para apreender o inconsciente das diversas culturas. A dominação do símbolo sobre o social, está assentada sobre a existência de uma linguagem dos símbolos.

Essa perspectiva é importante quando pensada a partir das noções de eficácia simbólica de Lévi-Strauss, que foi inicialmente elaborada por Mauss. Mauss diz que “rito faz”, isso quer dizer que o símbolo tem a capacidade de imprimir marcas no real, neste sentido o pensamento mítico opera não só nas sociedades tradicionais, como também nas sociedades complexas. Desse modo é que Augé (1995)

propõe pensar a política nas sociedades contemporâneas através dos rituais.

“También esto equivale a decir que la antropología tiene que ver principalmente con el rito. La limitación del terreno empírico de la antropología al espacio del rito podría parecer algun tanto exagerada y peligroso y, inversamente, la extensión sin control del concepto de rito, si con unas pocas palabras no aclaráramos alguns puntos. Muchos de los que quieren echar una mirada antropológica a su ambiente próximo presentar significativamente la cuestión del rito. Sugerimos que la antropología de los mundos contemporáneos pasa por el análisis de esos ritos que esos mundos tratan de poner por obra y que tales ritos, en lo esencial, son de naturaleza política”. (Augé, 1995: 84).

Augé pensa o rito como forma de articular a alteridade e a identidade de grupos e indivíduos no sentido de um “simbolismo social”, para o autor, essas linguagens que se articulam nos ritos são linguagens políticas.

Ainda dentro dessa tradição de pensamento das representações sociais do simbólico, mas apoiado no paradigma pós-estruturalista, também é importante olharmos a abordagem de Bourdieu que está preocupado com a função dos símbolos:

“Os ‘sistemas simbólicos’, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica; o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquela a que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, “uma concepção homogênea do tempo, do espaço,

do mundo, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências”. (Bourdieu, 1989: 9).

Neste sentido, Bourdieu aponta para o poder simbólico como capital simbólico objetivo, o conceito de capital simbólico pretende dar conta das diversas manifestações de honra e costumes, construindo sentido às relações sociais. Mas algumas características da simbolização estão vinculadas às relações de dominação exercidas pela “violência simbólica”, que se constitui através de vínculos de fidelidade pessoal, de confiança, hospitalidade, e de tudo o que está circunscrito à moral e à honra nas sociedades tradicionais. A violência simbólica se coloca nas relações sociais e de poder estabelecidas a partir das aldeias e da família. É com essa visão que Bourdieu diz que:

“A ação propriamente política é possível porque os agentes, por fazerem parte do mundo social, têm um conhecimento (mais ou menos adequado) desse mundo, podendo-se então agir sobre o mundo social agindo-se sobre o conhecimento que os agentes têm dele. Esta ação tem como objetivo produzir e impor representações (mentais, verbais, sígnicas ou teatrais) do mundo social capazes de agir sobre esse mundo, agindo sobre as representações dos agentes a seu respeito. Ou melhor, tal ação visa fazer ou desfazer os grupos e ao mesmo tempo, as ações coletivas que esses grupos podem exercitar para transformar o mundo social conforme seus interesses - produzindo, reproduzindo ou destruindo as representações que tornam visíveis esses grupos perante eles mesmos e perante os demais”. (Bourdieu, 1996: 117).

O autor se interroga sobre as estruturas sociais e simbólicas para tentar desvelar as múltiplas relações entre essas estruturas, ou seja, também o sistema político é um conjunto de relações sociais e simbólicas,

constituídas a partir das representações mentais e objetivas estabelecidas pelos agentes, em disputas, no campo político.

Sem dúvida, outra contribuição importante na antropologia dos sistemas simbólicos é a de Geertz, constituindo sua teoria a partir da problemática hermenêutica da relação objeto e observador. Geertz se preocupa com os aspectos cognitivos presentes na cultura, com a visão de mundo, e a forma como essa visão de mundo toma uma concretude cotidiana. A cultura transforma-se em entidade estética ou expressividade. É a partir dessas concepções que Geertz elabora sua contribuição à discussão política e a sua dimensão simbólica. Em *Interpretações das Culturas de 1989*, *Negara de 1991* e *Conhecimento Local de 1994*, o autor busca desenvolver essa discussão. Em *Negara*, Geertz comenta sobre a natureza dramática do estado balinês:

“A natureza expressiva do estado balinês foi notória ao longo de toda a sua história conhecida, e isto porque não se inclinou para a tirania, por incapacidade de levar a cabo uma concentração sistemática do poder, nem tão pouco para a governação, a qual exerceu de forma hesitante e indiferente, nas artes para o espetáculo, para a cerimônia, para a dramatização pública das obsessões dominantes da cultura balinesa: a desigualdade social e o orgulho do status. Trata-se de um Estado-teatro no qual os reis e os príncipes eram empresários, os sacerdotes encenadores, e os camponeses atores, equipe cênica e público. As espetaculares cremações, imagens de dentes, consagração dos templos, peregrinações e sacrifícios de sangue, mobilizando centenas e mesmo milhares de pessoas e grandes quantidades de riqueza não eram meios para fins políticos; eram os próprios fins, aquilo para o que o Estado servia. O cerimonialismo da corte era a força motriz da política da corte; e o ritual de massas não era um dispositivo de apoio do Estado; pelo contrário, era o Estado, mesmo no seu último

suspiro, que era um dispositivo para a realização do ritual de massas. O poder servia à pompa e não o contrário". (Geertz, 1991: 25).

A concepção expressa de política é a de espetáculo onde a ritualística do poder está a serviço da manutenção desse Estado e da sociedade, pois é a sociedade que se espelha no universo do Estado para a realização do poder cotidiano, e o Estado cria uma cultura do poder que se expressa socialmente.

Essa visão da ritualização do poder e da política também é abordada por Marc Abélès (1990b), no sentido de pensar também a ritualização das ações políticas e da dramatização e o seu poder de ação e de eficácia. A análise da política tem o seu centro nos rituais de Estado, onde desvelam-se todos os símbolos do poder político existente.

"Pensar o ritual e o simbólico político próprio às nossas encenações políticas modernas não significa apenas assegurar-se de instrumentos conceituais que foram testados no domínio da antropologia. Não se trata de 'importar' pura e simplesmente um modo de análise eficaz em suas aplicações em sociedades exóticas. Essa abordagem traz consigo, tentou-se demonstrá-lo, uma hipótese mais geral que diz respeito às relações do simbolismo político moderno com o saber, o sagrado e o tempo. Ao afirmar a consistência e a polissemia do símbolo, por um lado, e sua capacidade de combinar e de condensar durações heterogêneas, por outro, a abordagem antropológica oferece novas perspectivas no que concerne àquilo que se chama, de maneira exageradamente ambígua ao nosso ver, de o 'espetáculo político'" (Abélès, 1990b:257).

Há na teoria ritual, elaborada por Victor Turner, que pensa o ritual como uma estrutura dramática, uma expressão performativa, como uma teatralização das relações e formas de exercício do poder político:

“A atuação é, portanto, tanto trabalho quanto brincadeira, tão solene quanto lúdica, tanto fingimento quanto seriedade, nosso tráfico e comércio ordinários, é o que fazemos ou vemos no ritual ou no teatro”. (Turner, 1982:1).

Outra forma de pensar a política nesta dimensão ritual é apresentada por Girardet, para ele espaço político é uma área da ritualização do simbólico, do imagético, do mitológico:

“o mito político aparece como fundamentalmente polimorfo: é preciso entender com isso que uma mesma série de imagens oníricas podem encontrar-se vinculadas por mitos aparentemente os mais diversos; e é preciso, igualmente entender que um mesmo mito é suscetível de oferecer múltiplas ressonâncias e não menos numerosas significações”. ( Girardet, 1987:15)

Os elementos até aqui apresentados apontam para a uma articulação entre a cultura e a política, onde o jogo nos espaços políticos se dão no sentido da construção representacional, ou seja, simbólico, a partir da socialização, da experiência das comunidades, e da busca da tradição das práticas e representações políticas de indivíduos ou grupos na legitimação dos estudos ou práticas de poder.

## **2.2 Política, três elementos: territorialidade, organização social e parentesco, e ritual**

São três os aspectos constituidores básicos da política, território, a organização social e parentesco, e ritual.

### **2.2.1 Território**

O aspecto territorial está ligado desde os primeiros estudos antropológicos, como elemento chave da legitimação política e da organização social, pois é sobre o espaço territorial que se estabelecem

os aparatos judiciais e administrativos, os direitos, as obrigações, como também é um elemento de estruturação econômica.

A Antropologia se dedicou a estudar quais eram os mecanismos e práticas sociais que determinam a organização do território de uma sociedade. Fazendo uma oposição entre sociedades sedentárias e sociedades nômades, mostra que o processo de organização do território tem diversos níveis de análise, segundo a lógica de cada sociedade, o território é organizado objetivamente mas também é uma construção simbólica, calcada na cultura.

É sobre o território que se dão as disputas de fronteira, é ele que determina quem é ou não daquela comunidade. Ou seja, é por isso que “nominamos” o território, pois essa representação simbólica tem papel político fundamental, na aldeia, no *Negara*, na *polis*, na cidade, região, nação, ou país, na determinação das relações de poder.

### **2.2.2 Organização social e parentesco**

O segundo aspecto são as estruturas de parentesco e a sua influência nas organizações políticas: sem dúvida o papel exercido pelas estruturas de parentesco é primordial pois é a partir das alianças entre clã e linhagens que se estabelecem as obrigações e reciprocidades com funções políticas, é uma forma de aumentar as alianças.

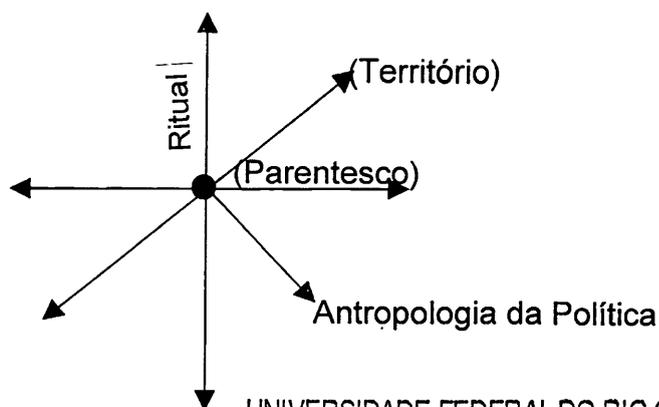
Nas sociedades tradicionais, as organizações políticas coincidem com as organizações de parentesco, as famílias extensas produzem um círculo de poder maior, como também pertencer a determinada família pode ou não possibilitar o acesso ao poder, as organizações de parentesco representam as principais formas de integração social. É neste âmbito que podemos também falar de lealdades, patrimonialismo, clientelismo.

### 2.3 O aspecto ritual

O ritual não tem só o aspecto sagrado, mas também ocupa o papel tanto de ordenador social como de potencializador de mudanças, pois os ritos se constituem em forma de manifestação do poder. É pelo ritual que as lideranças nas sociedades tradicionais legitimam o seu poder. No caso das sociedades ocidentais, também vemos que se apresentam do mesmo modo, ou seja, como coesionador de identidades sociais e como forma de compartilhar universos simbólicos diferentes. Através dos rituais existe a possibilidade de aproximação de governantes e governados.

O estudo dos rituais nas sociedades contemporâneas aparece como possibilidade, dentro do contexto da sociedade de massa, de uma forma de análise dos universos simbólicos, em maior escala do que historicamente a Antropologia tem realizado. Os rituais ligados ao Estado e às instituições políticas contemporâneas podem constituir-se no caminho para o desvelamento das relações políticas em nossas sociedades.

A representação gráfica desses três aspectos, território, parentesco, ritual- tem como objetivo demonstrar que o ponto de análise da Antropologia da Política está na intercessão desses aspectos. Ademais, busca uma articulação entre os aspectos diacrônicos e sincrônicos da política. A sincronia é representada pelo ritual e a diacronia pelo parentesco, ambos perpassados pelo aspecto da territorialidade.



Nesse sentido pretendemos estudar o cotidiano desses espaços de poder, objetivando apreender as redes e universos simbólicos que o articulam. Nessa direção é que buscamos constituir elementos para uma Antropologia da Política.

### 3 RITUAL E POLÍTICA: CONSTRUINDO DISTINÇÕES COMPONDO IDENTIDADES

Apresento neste capítulo o evento da convenção partidária como um dos momentos privilegiados de observação, desse ritual com seu caráter principal de investidura, neste sentido assumindo o papel de condensador dos símbolos partidários. Entendo que nesse momento, ao se apresentarem publicamente com mais intensidade, fica mais evidenciada a construção dos elementos identitários, uma das minhas preocupações enquanto pesquisador.

Dentro desse momento eleitoral, recorto um instante onde essas articulações simbólicas em relação ao ponto de vista partidário se consolidam. É o momento da convenção municipal do Partido Progressista Brasileiro em Porto Alegre, quando da homologação dos candidatos a prefeito e vice-prefeito e dos candidatos a vereadores.

Procuro demonstrar como esse evento destaca-se pelo seu caráter ritual, no sentido afirmado por Leach, (1978). O ritual se caracteriza como um processo comunicacional, ou, mais especificamente como um fenômeno político, como aponta Abélès (1988, 1989, 1990a, 1990b), quando afirma que “penser le rituel et le symbolique politique propre a nos mises en scène politique modernes” (Abélès, 1990b: 257).

Em outras palavras, não vejo o ritual tendo só o aspecto sagrado, mas mantendo uma relação dialética entre o sagrado e o profano no sentido apresentado por Durkheim, em *Formas elementares da vida religiosa*: no qual o autor afirma que “o caráter absoluto do sagrado não exclui a possibilidade da passagem das coisas da condição profana à condição sagrada”, (Durkheim, 1989: 41-42). Essa idéia também é compartilhada por Mauss .

O ritual ocupa o papel tanto de ordenador social como de potencializador de mudança, pois os ritos se constituem em formas de

manifestações de poder. É por ele, que as lideranças nas sociedades tradicionais legitimam o seu poder. No caso das sociedades complexas como afirma Julian-Pitt Rivers em *“La revanche du ritual dans l’Europe contemporaine”* (1987), o ritual também é coesionador de identidades sociais e como forma de compartilhar universos simbólicos diferentes.

Através dos rituais, existe a possibilidade de aproximação de governantes e governados. É, a partir daí que analisamos a convenção do PPB, destacando seu caráter de “Ritual de Investidura” (Da Matta, 1993) ou mesmo de ritual de instituição. Como afirma Bourdieu: “falar em rito de instituição é induzir que qualquer rito tende a consagrar ou a legitimar”. E o ritual possui também o seu caráter de “calendário”, pois não apenas anuncia o “tempo do político” (Palmeira e Heredia, 1995), para o conjunto da sociedade, mas marca o “tempo das eleições” para aqueles que vivem o tempo todo no tempo do político.

### **3.1 Uma convenção, um ritual**

Foi em uma manhã de sábado, dia primeiro de junho de 1996, que tive pela primeira vez um contato mais amplo com o universo que iria pesquisar. Havia sido convidado durante a semana para participar da convenção do PPB - Partido Progressista Brasileiro, antigo PDS. A expectativa era grande, pois seria a primeira vez que participaria de um evento relacionado com a minha pesquisa. O evento era especialmente importante pois nele se referendariam as candidaturas à prefeitura e à vice prefeitura e os candidatos a vereadores de Porto Alegre.

O local da convenção foi a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Cheguei no local com meia hora de antecedência do horário de início. Às 8h30 já existia uma pequena movimentação próxima à entrada do saguão do auditório. Ao entrar no saguão, existia um painel com cartazes da candidata a prefeita Maria do Carmo, emoldurado por

balões coloridos em azul, branco e vermelho, as cores do PPB. Ao me dirigir até a ante-sala do Auditório fui recepcionado por uma moça, que me perguntou se eu era da imprensa. Respondi que era da universidade, mesmo assim, colocou em minha jaqueta um adesivo da candidata à prefeita, me deixando um pouco embaraçado, pois não sabia direito se usava ou não o adesivo. De qualquer forma, ao ingressar no Auditório, a convenção ainda não havia começado. Coloquei as minhas coisas em uma poltrona lateral e passei a anotar o que estava acontecendo.

O Auditório estava decorado com faixas dos candidatos a vereador, cartazes dos candidatos a prefeito e vice prefeito e balões nas cores azul, vermelho e branco que são as cores do partido. No fundo do palco, aparecia o nome da candidata a prefeita escrito com os balões nas mesmas cores, medindo uns 4m de altura por 6 ou 7m de extensão.

À medida que o movimento dentro do Auditório aumentava, também comecei a explorar mais o ambiente, o que possibilitou deixar a jaqueta e o adesivo na mesma poltrona. Mesmo assim, ainda me encontrava meio deslocado. Ao olhar para o Auditório meio vazio não encontrava ninguém dos que haviam me convidado.

A convenção começou por volta das 9h30, com a fala de abertura proferida pelo presidente Regional do PPB, Celso Bernardi, abrindo o processo de votação que homologaria a chapa à prefeitura e de vereadores.

Bernardi saudou a todos, leu a lista de candidatos a vereadores e prefeito e vice-prefeito de Porto Alegre. A cada nome pronunciado, as “charangas”, que são parte de baterias de escolas de samba, e os grupos dos candidatos a vereadores se manifestavam gritando, aplaudindo, tocando e cantando; de certa forma pareciam torcidas de futebol. Logo após a leitura, o presidente partidário passou a palavra ao locutor, chamou a atração musical da convenção, o grupo do cantor nativista Rui Biriva

(este se apresentou várias vezes durante o evento). O público, que neste momento já ocupava quase todos os 600 lugares do auditório, se agitou bastante com a música tocada que dizia: “Hoje é dia de alegria, hoje é dia de festança, todo mundo bebe, todo mundo cai na dança . . .”

O público se constituía de diversos perfis. Era facilmente perceptível a heterogeneidade dos participantes que ali chegaram. Podia-se identificar diferentes grupos reunidos por diversas afinidades. Pessoas provenientes do mesmo bairro, que chegaram de caravana, pessoas que apoiam o mesmo candidato, dentre outras coisas. Acima de tudo, era possível observar que o PPB congrega participantes de todos os grupos sociais, essas diferenças eram identificadas através do vestuário, da gestualidade e especialmente da maneira de participar na convenção.

Era possível observar os diferentes significados dados ao momento convencional pelo público percebendo como se prepararam para o evento, havendo pessoas com vestimentas simples, calça jeans camisas mais comuns, sandálias ou tênis. Ao contrário de outros grupos que estavam vestidos com se fossem para uma festa, com ternos, gravatas, vestidos longos, maquiagem, jóias.

Um dos grupos, logo ao chegar vestiu as camisetas da candidata a prefeita que estavam sendo distribuídas, por outro lado havia também outros grupos que se restringiram a usar o adesivo da candidata ou um pingente do partido.

As pessoas de camadas populares chegavam em grupos grandes, pessoas de todas as idades, enquanto as de camadas média e alta chegavam em pequenos grupos e casais, às vezes, com filhos acompanhando, ficando com uma participação mais sóbria. Já os grupos populares incorporaram o ar mais festivo, exemplo disso são as próprias “charangas”; em todo o intervalo de falas e discursos elas se manifestavam.

Após um tempo do show de Rui Biriva, o locutor chamou os membros da mesa, que ficava em um palco amplo. A mesa se compôs para apresentação dos candidatos a vereadores. A cada nome citado, o locutor falava um breve curriculum do candidato a vereador e o mesmo subia ao palco.

Ao terminar a apresentação, começaram os discursos das autoridades presentes e dirigentes partidários, aproximadamente 10 falas se sucederam, de secretários estaduais, ex-prefeitos de Porto Alegre, presidente do Partido Regional e Municipal, vereadores do PPB com mandato na câmara municipal de Porto Alegre, deputados federais, governador do Estado, que é do PMDB, o candidato a vice-prefeito e a candidata a prefeita. Nos intervalos, as “charangas” e o grupo de Rui Biriva voltavam a dar o clima musical da convenção, como também os candidatos a vice-prefeito e prefeito caminhavam entre o público, conversando com as pessoas em clima de grande alegria.

Todas as falas tinham uma estrutura semelhante, pois enalteciam as tradições partidárias, as realizações de obras públicas em Porto Alegre, quando da administração da Arena, PDS e agora do PPB. Faziam críticas à atual administração do PT, e terminavam elogiando e apontando as qualidades da candidata a prefeita, Maria do Carmo, e vice-prefeito, Percival Puggina. Antes da fala final de Maria do Carmo, que foi o ponto alto da convenção, apresentou-se o hino partidário e o *jingle* de campanha.

Ao iniciar sua fala, Maria do Carmo, agradeceu a todas as autoridades presentes, homenageou todos os vereadores do partido e de outros partidos, cumprimentou especialmente o prefeito de Santa Bárbara do Sul, sua terra natal, destacou o apoio de Jair Soares, deputado federal do PFL, partido apoiador de outra candidatura a prefeito, e agradeceu à imprensa, pois sendo ela também jornalista, disse que esses profissionais devem ser valorizados. Ressaltou as qualidades do candidato a vice-

prefeito, Percival Puggina, como profissional da arquitetura, como homem ligado à Igreja e às coisas da fé, enfatizando que se sentia honrada em tê-lo como companheiro de chapa. Outro destaque foi: “o seu companheiro, o seu amor, o seu marido”.

Ao se dirigir a todos iniciou dizendo: “companheiros e companheiras”, e começou recordando a sua trajetória de chegada a Porto Alegre: “Na data de 8 de fevereiro de 1959, com 10 anos de idade, com minha mãe Didi, e mais seis irmãos, pisava o solo da cidade”. A candidata disse que ao olhar a cidade grande, foi tomada por uma grande emoção que lhe deu forças para tentar vencer as dificuldades da cidade. Após seis anos de Porto Alegre, conseguiu o primeiro trabalho, sempre com muita dificuldade, trabalhando e estudando, desde o colégio até a universidade, onde se formou em jornalismo no ano de 1972. Pelo jornalismo conheceu o Rio Grande, sempre com os pés no chão, viu as alegrias e as dificuldades da cidade.

Lembrou a sua trajetória política, quando foi convidada e aceitou em 1990, ser candidata a vice governadora. Falou também de sua eleição para deputada estadual, com a votação de 210 mil eleitores. Como parlamentar, ressaltou que se esforçou para garantir o prestígio da mulher, do homem do campo, dos micro-empresários, da justiça com o funcionalismo público, também emprego e renda para a população. Esteve sempre preocupada com os emergentes centros urbanos e também com a capital.

Ressaltou que nunca deixou de ser transparente em suas ações e declarações, nunca poupou críticas a pessoas influentes se esses estivessem contra os interesses do “meu povo”. É com esse percurso que ela se colocou a candidata na convenção. Mesmo com uma resistência pessoal, ela cedeu aos apelos do povo e dos companheiros partidários e à responsabilidade dessa candidatura. “Foi uma pessoa daqui, outro dali,

um telefonema de lá” que a fizeram assumir esse compromisso. Dirigindo-se ao público ela diz:

*“Meus amigos e minhas amigas, companheiros e companheiras do PPB de Porto Alegre, [. . .] Porto Alegre é ao mesmo tempo a nossa casa e a nossa pátria, é aquele pedaço de chão brasileiro, onde todos os dias vivemos, todos os dias trabalhamos, criamos e educamos nossos filhos. Ainda pode-se melhorar mais Porto Alegre em todos os sentidos, temos que ser inconformistas com os limites. Não queremos nada mais ou menos, porque Porto Alegre pode mais. (Esse é o slogan da campanha)*

Ela afirmou que Porto Alegre perde importância em relação às outras cidades do país. Enalteceu a cidade e criticou a visão pequena da atual administração, terminou o seu discurso, com a voz embargada, quase chorando, afirmando que o pacto de amor que aquela menina fez com essa cidade ao olhar pela janela do trem, era um sonho de transformar a cidade. Pedindo que “Deus nos ilumine”, imediatamente entrou o *jingle* de campanha, as “charangas” tocaram e o público se levantou aplaudindo, dançou, agitou bandeiras e ela foi cumprimentada por todos da mesa.

Entrou o locutor finalizando os trabalhos, parte do público subiu ao palco para cumprimentar Maria do Carmo e Puggina, olhei o relógio, eram 13h30.

### **3.2 Analisando o ritual**

Estou pensando a convenção como um ritual, dentro da perspectiva proposta por Lévi-Strauss em *O Homem Nu* (1991), esse autor sugere estudar o ritual em si mesmo. Analisando-o de maneira mais ampla, não apenas ligado a aspectos religiosos, mas dentro da perspectiva da escola sociológica francesa, apontando para a relação

entre sagrado e profano. Nessa perspectiva podemos considerar a convenção partidária como fenômeno ritual, ligado à dimensão do político.

Vale ressaltar que durante as eleições várias festividades, comícios e encontros acontecem, entretanto, alguns, como a convenção, têm um caráter especial, que marcam o tempo na política. Embora exista uma rotina de festividades, pois, quanto mais o candidato aparecer em público melhor, a convenção é um momento chave em sua legitimação dentre seus pares e publicamente. Portanto, tomo aqui a convenção como um momento privilegiado para analisar o momento eleitoral.

Para a análise, parece-me interessante a proposição de Leach (1983), que caracteriza ritual como aquele comportamento de caráter comunicativo/mágico, diferenciando daqueles comportamentos rotineiros que realizamos em nosso dia-a-dia. Leach (1983) ainda avança na sua análise colocando o ritual como representação simbólica do social, pois para ele o ritual é organizador da ordem simbólica e social.

Outra forma de análise é a de Victor Turner (1974), que aponta o ritual como um elemento revelador da estrutura social, por exemplo, transpondo elementos de um contexto para outro, reforçando o caráter simbólico destes.

De qualquer forma o que nos parece interessante é o caráter comunicativo do ritual, desvelando sempre uma característica da estrutura social estudada. E ao analisarmos esses símbolos no contexto que eles aparecem, percebemos as características da sociedade que estamos observando.

Para pensar a ritualização na política, esses aspectos estruturais e comunicacionais de análise ritual são primordiais. Hoje, a necessidade da espetacularização do político torna a análise comunicacional crucial, característica essa apontada por Bourdieu em *La*

*distinción*(1991) e, como já mencionei anteriormente, também apontada por Marc Abélès<sup>18</sup>

A convenção partidária, pelas suas características, detém uma estrutura teatralizada. Utilizo esse termo aqui, não para caracterizar algo mentiroso mas para pensarmos, que cada elemento ali colocado foi pensado previamente. A decoração, a música, a ordem das falas criam um clima de acolhimento, de familiaridade, em um ambiente que não é utilizado normalmente por esses indivíduos, criando um clima de *communitas*.

Podemos pensar o contexto da convenção como uma narrativa; os elementos surgem para contar uma história que todos, de certa forma, já conhecem, mas que se faz necessário lembrar, como por exemplo a retomada de elementos da história partidária e de suas realizações ou o jingle do PPB.

Durante a convenção, existe a tentativa de mascarar, conforme a definição de Leach (1978), a personalidade social dos participantes. Por exemplo, quando na fala de Maria do Carmo, “meu povo”, ou como também, ao caminhar entre o público, está tentando criar uma identificação com o mesmo. As pessoas ao utilizarem adesivos e camisetas reforçam essa situação de *communitas*, ou seja, tentam quebrar as diferenças e as hierarquias existentes.

As falas se alteram tanto durante o ritual em seu contexto geral, como nas falas passando da *communitas*, momentos de participação geral, para um momento carismático de reforço do papel do candidato, e reforçando suas qualidades, isso é visto também no *jingle* da campanha onde se coloca o poder de fazer as coisas.

---

<sup>18</sup> Ainda sobre o tema das manifestações rituais ver Rivière (1989, 1997).Maisonneuve (1991), Cazeneuve

A convenção pode ser vista como um momento de limiaridade, conforme Turner (1974), pois os militantes são alçados a condição de candidatos enquanto durar o “tempo do político” conforme afirma Palmeira e Heredia(1995).

### 3.3 Características da convenção

1. A convenção é um sistema diferenciado, onde os seus participantes utilizam máscaras sociais, para tentar diminuir as distâncias entre os participantes.

2. A convenção cria um contexto de distância aos que estão no palco (autoridades) e o público (platéia), mas isso é minimizado pelo contexto de *communitas*, existem dois códigos em ação um que reforça a hierarquia e outro que busca criar uma certa igualdade.

3. Na convenção, apesar das oposições serem levadas em conta, a forma de expressão entre aqueles que falam no púlpito e ao público é diferenciado, os discursos tendem a uma característica pendular, ora existe uma mediação, uma aproximação com o público “meu povo” ou “amigos e amigas”, “companheiros e companheiras”, ora reforçam as diferenças existentes no contexto, as falas são de afirmação e enaltecimento de personalidades do partido e do candidato criando aí uma diferenciação entre público/ator.

A convenção em sua carnavalização, com as charangas tocando e as pessoas com camisetas de seus candidatos (fantasiados), também tem essa característica. Mesmo ainda mantendo uma certa hierarquia social na maneira de se vestirem *status*, os materiais de campanha, adesivos, camisetas, servem para criar essa noção de

máscara de *status*. Todos se manifestam dançando, aplaudindo de forma a compartilhar as emoções ali criadas. Pois essas pessoas, que em outro contexto social dificilmente estariam dançando juntas, no ambiente da convenção o fazem. Da Matta (1990) analisa o “Carnaval como instrumento básico para atingir o ambiente comunitário”.

A convenção tem um caráter de marcar o momento de ser ou não candidato, demarcando o tempo do político assumindo o caráter de ritual de “Investidura”. A convenção neste caso ocupa o papel de instituidor. Outra característica da convenção aponta para um “Ritual de calendário”, pois, demarca o “tempo da política” como diz em Palmeira e Heredia (1995), “a política aparece com as eleições. Aparece subvertendo o cotidiano” (p.32).

O tempo político, conforme os autores, está marcado pelo início da campanha eleitoral, período em que militantes e cabos eleitorais assumem “tarefas políticas”. Atividades múltiplas que têm um caráter extra, compreendendo desde a elaboração e distribuição de propaganda partidária nas ruas, participação em reuniões para traçar estratégias de campanha, comparecimento a comícios, audiência nos programas eleitorais de TV ou rádio até a distribuição de material como bandeiras, botons, adesivos, etc.

“O caráter sazonal da política, ao contrário de sugerir a sua falta de importância, afirma a importância que tem nas representações e práticas sociais dessa sociedade. Na verdade, as eleições definem um ‘período’ crucial no calendário da população. Como o ciclo de festas religiosas que se estendem, anualmente, do início de dezembro até o Dia de Reis, em janeiro, configuram o ‘tempo de festas’, ou ‘as festas’, ou como eventos litúrgicos que se estendem da Quarta-feira de Cinzas ao Domingo de Aleluia delimitam o ‘tempo da Quaresma’, as eleições abrem espaço para o

tempo da política” (Palmeira e Heredia, 1995: 34).

É nessa demarcação de tempo e espaço que coloco a convenção, dando início ao processo eleitoral.

### **3.4 A ação, performance e corpo**

No contexto da convenção, os atos mais importantes são aqueles que estão ligados à fala, à locução, pois é na relação entre locutor e receptor que se constituem as alianças identitárias. É nessa relação que os símbolos são constantemente acionados para gerar essas complicitades. Neste sentido, os discursos têm no ritual político moderno semelhante papel apontado por Mauss (1979), em “A prece”, quando diz o autor:

“A prece é uma palavra, ora, a linguagem é um movimento que tem um objetivo e um efeito; é sempre no fundo um instrumento de ação. Mas, age exprimindo idéias, sentimentos que as palavras traduzem para o exterior e substantificam. Falar é ao mesmo tempo agir e pensar: eis porque pertence ao mesmo tempo ‘a crença e ao culto’”. (Mauss, 1979:103)

O que está dito aqui é, de certo modo compartilhado por Austin (1990), no livro “Quando dizer é fazer”, onde afirma: “Casos e sentidos em que dizer algo é fazer algo; ou em que por dizermos, ou ao dizermos algo, estamos fazendo algo” (Austin, 1990:29). No caso do político, em que a palavra é o principal instrumento de ação, é no contexto das falas que as negociações e mediações com os diversos universos simbólicos de agentes em locução se exprimem.

No contexto do ritual da convenção, a eficácia simbólica das falas têm validade na medida que estas têm reconhecimento a partir dos símbolos que são acionados, como também a performance do discurso no

sentido de dramatização, aqui posta como culminância aos momentos de conflito e tensão do grupo, pois aparentemente, no contexto da convenção, os conflitos foram sendo minimizados para que a convenção se torne o momento ritual de conagração. Neste contexto trazer a concepção de performance defendido por Finnegan (1992): “é um modo de uso da linguagem, um modo de falar” (p.1) ou mais, como “atos communitas”, como também é corroborado por Turner (1982, 1990):

“O ritual, ao contrário do teatro, não distingue público e atores. Ao contrário, existe uma congregação cujos líderes podem ser sacerdotes, membros de um partido ou outros especialistas em rituais religiosos ou seculares, mas todos dividem formalmente e substancialmente o mesmo conjunto de crenças e aceitam o mesmo sistema de práticas, o mesmo conjunto de rituais, e ou de ações litúrgicas. Uma congregação está lá para afirmar a ordem teológica ou cosmológica, explícito ou implícito, que todos em comum sustentam, para atualizá-la periodicamente para si e para os que inculcam os princípios básicos daquela ordem nos membros mais jovens, geralmente em uma série gradual de rituais de crise de vida,” (Turner,1982:16)

No ritual, a análise da performance das expressões do corpo tem um papel importante, pois na política no Brasil , os candidatos aos cargos majoritários confundem-se simbolicamente com a instituição do partido, sendo que, no momento eleitoral, essa tendência se reforça.

Porém, o que vale ressaltar no processo convencional é o fato que, no espaço ritual, dá-se um condensar de símbolos, instituídos na figura da candidata, neste caso, a prefeita, como ocorre com outras esferas de poder, governador, presidente, pois a tradição presidencialista da política no Brasil tende a concentrar um enorme poder nesses cargos. Mesmo sendo apenas candidatos, esses indivíduos, ao se instituírem, já levam consigo, em parte a força simbólica do cargo do qual estão

disputando, somado ao capital simbólico do partido. O ritual da instituição transforma o indivíduo em pessoa, no qual o corpo natural, passa a ter um caráter de corpo político “ampliando” assim a abrangência desse corpo natural, tornando-o pessoa, constituindo esse corpo político, dando-lhe um caráter mítico ao corpo político (Kantorowiz:1998, Balandier:1988, Soares:1993, Rifiotis:1996).

“O Corpo do soberano tradicional é o corpo político. Todas as práticas rituais e cerimoniais que presidem a investidura têm por função operar essa transfiguração. assentar essa mudança de estado.” (Balandier, 1988: 46)

Na convenção, a imagem da candidata a prefeita se funde com a imagem do partido no espaço convencional, balões formavam o nome da candidata ao fundo do palco, balões estes com as cores do partido, reforçando esse sentido de fusão das imagens. É o ritual da convenção, que possibilita esse condensamento de símbolos em torno da figura do candidato, onde o corpo natural acaba por ampliar seu simbolismo agregando à imagem do partido a biografia da candidata, demonstrando que o seu capital político está ligado à trajetória dentro de um mesmo campo político. Desse modo, a convenção cria esse ambiente identitário.

Os discursos sempre relembram as características do candidato e as realizações do partido, nesta condição existe a possibilidade de fusão com a imagem da cidade. A cidade que é evocada, não é apenas a cidade do presente, mas aquela do passado, quando o partido a administrou. E a do futuro sugerida no lema “Porto Alegre pode mais”.

Nas falas, a metáfora do corpo é uma constante, diz um dos discursos:

*. . . nós queremos Porto Alegre bonita, claro que queremos, tanto quanto os que hoje a administram, mas nós a queremos saudável, queremos as suas veias limpas, permitindo que*

*corram por elas, e nas suas artérias, as nossas riquezas . . .*  
(Dep. Jarbas Lima)

A imagem da política com limpeza é o tempo inteiro retomada. Em contraposição a de coisa suja, como é vista pelos populares (Magalhães, 1995). A tentativa de associar as imagens dos candidatos à limpeza à beleza é constante, pois, é no momento do ritual que esses elementos serão reforçados pelo conjunto daqueles que participam do processo. Isso aparece em expressões como “com a tua espontaneidade, espontaneidade limpa, transparente, que caracteriza a tua personalidade”, ou por outra fala “Maria é bonitinha sim, e graciosa.”. Conforme (Douglas, 1976), a classificação de puro e impuro, limpo e sujo, compõe a tentativa de ordenamento do mundo no sentido de criar categorias de pertencimento.

A representação política da cidade, a sua eficácia, passa não só pelo conteúdo discursivo estrito senso mas pelas imagens que ele consegue compartilhar, como também pela forma como o locutor gesticula, se veste, ou seja, compõe o todo da performance discursiva.

Existe também, no contexto do ritual, como um elemento importante, a representação sobre o feminino no político, pois a chapa de candidatos a prefeito e vice é composta por uma mulher e um homem. Essa situação traz à tona as representações do feminino e masculino com relação à política, englobada pelo contexto regional do Rio Grande do Sul.

A mulher candidata é constituída a partir de adjetivos e substantivos tais como: competência, liderança, “bonitinha”, “graciosa”, garra, “figura querida”, “simpática”, sorridente, juventude, “minha querida”, “espontânea”, espontaneidade, “limpa”, “transparente”, inteligência fulminante, competência de comunicar, força, coragem, destemor, determinismo e “a beleza das nossa mulheres”, ou mais:

*Porque havia e porque há um sentimento que Porto Alegre, que vai ter uma eleição decisiva para o seu futuro, não podia abrir mão de alguém que tem sensibilidade, que tem perfil que a Maria do Carmo encerra como deputada e como jornalista, nós os jornalistas, somos perseguidos, tem uma pessoa que ficou famoso no Brasil que disse, fulano de tal, ministra, apesar de ser mulher, Maria do Carmo se console, agora é, apesar de ser mulher você é jornalista, na cabeça de alguns poucos tacanhos, não! Bom que seja mulher e que seja candidata mulher, e bom que seja jornalista. (Gov. Antonio Britto)*

A mulher é associada a dois grupos de imagens, a primeira resume características da representação do RS sobre a mulher: feminina, de gestos delicados e comedidos, ligados à imagem da prenda (Leal, 1993), contudo, na política, a mulher é englobada por valores associados ao imaginário masculino, pois sem isso ela não poderá exercer a liderança, função essa historicamente determinada por homens, ou seja, a imagem da mulher no político, neste caso, lembra as características da personagem Ana Terra do romance de Érico Veríssimo, *O Tempo e o Vento*, pois é característica do gaúcho que, em sua cultura masculina predominante, tenha que estar constantemente enfrentando desafios. A bravura, a garra, o desafio dos outros, a coragem, existe na glorificação do gaúcho guerreiro e líder.

O corpo está presente em quase todas as manifestações discursivas, “vir pelas tuas mãos” ou “atingir o coração dos cidadãos” que aparecem constantemente. Dentre os vários elementos que compõem as manifestações discursivas no ritual da convenção, os aspectos da gestualidade vinculada, não somente à fala, mas a toda gama de possibilidades de performance corporal, estão culturalmente estabelecidas. Como afirma Mauss (1991), ao falar das técnicas corporais afirma: “entendo por essa palavra as formas em que os homens, sociedade por sociedade, de forma tradicional, fazem uso de seu corpo” (Mauss, 1991:22).

Pode-se dizer que essas técnicas formam uma linguagem que ocupa um papel preponderante no ritual, pois a ação gestual tem a função de comunicar. Existe em todas as atividades do social um conjunto de códigos corporais<sup>19</sup>, fazendo com que as pessoas, de alguma forma socializadas com determinada atividade, compreendam o significado das emoções expressadas. O gesto é socializador dessas emoções.

Na política, também existem inúmeras performances corporais, as falas, o aperto de mão, o tapinha nas costas, o carregar a criança no colo, os abraços nos eleitores, a atividade da política, isso tudo põe como um elemento constitutivo o contato corporal, a gestualidade discursiva, pois não se pode mostrar muita proximidade, nem muita distância daqueles que se deseja representar.

Podemos observar esses elementos na seqüência fotográfica a seguir, na convenção, a candidata Maria do Carmo gesticula ao ser aplaudida pelo público. Neste momento a iluminação do palco com as luzes mais centralizadas valorizam o corpo, principalmente acima da cintura, mostrando aí uma hierarquia das partes do corpo que devem ser ressaltadas nesta ocasião, ou seja, temos como elemento principal a cabeça, mas valorizando o rosto, os olhos e a boca e os braços com ênfase para as mãos.

---

<sup>19</sup> Sobre representações de corpo, ver Duarte (1986), Knauth(1991), Victora (1991), Borges (1993), Ferreira (1993).



FOTO Nº 01



FOTO Nº 02



FOTO Nº 03

Fotos 1,2 e 3 : "Deputada Maria do Carmo" ; Autoria: Paulo Diniz; Porto Alegre, Auditório da Assembléia Legislativa, 01/06/96; Fonte: Assessoria da Assembléia Legislativa; P & B, tamanho 10 x 15, escaniada e reduzida.

A colocação da mão esquerda sobre o coração (foto 1), demonstra uma afetividade, como um gesto de retribuição ao público pelos aplausos que recebe, expresso também no sorriso em seu rosto que dirigia ao público, no intuito de dizer que todos estão em seu coração. Sabe-se que, em nossa cultura, o coração é tido como o elemento que comanda as emoções; aproximar do coração é compartilhar de sentimentos que temos apenas por pessoas importantes em nosso cotidiano, como familiares, namorados, amigos, pessoas que tenham uma proximidade emocional conosco.

Ainda na seqüência, a movimentação do braço direito (foto 2) em direção ao público e ao seu corpo, busca minimizar a assimetria existente entre a candidata e o público, esse movimento é de acolhimento, como se fosse um chamamento a abraçar todos os que estão presentes.

Com o braço direito levantado no sentido vertical (foto 3) tendo o antebraço e a mão ultrapassando a linha da cabeça, e com o rosto levantado, o tronco ereto, passa uma dimensão de ampliação do corpo,

dando um aspecto quase mítico a esse gesto, nesse momento reforça a hierarquia existente entre o público e a candidata. Observamos que essa retomada das assimetrias nunca se dá de forma a quebrar os aspectos relacionais de aproximação construídos anteriormente, a tentativa é de manter uma certa harmonia entre as partes, pois a dissociação dos elementos simbólicos daqueles que participam do ritual, o que acabaria gerando um certo nível de conflito o que impediria o ritual de se tornar um espaço de “negociação da realidade”.

### 3.5 Construindo a cidade

O momento ritual da convenção como, de certo, de toda eleição, torna-se um instante importante para a disputa sobre o imaginário de qual cidade se quer e qual cidade se está vivendo, como afirma Oliven:

“Por se constituírem nos centros mais dinâmicos de sociedades complexas, as cidades representam também espaços nos quais as contradições deste tipo de sociedade se tornam mais evidentes. A cidade passa assim a se constituir no *contexto*, no qual se desenvolvem vários processos e fenômenos sociais. Ela não é a principal causa desses fenômenos (embora possa intervir no seu desenvolvimento), mas se constitui no centro de convergência das mais variadas ordens” (Oliven, 1992b:13).

Entendo que, ao marcar a convenção para o auditório da Assembléia Legislativa do RS, isso está dentro de uma estratégia de disputa sobre o imaginário da cidade e de auto-valorização do grupo partidário. Pois, além de ser um lugar consagrado politicamente pelas atividades que ali acontecem, a assembleia legislativa localiza-se no centro da cidade, de frente ao local conhecida popularmente como Praça da Matriz.

Neste espaço estabelecido, há a igreja matriz, que dá o nome ao local, pois de fato a praça chama-se Marechal Deodoro, o palácio do governo do estado do RS, o tribunal de justiça do estado e mais o teatro São Pedro que é um importante pólo de difusão cultural. Realizar a convenção neste espaço não significa apenas ocupar geograficamente o centro da cidade, mas também é estar presente em um espaço que congrega uma simbologia não apenas para aqueles que estão na política, mas para o conjunto dos habitantes de Porto Alegre, constituído como um espaço de tradição, de memória, de afetividade, pela diversidade de atividades que lá ocorrem, e de grande valor também para o conjunto dos habitantes do estado do Rio Grande do Sul.

Nesta linha, se apresenta também o *jingle* de campanha tematizando a cidade, como tendo uma personalidade, ou seja, construindo a cidade como uma pessoa:

*Somos um povo forte que sabe o que quer,*

*nosso Porto é Alegre e se orgulha de ser assim,*

*nossa história é feliz*

*Mas pro futuro nós queremos muito mais,*

*acredite, Porto Alegre pode mais*

*acredite, Porto Alegre pode mais.*

O que ocorre durante as eleições é que os diversos candidatos se transformam em narradores sobre a cidade. É essa disputa de narrativas que se constitui o núcleo da campanha eleitoral, criando vários mitos sobre o que é a cidade. O candidato, aqui, ocupa a imagem do

*flâneur* contemporâneo<sup>20</sup>. A exemplo de um dos discursos durante a convenção.

*Comecei a percorrer esta cidade mais ou menos assim, como quem anda por um mapa do tesouro muito especial, apreciando se descobre um tesouro em cada esquina, em cada rua, em cada praça, em cada curva do Guaíba, em cada pôr do sol, me apaixonei por esta cidade e cheguei aqui para ficar, o que me fez um pouco açoriano ... que aqui vieram para fazer e ficar. E porque amei esta cidade compreendi seus movimentos, os seus fluxos que nela se construíam . . . . (Percival Puggina)*

Ou como diz outra fala,

*Mais uma grande liderança de Porto Alegre, mais um homem que ajudou a construir esta cidade, e o progresso também chegou através de suas mãos, [. . .] secretário dos transportes, homem que a cidade não esquece e que homenageia [. . .]. (Apresentador)*

A visão da cidade moderna progressista é a cidade cheia de obras rasgada por avenidas e viadutos, é uma leitura desenvolvimentista da cidade. O que encontramos também é um discurso mítico sobre a cidade com referência às realizações do PPB quando de sua administração.

*O partido progressista tem um patrimônio político de realizações [. . .] novas praças, mais de um milhão de árvores plantadas nessa capital e sem dúvida nenhuma um dos maiores projetos sociais do país, que é o complexo residencial e habitacional da Restinga. Este patrimônio eu não ponho dúvidas, os nossos adversários não podem apagar, está aí, indelevelmente, para a população ver como pode-se fazer [. . .]. (Guilherme Socias Villela)*

Sem dúvida, ao trazer a noção de patrimônio político administrativo está trazendo a noção de tradição, lembrando que o PPB

---

<sup>20</sup>O conceito contemporâneo de Flâneur está referenciado em Bolle (1994:366)

tem suas raízes em outros momentos da história da cidade. Contudo, essa história tem que ser bem focada pois o PPB, que era a antiga Arena e PDS, tem também o seu passado ligado ao regime militar e dos prefeitos nomeados, o que em tempos de democracia não é um bom capital político.

O que tentam os diversos candidatos durante as eleições é expressar a polifonia da cidade (Canevacci, 1993) ou, como afirma Lynch (1988):

“Embora a clareza ou à legibilidade não seja de modo algum a única característica importante de uma cidade bela, a sua relevância adquire significado especial quando se observam arredores na escala urbana de tamanho, tempo e complexidade. Para compreender isto temos de considerar a cidade não como algo em si mesmo, mas a cidade como objeto da percepção de seus habitantes” (Lynch, 1988:13)

O PPB e os demais partidos apresentam no momento eleitoral as diversas percepções sobre a cidade. O existe aí uma disputa simbólica sobre a cidade e sua concepção. É essa disputa que credencia o partido X ou Y dentro do campo político no território da cidade. Quando a legibilidade discursiva do candidato cruza com as representações também dos eleitores sobre a cidade, é possível medir a eficácia simbólica do discurso sobre o espaço da cidade. Existe no conjunto das manifestações discursivas sobre a cidade a busca de uma identidade da cidade, aparecendo associadas imagens sobre a beleza, uma certa felicidade, alegria, ou mesmo ao caos atual. Essas manifestações tentam forjar uma idéia de cidade. Como por exemplo:

*Ouso dizer que Porto Alegre é, ao mesmo tempo, a nossa casa, é a nossa pátria, é aquele pedaço de chão brasileiro onde todos os dias pisamos, todos os dias vivemos, onde trabalhamos, onde criamos e educamos os nossos filhos, olhando para a*

*realidade de cada dia nessa cidade, percebemos que todos podem viver melhor. . . .* (Maria do Carmo)

A fala acima reforça a visão da referência do território, para a representação do político, pois, mesmo em um momento de globalização, a referência do local ou regional torna-se importante (Palmeira, 1996) e (Heredia, 1996). Abélès, (1992) demonstra, ao fazer a análise de um processo mais amplo como a Unificação Européia que o aspecto do território é ainda uma variável importante. Referindo-se quando da eleição do Parlamento Europeu, quando diz:

“A maioria dos Estados é favorável ao escrutínio proporcional, que possui a vantagem de refletir mais adequadamente as opiniões dos eleitores. Ao mesmo tempo, parece importante preservarem-se os recortes territoriais” (Abélès,1992:63).

Tentando mostrar que a cidade imaginada pelos governantes nunca condiz com aquela das vivências cotidianas é que trago essa citação do livro “Cidades Invisíveis” de Italo Calvino:

“De agora em diante começarei a descrever as cidades - dissera Khan- nas suas viagens, você verificará se elas existem.

Mas as cidades visitadas por Marco Polo eram sempre diferentes das imaginadas pelo imperador.

“- Entretanto, construí na minha mente um modelo de cidade do qual extraio todas as cidades possíveis- disse Kublai - Ele contém tudo o que vai de acordo com as normas. Uma vez que as cidades que existem se afastam da norma em diferentes graus, basta prever as exceções à regra e calcular as combinações mais prováveis.

“- Eu também imaginei um modelo de cidade do qual extraio todas as outras - respondeu Marco - É uma cidade feita só de exceções, impedimentos, contradições, incongruências, contra-sensos. Se uma cidade assim é o que há de mais improvável, diminuindo o número dos elementos anormais, aumenta a probabilidade de que a cidade exista. Portanto, basta subtrair as exceções ao meu modelo em qualquer direção que eu vá, sempre me encontrarei diante de uma cidade que, apesar de sempre, por causa das exceções, existe.

“Mas não posso conduzir a minha operação além de um certo limite: obteria cidades verossímeis demais para serem verdadeiras.”. (Diálogo entre Kublai Khan e Marco Polo, descrito por Ítalo Calvino em as Cidades Invisíveis: 67)

Apresentarei a seguir as questões referentes ao regionalismo e sua interface com a política.

### **3.6 Regionalismo como referência**

Uma das questões presentes no contexto convencional são as referências à cultura gaúcha e sua interface com a política. Desde o início da convenção, a presença do cantor nativista Rui Biriva dava essa característica necessária para um partido que tem fortes raízes no interior do estado e que não pode perder esta identidade.

Apesar da eleição municipal mais importante ser a da capital e ter um papel fundamental na geo-política do Rio Grande do Sul, a presença do grupo nativista garantia um enlace entre o urbano e o rural. Contudo essa simbologia não ficou restrita à presença desse grupo nativista, nas falas dos oradores, os aspectos regionalistas estiveram presentes todo tempo. Foi durante a convenção que se lançou o hino do

PPB do Rio Grande do Sul, o único hino regional de partido em todo país:

*“PPB PPB Partido Progressista Brasileiro*

*O nosso lema é justo e verdadeiro*

*Ajude a erguer*

*Um novo Rio Grande (bis)*

*Rio Grande de Paz*

*Rio Grande de Luz*

*Rio Grande de fé sonhado por mim e por ti*

*PPB*

*O meio ambiente*

*A terra da gente*

*A nova semente*

*Vai germinar e crescer*

*PPB PPB Partido Progressista Brasileiro*

*O nosso lema é justo e verdadeiro*

*Ajude a erguer*

*Um novo Rio Grande*

*PPB*

*Não dá mais pra esperar*

*O futuro é pra já*

*Nós viemos lutar e vencer*

*PPB PPB Partido Progressista Brasileiro*

*O nosso lema é justo e verdadeiro*

*Ajude a erguer*

*Um novo Rio Grande”*

A letra do hino do PPB contém vários elementos do capital simbólico que constitui a cultura gaúcha, encontramos o binômio tradição-modernidade, o qual no contexto do Rio Grande do Sul nos parece indissociável. Caminham juntos o gaúcho de imagem rural e o gaúcho da cidade. Ambos compartilham os valores de guerreiro, de honra pessoal, da linguagem, da garra, o amor pela terra, o vencer os desafios, o suor e o brio, a coragem e o trabalho e a disciplina.

“No Rio Grande apresenta-se recorrente o discurso de situação calamitosa do estado, como também de grande vitalidade, ou mesmo, da constante evocação das peculiaridades do estado”. (Oliven, 1992a:65)

Esses elementos apontados por Oliven (1992a), ficam evidenciados no discurso que segue

*Nós já fomos Arena, de saudosa memória, fomos um partido forte, a força do Rio Grande [ . . . ] PDS, partido que soube ficar sozinho, corajoso, abraçando todas as maledicências e todas as responsabilidades de um governo. Ah! PDS, tenho saudades do PDS. Partido que Alexandre Garcia se referindo ao Rio Grande dizia, o único PDS que deu certo, o gaúcho. PPR, que hoje está nos aclimatando com tantos inconformados com a mudança de partido que vinha goela abaixo e que na verdade, nós tínhamos que admitir. Surgiu o PPB, sim! Estamos nele, parece vitorioso, Vitorioso por causa de Bernardi do Rio Grande [ . . . ] Mas por que será que o PPB consegue lograr sucesso? Por causa do elemento humano, do grupo humano, do grupo social que não se dissociou, porque nós conseguimos continuar unidos, com interior rural, com o Rio Grande rural, praticamente é vitorioso, é corajoso, é um dos partidos mais fortes, só na capital é que temos problemas . . . . (Pedro Américo Leal)*

Essa fala caracteriza bem a tradição narrativa de acontecimentos no Rio Grande do Sul. A narrativa épica é um gênero literário característico do gaúcho que tornou-se a forma mais utilizada de referenciar os acontecimentos e as realizações no estado. Outro elemento

presente é a valorização de uma moralidade diferenciada dos demais estados do país, pois vem contaminada pela tradição positivista.

Também os elementos nacionais estão presentes, mas passam por uma certa tensão, ora oscilando na defesa dos elementos regionais, ora dialogando com o resto do país, ser gaúcho é ser brasileiro. Mesmo sobre esta tensão, não existe outra maneira para chegar à identidade nacional que não seja passar pelas questões regionais (Oliven, 1992a), com todos os seus elementos constantemente sendo ritualizados, constituindo o que podemos chamar de um capital simbólico regional.

### **3.7 O partido como uma família**

Um dos aspectos que quero ressaltar aqui é o paralelo entre partido e família<sup>21</sup> e as relações semelhantes existentes nesses universos. Na Antropologia clássica, a instituição família sempre teve um papel importante nas relações políticas passando pelas alianças entre clãs e linhagens, pelos casamentos, pelas trocas e reciprocidades decorrentes dessas relações. Tomo de Abélès (1992), essa aproximação entre partido e família, quando descreve as relações partidárias dentro do parlamento europeu desta forma:

“Quem diz família política diz também filiação: patrimônio, herança, socialistas, liberais, democratas-cristãos são verdadeiras linhagens no seio das quais se transmite um conjunto de crenças e de símbolos, de convicções e de projetos, enfim, um mundo de idéias que define o grupo e determina sua estratégia. Quanto mais importante for a linhagem, mais difícil será

---

<sup>21</sup> Aponto para a distinção estabelecida por Landé (1977) entre dois modelos, a política baseada em grupos (linhagens, clãs, castas, partidos políticos) ou em díades (relações indivíduo-indivíduo), entende o autor que nunca esses dois modelos são encontrados puros, porém considero que ao falar em família como modo representacional do grupo, estou me aproximando mais do primeiro modelo.

administrar este patrimônio. É importante manter-se fiel à ideologia que cimenta a família política, mas ao mesmo tempo atualizá-la e adaptá-la às exigências da conjuntura.” (Abélès, 1992: 155)

No caso brasileiro, a relação entre família e política aparece em vários momentos dos estudos das Ciências Sociais. Com os escritos de Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala e Sobrados e Mucambos*, o tema da família aparece como o centro das relações políticas no Brasil. O autor mostra as relações de amizade e compadrio e suas influências na estrutura política.

Essa tradição de análise percorreu um longo caminho, passando pela temática do patrimonialismo e clientelismo até chegar à formulação de Da Matta (1991b) do Brasil como uma sociedade relacional. Esse autor defende a tese de que o sistema ritual brasileiro é um modo complexo de articular a relação entre “casa” e “rua”, “nós” e “os outros”. A festa e o cerimonial são, para ele, um momento solene de relação entre sistemas sociais diferentes.

Essa temática aparece durante o ritual da convenção, pois é o momento de embricamento entre os universos da casa e da rua, do público e do privado.

Nos discursos proferidos, é constante os elementos que se referenciam nesses aspectos. por exemplo, ao anunciar os candidatos a vereador fala-se em seguida do nome, uma série de referências como “fulano de tal, médico, jornalista, voltado para área do esporte, sua área eleitoral Menino Deus, aí está o candidato a vereador”. Essas referências visam demonstrar qual o capital político e social que o candidato x ou y tem e quais as redes sociais a que ele está ligado.

Ao fazer referência às redes sociais vinculadas ao candidato a vereador, a tentativa é de associar as diversas identidades que o

candidato aciona durante o período eleitoral: médico, pai, jornalista, morador de determinado bairro (para citar alguns), são elementos importantes no contexto eleitoral, pois se criam aí uma relação entre essas referências e o candidato. Scotto (1994), ao analisar as eleições municipais do Rio de Janeiro, comenta que o uso dos panfletos para apresentação dos candidatos tem como intenção mostrar, além de um referencial partidário, a trajetória de vida, o seu capital cultural, social e político e, também, que o candidato tem família, amigos e pessoas influentes.

No caso da convenção, esse *curriculum vitae* falado pelo apresentador, que se transformará no panfleto de campanha, é um elemento importante para ser invocado durante esse evento e com isso tomado dentro de um sentido de ritual de investidura (Bourdieu, 1996). Essas referências de representação política são legitimadas durante o ritual e passíveis de utilização no período eleitoral. Os diversos atributos ou qualidades agregados ao candidato mostram suas diferentes identidades, o que Velho (1994) chama de potencial de metamorfose, ou seja, o repertório de papéis sociais que cada indivíduo tem e que os aciona em determinados espaços para fazer a negociação da realidade entre os diversos âmbitos, assumindo assim o papel de mediador cultural entre esses domínios, transitando entre universos simbólicos diferentes.

A rede também é uma rede de apoio, de solidariedade, de compromissos, no sentido Maussiano de dons e contra-dons, pois, se eleito, o candidato deve retribuir o *dom* recebido, que nesse contexto é o voto, com favores a pessoas, grupos ou setores da sociedade. Ou seja, o contra-dom ao voto é a forma de retribuir a confiança recebida e manter as responsabilidades assumidas.

A idéia da rede como elemento político aproxima-se muito do que nos diz E. E. Evans-Pritchard em *Os Nuer* (1978) pois as linhagens, segundo ele, têm uma função política conforme a sua extensão, elas

atribuem maior ou menor poder no contexto das disputas, isso também ocorre ao apresentar a rede.

Na maneira de se apresentar e se referenciar aos membros do partido, por exemplo: “*companheiros e companheiras do Partido Progressista*” (Jarbas Lima), o progressista aí aparece quase como uma assinatura, como um sobrenome, ou seja, como uma linhagem. Sem dúvida, o partido é um grupo de referência importante com paralelos com o grupo familiar, no sentido de se constituírem relações de reciprocidades entre os correligionários. Como afirma Bourdieu (1989) o partido torna-se um meio de ascensão que no caso brasileiro se coloca com mais peso, pois trata-se de sociedade relacional, em que o partido toma um caráter familiar.

“O jogo da chamada ‘política’ no Brasil fica então entendido. É que o discurso público é realizado utilizando-se um ideário liberal universalista, fala-se de fato aos cidadãos do país. Mas a prática política se faz dentro de um outro quadro de referência e segue, como estou tentando revelar, uma outra lógica. Aqui o quadro é dos amigos, e correligionários que, uma vez no poder, terão tudo. É a lógica das lealdades relacionais, a qual não tem nenhum compromisso legal ou ideológico”. (Da Matta, 1991: 94)

Outro exemplo de que esses universos da política e da família estão imbricados é a necessidade que existe durante o ritual da convenção de se referenciar a família. Além de no próprio contexto da convenção, inúmeras pessoas vinham com seus familiares para participar desse momento partidário e as falas tinham sempre esse elemento presente. Como podemos observar nos discursos a seguir:

*. . . Conduzimos esta cidade com a ajuda de Deus, que certamente nos ensinará a ser fiéis aos nossos ideais, para o*

*destino que ela merece que os meus filhos merecem e que os filhos de vocês merecem, muito obrigado. (Percival Pugina)*

Ou ainda:

*. . . Ter ao meu lado Percival Pugina, para mim é incalculável porque eu o admiro e já há muito tempo na sua forma de pensar, na maneira como diz as coisas, no seu jeito de ser como homem, como pai de família, como marido e como homem de fé” (e segue dizendo) “o segundo momento especial é para dizer a vocês que a minha emoção se completa no momento em que tenho ao meu lado, a minha força, o meu companheiro e o meu grande amor, meu marido Carlos. Meus companheiros e companheiras, em oito de fevereiro de 1959, o mesmo ano Pugina, que tu chegaste a esta cidade, eu cheguei, dez anos de idade, um dia de muito calor, de sol, vinda de Santa Bárbara do Sul junto com a minha mãe Didi, que hoje tem 82 anos, minha companheira e minha grande força, com ela e mais seis irmãos eu pisava o solo da cidade grande. (Maria do Carmo)*

Na imagem a seguir fica claro o quanto está presente, no espaço político, o universo da família, e como é valorizado. Temos na mesa da convenção, (da esquerda para direita), a esposa de Percival Pugina - candidato a vice-prefeito, o próprio candidato, a candidata à Prefeitura, Maria do Carmo, e o seu marido.



FOTO Nº 04

Foto 4: "Deputada Maria do Carmo, Percival Puggina e outros" ; Autoria: Paulo Diniz; Porto Alegre, Auditório da Assembléia Legislativa, 01/06/96; Fonte: Assessoria da Assembléia Legislativa; P & B, tamanho 10 x 15, escaneada e reduzida.

Ao trazer o universo da família para o campo político, os candidatos demonstram a importância, no âmbito político, do capital social da família estruturar uma referência. No senso comum, acredita-se que quem não está com a vida pessoal, íntima, afetiva organizada não consegue organizar-se fora também. Por outro lado existe também no discurso de senso comum uma postura contra essa aproximação família/política ao se falar de nepotismo, pelo menos quanto ao discurso, existe uma certa negatividade em relação a essa aproximação.

Contudo, o que está em jogo e que vamos aprofundar no capítulo IV, é a potência relacional no universo político, ou seja, a existência de códigos complementares que apontam para uma construção de uma representação simbólica sobre a política muitas vezes apresenta uma certa incoerência mas, pelo contrário, representa sim a leitura de que em uma sociedade relacional, a capacidade de se ter familiaridade com o poder é mais forte.

#### 4 A CONSTRUÇÃO DO POLÍTICO: TRAJETÓRIA E REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA POLÍTICA

Neste capítulo, analiso os depoimentos dos candidatos a vereador pelo PPB pesquisados. Os casos a seguir são representativos da heterogeneidade do objeto em questão e, sobretudo, trazem à tona questões que mostram como uma campanha política invade o cotidiano do candidato atingindo todas as dimensões de sua vida. Privilegio alguns temas para análise dos dados: início fazendo uma pequena biografia dos entrevistados apontando sua trajetória social. A seguir, analiso as motivações que o levaram ao ingresso na política, o que estou chamando de mitologia de origem. Outro recorte da análise é a adesão do entrevistado ao PPB e sua posterior candidatura. Ao final, trato dos temas família e tempo para a política.

Embora tenha realizado um total de 15 entrevistas, opto por analisar mais detalhadamente os relatos de alguns informantes chaves dessa pesquisa. Utilizei como critério para selecionar os entrevistados a proporcionalidade de gênero em relação ao total de candidatos a vereador<sup>22</sup>. Faço essa escolha partindo também do perfil geral dos 32 candidatos a vereador do PPB<sup>23</sup> e das diferentes experiências em relação ao pleito, considerando os candidatos de primeira eleição e os que disputavam a reeleição. Avalio também como os candidatos contaram suas trajetórias e quais os mecanismos acionados para a conquista de votos.

Neste cenário, poderemos perceber o movimento de passagem do “indivíduo-filiado” para o “candidato-pessoa”, conforme discutido no

---

<sup>22</sup> Pela lei eleitoral, os partidos ficam obrigados a apresentar em suas nominatas no mínimo 20% de mulheres. (Lei nº 9100 de 30 de setembro de 1995) Art. 11 § 3º.

<sup>23</sup> O perfil do candidato foi estabelecido em termos das suas condições sociais tais como local de nascimento, sexo, idade, profissão, local de moradia, dentre outros, como pode ser visto em tabela em (anexo 4).

capítulo anterior. Nesse jogo de identidades, as redes sociais nas quais esses atores estão inseridos passam a fazer parte do contexto eleitoral. Temos assim a análise eleitoral não apenas de comportamento político, mas enquanto análise de um fato cultural.

Defendo aqui o argumento de que existe uma passagem, no processo político-eleitoral, de indivíduo para pessoa, no sentido de um adensamento das redes e papéis sociais do sujeito candidato. Esses conceitos são relacionais, no sentido de que o filiado a um partido político pode ser visto como indivíduo em relação àquele que é candidato e que já possui um nome conhecido e uma rede de militantes a seu favor e, portanto, faz parte de uma rede de trocas dentro do partido, mas também fora, o que culminará pela votação. Chaves (1996), Scotto (1996).

#### **4.1 Os candidatos**

Considero pertinente apresentar os entrevistados ao leitor. A seguir, trago uma pequena biografia dos candidatos que estou privilegiando para análise do contexto político do PPB, cujos depoimentos foram citados neste texto; da mesma forma, descrevo como se deu o primeiro encontro com o candidato.

**Beto Moesch**, 30 anos, solteiro, natural de Porto Alegre, morador do bairro Petrópolis, advogado formado pela UFRGS. A entrevista foi realizada em seu comitê de campanha localizado em uma travessa da avenida Carlos Gomes. O Comitê, embora esteja em local nobre da cidade, tem as instalações modestas. No dia da entrevista, só havia duas pessoas no comitê. Ficou como segundo suplente da bancada.

A política para Beto é algo familiar, pois, tendo, segundo ele, estudado sempre em bons colégios, sendo proveniente de uma família com boas condições econômicas, foi possível estudar Direito na UFRGS e seguir a trajetória política familiar.

**Helena Mello**, 48 anos, solteira, natural de Uberlândia, Minas Gerais, mora no Sarandi, bairro da zona norte de Porto Alegre, em um conjunto habitacional do Demahb (Departamento de Habitação Municipal), tem um filho. É atendente de enfermagem, mas também trabalha como empregada doméstica e faxineira: no momento, está desempregada. Helena cursou até a 4ª série primária. A entrevista foi marcada em seu apartamento. Fui recebido na portaria do prédio pelo seu filho que tem 10 anos, perguntou: *é o Sr. que vai entrevistar minha mãe?*, logo completando: *eu não gosto de política*. O menino me conduziu até o apartamento, subimos as escadas até o 4º andar, onde Helena já esperava.

A política para Helena surgiu quando ainda morava na cidade de Santos, São Paulo, mas somente decidiu por candidatar-se em função do que ela chama de problemas de racismo com o filho no colégio. Vale salientar que ela toma por racismo todo o tipo de discriminação social. Ao contrário de Beto, ela não tem família, foi criada praticamente pelas famílias onde trabalhava como doméstica, atividade profissional que começou a exercer quando tinha 12 anos de idade.

**Pedro Américo Leal**, 72 anos, casado, natural do Rio de Janeiro, mora no bairro Bela Vista, sete filhos, todos já casados. É militar reformado com a patente de coronel, já deteve vários cargos políticos: chefe da Polícia do Estado do Rio Grande do Sul, deputado estadual por diversas legislaturas. É Doutor em Psicologia clínica e tem os cursos superiores de Psicologia e Educação Física. Fui recebido para entrevista no seu gabinete de vereador, na Câmara Municipal de Porto Alegre, onde sua assessoria é constituída por 4 pessoas, incluindo sua filha Mônica. A entrevista se deu em um clima descontraído.

A relação de Pedro Américo com a política ocorre através da sua trajetória como chefe de polícia. Hoje é o principal defensor da pena de morte no Estado. Esse fato leva-o, sempre, a ocupar um espaço

significativo na imprensa local, rádios, tv e jornais. Na época da entrevista, era vereador, concorrendo à reeleição. Considera-se uma pessoa de classe média, foi professor universitário, teve quatro mandatos como deputado estadual. Elegeu-se vereador.

**Jocélia Rosito** ou Jô Rosito, nome que usa na campanha, 49 anos, casada, natural de Porto Alegre, mora no bairro Boa Vista, três filhos. É psicóloga, trabalha como gerente de vendas. A entrevista foi marcada em seu apartamento, a conversa foi interrompida algumas vezes por telefonemas e pela campainha, pois Jô é síndica de seu prédio.

A sua relação com política ocorreu através de sua inserção na comunidade italiana, na qual é diretora de um coral. Ela decidiu se candidatar para ajudar a completar a cota de mulheres exigida por lei. Entretanto, ao reconstituir sua trajetória, busca resgatar um passado político familiar, do qual só veio a ter notícia através de uma tia, após se candidatar além de buscar uma justificativa pessoal da boa liderança desde os tempos em que participava do Centro Acadêmico do Colégio.

**João Carlos Nedel**, 54 anos, casado, nascido em Cerro Largo, distrito de São Luis Gonzaga, mora no bairro Rio Branco, dois filhos. É formado em Ciências Contábeis e está aposentado. É líder comunitário e líder cristão. A entrevista foi marcada em sua casa onde era o comitê.

A sua relação com a política é relativamente recente e aponta um grande envolvimento com os movimentos ligados à Igreja Católica. Decidiu entrar na política via Partido Democrata Cristão, o qual ajudou a fundar no Rio Grande do Sul e que posteriormente fundiu-se para formar o PPB. Elegeu-se vereador.

**Bernardo Lopez**, 39 anos, casado, também conhecido como “Japonês”, é natural de Santa Cruz de La Sierra – Bolívia, se naturalizou em 1995, morador do bairro Passo das Pedras, zona norte de Porto

Alegre, uma filha. Candidatou-se pela primeira vez nesta eleição. É auxiliar de escritório, trabalha na Federação Gaúcha de Futebol, e lá faz também a tarefa de “garimpo” de novos atletas. A entrevista com Bernardo se realizou no local de trabalho, zona central da capital.

Sua trajetória política começou na Bolívia onde estudou Direito e participou do movimento jovem da Ação Renovadora Universitária, vinculada ao partido da Ação Democrática Nacionalista que é um partido de caráter nacionalista liderado pelo general Hugo Banzer. Lá também fez vários cursos de formação política. Quando chegou no Brasil pesquisou vários partidos antes de se vincular ao PDS, tendo inclusive contatado com o PT. Sua inserção na política se dá basicamente pelo seu trabalho na comunidade com as vilas e via seu trabalho na Federação Gaúcha de Futebol.

**Pedro Paulo**, 50 anos, casado, pequeno comerciante, seu grau de instrução é primário, tem dois filhos. Natural de Santa Maria, morador do Jardim Itu Sabará. A primeira entrevista se deu em seu local de trabalho, uma loja revendedora de auto-peças de sua propriedade.

Sua relação com a política se deu por suas relações pessoais. Ele não refere nenhuma relação da sua família com a política. Embora tenha uma origem de classe popular, atualmente é pequeno comerciante e tem uma ampla inserção em várias áreas, sendo a mais importante - e peculiar - o golfe, do qual, além de praticante é campeão. Embora o golfe seja um esporte relacionado com as elites, Pedro Paulo se destaca como esportista e dirigente de diversos clubes no Estado.

**Delson Lopes**, 50 anos, separado, técnico em contabilidade (2º grau), natural de Caçapava do Sul, morador do Menino Deus, tem dois filhos. A primeira entrevista se deu em seu local de trabalho, em uma empresa localizada no centro de Porto Alegre, da qual é funcionário. A política, para Delson, surgiu através de sua participação em outras

campanhas eleitorais, do Jarbas Lima e do Otomar Vivian. É participante dos jantares da Associação da Cúria Metropolitana. Foi síndico e presidente da associação de funcionários da Cooperativa Tritícola de Caçapava.

**Carlos Matzenbacher**, 51 anos, casado, médico e jornalista, tem três filhos. É natural de Porto Alegre, morador do bairro Petrópolis. A primeira entrevista se deu em seu consultório médico.

A sua participação política ocorreu a partir de sua inserção, como dirigente, em diversas associações ligadas à classe médica, como também a clubes esportivos, pois além da atividade como médico obstetra, é jornalista esportivo. Ficou como primeiro suplente da bancada municipal.

**Alceu Lima**, 54 anos, casado, funcionário público aposentado, dois filhos, médico veterinário. Natural de Lagoa Vermelha e morador do bairro Rio Branco. A entrevista ocorreu em sua casa.

A relação com a política se dá via tradição familiar iniciada com seu pai, que foi membro do Partido Libertador, e seu irmão foi deputado estadual por diversos mandatos e atualmente é deputado federal.

**Luiz Litran**, 56 anos, casado, funcionário público, é guarda municipal, 5 filhos, segundo grau, natural de Porto Alegre, é morador do bairro Petrópolis. A entrevista ocorreu em seu local de trabalho, uma escola municipal.

A sua participação política ocorreu há algum tempo, pois é filiado desde a época da Arena, atualmente busca uma maior representatividade para a guarda municipal, como também melhorias para as vilas da região do bairro Partenon.

## 4.2 Analisando as mitologias de origem

Ao analisar os depoimentos, remeto a Max Weber (1993), que apresenta duas maneiras de inserção na política: ou se vive “para” a política ou “da” política, o autor afirma que essas oposições dificilmente se encontram cristalizadas, estão sempre em relação, nunca em seu estado “puro”. É partindo desta acertiva weberiana que retomo a fala dos entrevistados. Constato as dimensões “para” e “da” política nos depoimentos dos candidatos que justificam a entrada na política, especialmente de três formas que são apresentadas de modo recorrente em todos os depoimentos, variando a ênfase em cada uma delas:

A primeira forma refere-se a uma idéia de tradição familiar como no exemplo a seguir, no qual, o pai do candidato foi deputado e hoje é presidente do partido, desse modo, o candidato ao reconstruir sua trajetória faz questão de ressaltar esse item da sua vida.

*Nasci na política. Eu nasci no meio político, meu pai foi deputado estadual e federal (Guido Moesch), e talvez isso tenha despertado o interesse pela política, eu sempre acompanhei a política, sempre fiz campanha pro meu pai. (Beto Moesch)*

*Eu me envolvi com o partido em função da família, meu pai fazia parte do antigo Partido Libertador e aí veio a família toda se envolvendo. (Alceu Lima)*

A segunda forma está ligada às qualidades individuais, especialmente à capacidade de liderança como é afirmado no depoimento abaixo,

*Eu sempre estive ligada à liderança. Eu sempre fui líder de turma deste a 1ª série primária. Depois, no 2º grau eu tive um cargo no grêmio literário da Colégio Americano, e na PUC também. Quando conheci meu marido, era vice-presidente do D.A. da Psicologia e ele era tesoureiro, se não me engano, do Instituto de Química. Aí juntamos. E a gente sempre trabalhou*

*com comunidades carentes, aí o pessoal começou: ingressa, vai pra política – tu tens boa liderança. (Jô Rosito)*

*Eu sempre destacava desde a época do colégio do segundo grau, por exemplo, Grêmio Estudantil, Associação de Funcionários, sempre fui presidente dessas entidades. Também em reuniões de condomínio, sempre, surgiu o Delson: “vai ser o síndico”: tudo bem eu assumia. (Delson)*

Uma terceira justificativa em relação ao ingresso na política é dada a partir da relação com e até a imersão nos movimentos sociais, vinculação às associações de bairro e sindicatos, dentre outros.

*Bem, eu comecei na política, vamos dizer, tarde, porque sempre me ocupei do trabalho. [...] me dedicava, também, muito a movimentos da Igreja Católica. Então eu fiz cursilho, fiz Encontro de Casais com Cristo, fiz o Teorema, eu fiz a Tenda do Shalom, eu fiz Encontro de Reflexão da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas. Eu tenho uma boa formação nessa área cristã e nunca tive tempo pra política. Mas chegou uma época, em que eu via que era na política que se decidia tudo como a gente ia viver. E que, lamentavelmente, na política eu não estava satisfeito com o que os políticos decidiam [...] Mas para entrar na política, eu procurei um partido que se adequasse às minhas idéias, não encontrei. Mas de tanto procurar, eu encontrei o Partido Democrata Cristão, o PDC, que naquela época tinha sido reconstituído em algumas cidades do país, em outros estados, aqui no Rio Grande do Sul não. Então, ingressei, trouxe para o Rio Grande do Sul o PDC, Partido Democrata Cristão. [...] Aí, houve uma fusão nacional do PDC com o PDS, e nasceu o PPR. E aí, nessa ocasião, o estatuto foi fundado, e os princípios da doutrina social cristã que eu defendo. Depois o PPR fez fusão com o PP, e nasceu o PPB. E eu, continuei, continuei também. Então, eu estou na política desde essa época. [...] (Nedel)*

*Embora eu nunca tenha feito política partidária, a minha vinculação é recente e o meu envolvimento com a política é recente. Pelo menos assim, em termos de eleições. Mas, eu tenho uma participação muito grande em entidades, órgãos diretivos e associações de classe com os quais eu sempre tive envolvido. Muito difícil um momento da minha vida em que eu não estivesse ocupando três, quatro ou cinco comissões ou conselhos ou presidências ou secretariado. (Maztcheback)*

Evidenciam-se, portanto, três referentes principais para a entrada no mundo da política, pois nas entrevistas, percebe-se sempre a busca de constituir uma “mitologia de origem”.

Primeiramente, o despertar para as questões políticas pode se dar através da tradição familiar, ou conforme Beto Moesch coloca: “**nascer na política**”. A candidatura, nesse caso, justifica-se a partir de vínculos familiares. O projeto (Velho, 1987) ao qual o indivíduo se propõe é a tentativa mais ou menos coerente de dar sentido à sua escolha de entrar na política, pois a entrada na política, nesses casos, antecede o desejo individual e atende à expectativa de manutenção da tradição familiar neste campo, ou seja, a trajetória individual, também é uma relação com o universo simbólico ao qual o indivíduo está inserido.

O sentido de “nascer na política” é a explicação para nos dizer que a sua entrada na política estava dada, antes mesmo de seu posicionamento político. Tem-se o sentido de uma predestinação que irá se revelar mais adiante ao se buscar as motivações para a candidatura. Nesse sentido, a noção de **missão** aparece para reforçar esses dois momentos da trajetória, o interesse de entrar na política (adesão a um partido) e o momento da candidatura aparecem como estágios distintos, porém, inter-relacionados. A candidatura e a entrada na política também são justificadas como uma “missão”, um dever moral com a sociedade. Como diz o mesmo candidato em outro momento:

*Eu acho que nós temos uma missão nessa vida, a meu ver, nós temos que dar uma contribuição à sociedade, não posso só pensar no meu escritório de advocacia e ficar ganhando dinheiro. Acho que a gente tem que oferecer pra sociedade o embasamento que eu tenho. (Beto)*

Essa idéia de missão é freqüente entre os candidatos, especialmente entre os homens. A idéia de missão vem agregada ao argumento de que se tem que dar uma contribuição à sociedade. Além

disso, está implícita também uma noção de destino familiar que mostra uma candidatura quase “natural”, ou seja, onde a vontade do indivíduo não conta, é a família que leva à sua candidatura. Também é comum dentre alguns candidatos o argumento de que essa “missão” leva ao **sacrifício** de sua vida pessoal e de seus projetos individuais, em que privilegia-se um projeto coletivo em detrimento das aspirações individuais, como mostram os relatos a seguir,

*. . . porque era um ideal, eu queria servir através da política.. Eu era gerente do Banco do Progresso. Ganhava três mil a três mil e quinhentos dólares naquela época. Pedi demissão. E passei oito meses sem ganhar nada. Só eu gastando. E gastando em todo o estado do Rio Grande do Sul. Então vejam o que é o ideal. Gastei todas as minhas reservas para fazer a campanha...(Nedel)*

Outro exemplo é o do candidato que, após as eleições, decepcionado com seu desempenho eleitoral, acredita que já deu sua cota de sacrifício à comunidade através da sua participação na associação de bairro.

*Já dei a minha cota de sacrifício, então se tu pensares em termos de doação, já fiz a minha parte, então não quero mais. Mas na verdade não é assim, minha esposa mesmo diz que agora é que eu tenho que provar que eu estava na associação não pensando em outra coisa... que estava na associação porque queria ajudar efetivamente. Acabei aceitando a reeleição na associação. (Alceu Lima)*

Soares (1993) afirma que, na cultura política brasileira, o sacrifício é visto de modo positivo, cumprindo um papel central nas estratégias políticas e mitificando ainda mais a trajetória do candidato. Desse modo, é possível identificar o uso, pelos candidatos, da noção de

**sacrifício**, como uma estratégia no sentido de reforçar suas boas intenções e legitimar sua candidatura<sup>24</sup>.

Outro elemento presente no discurso a respeito do ingresso na política é o valor dado à **capacidade individual**. É comum os candidatos ressaltarem os elementos subjetivos como qualidades pessoais para justificar suas candidaturas. Jô Rosito, por exemplo comenta: *“Eu sempre estive ligada à liderança [...] aí o pessoal começou: ingressa, vai pra política – tu tens uma boa liderança”*.

A noção de “boa liderança” tem como referencial o lugar do político construído socialmente e, nesse sentido, é um elemento diferencial na constituição do contraste entre o bom e o mau político, bem como legítima a vontade de ingressar no espaço político. Especialmente, porque o “mundo da política” sempre é colocado como um mundo à parte da vida cotidiana, uma instância hierárquica mais acima, um espaço de poder.

A possibilidade de ingresso no espaço político expõe o sujeito a uma tensão entre bem e mal, entre o bom e o mau político. Nesse sentido, é importante justificar essa ação de entrada ou de desejo de fazer parte de um espaço reconhecido socialmente como o espaço da corrupção, da desonestidade, do jeitinho. Essa tensão é resolvida, primeiramente, quando o candidato se coloca como alguém diferente, como afirma Nedel em seu depoimento:

---

<sup>24</sup> Entretanto, a idéia de sacrifício pelo coletivo pode ser relativizada pelo fato, também recorrente, de alguns candidatos homens, apostarem tudo em suas candidaturas em detrimento das opiniões ou interesses familiares, o que demonstra em certa medida, um privilégio da vontade individual em relação aos interesses “coletivos” da família. As candidatas mulheres, por outro lado, tendem a construir suas candidaturas a partir do núcleo familiar. Seja impulsionada para resolver questões referentes ao âmbito familiar, como no caso da Helena, que apontou como uma das suas motivações a discriminação do filho no colégio, ou ainda como no caso da Jô Rosito, que só se candidatou após a concordância dos membros da família. A questão da família e da política será trabalhada mais adiante no item 4.5 deste capítulo.

*Lamentavelmente muitas pessoas “de bem” não querem nada com a política, acham que a política é coisa suja e não querem se contaminar dela.*

A tensão se arma na oposição entre “os de dentro” e “os de fora”, os puros e impuros. Em que alguns candidatos se colocam entre aqueles que vêm para purificar, para diluir a sujeira, ou seja, o bom político está entre aqueles que ainda não se contaminaram com o mundo político e possuem reserva moral para não se contaminar. No depoimento, abaixo vale ressaltar a idéia de que o bom político convive com o “mal” na política, mas o candidato em questão defende a idéia de que o “bem” irá se sobrepôr ao “mal”, na medida em que os bons forem ingressando no espaço político,

*. . . Talvez a política hoje ainda seja suja, ainda seja uma água marrom. Mas se tu colocar água limpa em cima dela, ela vai ficando mais clarinha, límpida e transparente. Então, o que nós precisamos é que pessoas boas “limpem” essa água suja da política com a sua presença nela e tornem a política mais límpida. E eu então, decidi isso (Nedel)*

A pessoa política é constituída a partir das características de identidade do que é ser bom ou mau político. A construção da pessoa do candidato como bom político passa por essa esfera da moralização do político, pois entre o “limpo” e o “sujo”, existe a noção de honra construída a partir da questão do trabalho. Neste sentido, o bom político, o bom líder é aquele que trabalha, que está envolvido com questões coletivas e não com ações individuais. Aqui identifica-se uma hierarquização entre aqueles que têm maiores ou menores condições de agir na política, “você tem boa liderança”, já aponta para uma qualificação distintiva, positivando e, com isso, legitimando a entrada no mundo político, o que acaba por dar maior segurança para aqueles que pretendem ingressar neste mundo pois, já é colocado num qualificativo que faz parte desta construção.

Nesta condição, o que ocorre com o político não é diferente do apontado por Da Matta (1990) na sociedade Brasileira: os homens são denunciados pelos seus cargos e posição social. Neste jogo das hierarquias sociais, os políticos são vistos como os detentores do poder e, por esta razão, vulneráveis a este tipo de situação. Volto a repetir, o “mundo da política” é considerado um outro espaço, pois entrar no mundo da política é participar de um espaço social do “você sabe com quem está falando?” (Da Matta, 1996), em que o candidato ainda não é o ator mas é aquele que utiliza seu prestígio pela possibilidade de vir a ser uma pessoa de destaque político como vereador, deputado, ou outros. Após as eleições, através do cargo tem-se a possibilidade de resolução de problemas cotidianos, colocando-se em “outra” posição na ordem social.

A partir disso, trago a terceira perspectiva ou o terceiro ingrediente, para a mitologia da entrada na política, que é o **pertencimento a um grupo, comunidade, instituição ou região**, como foi demonstrado anteriormente pelo depoimento de Nedel, no qual observou-se o envolvimento com a política a partir de uma participação nos movimentos cristãos. Outro exemplo é o do candidato Litran, que buscou a política para representar os interesses da instituição da qual fazia parte, mas também da vila Maria da Conceição, onde trabalhava:

*Eu gostaria de ser um representante na Câmara para defender os interesses dessa guarda municipal, porque ela tem que ir para rua, sofrer uma modernização [...] Outra batalha minha foi o interesse da vila da comunidade. (Litran)*

A idéia de pertencer a um grupo ou a grupos e a busca de representar a opinião destes setores é fundamental. O pertencimento a uma região ou a um grupo, cria uma condição de identificação entre seus membros. A tentativa do candidato de identificar-se com determinado setor, objetiva marcar que a sua candidatura não decorre da vontade individual, mas de uma rede mais ampla. Por esse motivo, os candidatos

consideram que a apresentação do *curriculum vitae* nos materiais é essencial, pois todos os tipos de capital são válidos para dar maior abrangência à candidatura. Quanto maior esta abrangência maiores as possibilidades de eleição. Neste momento, acionam-se como estratégias de campanha as diversas identidades sociais dos candidatos para aumentar as suas chances eleitorais.

Identificar-se com “as bases” implica também assumir compromissos no sentido de representar esses setores. Como afirma Bourdieu (1996), o capital político delegado tem como principal papel o ato ritual de “investidura”, ato magno em que o partido atesta a consagração do candidato que adquire o capital político. Esse capital é o que o partido transmite ao candidato, é parte do capital simbólico que a instituição “partido político” adquire em sua trajetória. Isso implica uma série de jogos de compromisso entre os candidatos, o partido, e suas redes, nas quais a transferência de prestígio, entre esses setores, é fundamental. Quanto mais extensa a rede, melhor para o candidato e maiores os compromissos.

Sem dúvida, esse jogo de compromissos e confiança mútua pressupõem a tentativa de deixar claro um conjunto de experiências comuns, um compartilhar de casos: “nós estivemos juntos no centro comunitário”. Esse círculo de compromissos, de dons e contra-dons no sentido maussiano do termo, entretanto, deve terminar com a eleição do candidato, já que não só o prestígio pessoal do candidato está em jogo, mas também o prestígio do grupo. A honra deste setor é que será posta à prova no momento eleitoral<sup>25</sup>. É no momento eleitoral que o capital social

---

<sup>25</sup> Considero pertinente utilizar o conceito de honra na medida em que estamos falando de um momento de disputa eleitoral, onde está em jogo o prestígio dos diversos grupos que fazem parte deste cenário. Mesmo sabendo da ambigüidade que o conceito de honra abarca em seus diversos estudos, utilizo-o neste caso no sentido da manutenção do prestígio de um grupo que é testado de modo especial no momento das eleições. Ver (Peristiany, 1971).

acumulado transforma-se em capital político, ou seja, o que era apenas uma “militância social” fora do momento eleitoral, agora torna-se uma “militância política”. Considero pertinente apontar essa diferença dos tipos de militância, pois o que vejo nos depoimentos é a tentativa de demonstrar que os engajamentos anteriores à candidatura não tinham caráter de interesse político imediato<sup>26</sup>.

O candidato tem que demonstrar a capacidade de poder representar os anseios e interesses dos seus eleitores e, neste caso, de traduzir e de intermediar as aspirações do grupo, porém, o candidato deve demonstrar a possibilidade de “transitar” por diversos espaços, não se colocando apenas como um membro do grupo que pretende representar. Ao se candidatar, o sujeito está passando de um espaço igualitário (no sentido do anonimato existente na sociedade maior) para o espaço político, onde o nome do candidato é elemento distintivo para o “mundo político”. O candidato, acima de tudo, precisa demonstrar sua capacidade de comunicação com diversos setores da sociedade, possibilitando assim que se constitua como um “mediador cultural” (Kuschnir, 1993).

Essa capacidade de “comunicação” com universos simbólicos diferentes coloca-o, muitas vezes, na condição de mediador e até tradutor entre diversas áreas e interesses. Ao agregar capital social e político demonstra a condição de transitar por vários universos simbólicos diferentes, e com isso adiciona uma maior eficácia na relação de compromisso e, conseqüentemente, de reciprocidade entre o candidato, o grupo e a comunidade.

---

<sup>26</sup> Esse fato apareceu na pesquisa através do comentário da esposa de um dos candidatos, como pode ser verificado em relato já citado anteriormente. Quando o candidato pensa em desistir de sua participação na associação de moradores após perder as eleições, e sua esposa o adverte de que seu afastamento implicaria no risco dele ficar com a má fama de oportunista ou interesseiro e que este é o momento de provar que seu engajamento nas questões sociais nada tinha a ver com a política eleitoral. Considero que existe aí a construção do bom político, que passa pela demonstração do seu genuíno verdadeiro interesse pelas questões coletivas.

Esses três elementos apontados anteriormente: a tradição familiar, as qualidades pessoais e a vinculação com um grupo aparecem no depoimento de todos os candidatos, com maior ou menor intensidade. Contudo, esses elementos também vêm articulados com outros itens que discutiremos adiante.

### 4.3 A escolha partidária

A explicação sobre as motivações que levaram este ou aquele indivíduo a aderir a determinado partido político é uma questão importante. Nas respostas, nota-se que a natureza da adesão (Palmeira, 1996) ocorre de maneira diferente. Antes de formalizar a adesão, existe o momento no qual o sujeito identifica-se de algum modo com o capital simbólico do partido, o que possibilita a escolha partidária que pode culminar ou não na filiação ao partido. Como diz Jô Rosito, não apenas as idéias mas as pessoas que estão no partido foram importantes para a sua decisão de ingressar no partido,

*Foi o partido que fechou com as minhas idéias políticas. Com as idéias que eu tenho [...] talvez nem tanto as idéias como as pessoas e a maneira como elas são. As pessoas que estão no partido.[...] Eu achei que era uma boa idéia – gostei – fui atrás – pesquisei os partidos. E realmente, a melhor receptividade que eu tive foi dentro do PPB.[...] É, o conjunto. E foi assim: eu entrei tateando, pisando devagarinho o terreno em que eu estava e tal e quanto mais eu conhecia as pessoas e mais eu conhecia os projetos deles, mais eu gostava da história de ficar no partido.*

Bernardo também aponta a afinidade com as idéias do partido, embora chame a atenção em seu depoimento à questão da sua impressão de ter sido bem recebido.

*. . . comecei a fazer uma pesquisa sobre os partidos políticos e minhas ideologias políticas, elas se enquadraram dentro da ideologia política do PDS naquela época. E também foi o partido que melhor me recebeu até hoje em dia. Tenho muitos*

*amigos de todas as condições econômicas, me vinculei com eles junto.[. . .] O partido (PDS) onde eu fui bem recebido desde o início, no qual já nem bem me conheciam, e eu fui convidado a participar de um encontro de juventude. [. . .] Então, isso me agradou. Eu gostei muito porque eu fui bem recebido. (Grifos meus)*

Helena, por sua vez aponta dois motivos para o vínculo com o PPB, a idéia de manutenção da ordem, mas também a da segurança e estabilidade do partido, como sendo um partido de governo, uma vez filiada não havia a possibilidade de ser presa.

*É diferente, aí? Comecei sempre a militar pelo partido, mesmo que eles não me conhecessem, sabe? [...] eu achava que pelo menos aqueles governos que eram do PDS sempre mantinham a ordem, né? [...] porque a Arena pra nós, lá em Santos, e pra qualquer pessoa na minha época Arena significa, assim, três poderes, né, exército, marinha e aeronáutica, sabe? [...] Me diziam: Helena, o melhor partido é o dos três poderes, é a Arena que esse aí, ó, [...] e nunca vai presa, [...] então comecei a ir.*

Aparentemente, pode parecer que o indivíduo racionalmente fez esse direcionamento com vistas a sua vinculação a este ou àquele partido. Num universo de mais de uma dezena de partidos políticos, o fator que aparece primeiramente é o do partido que “fechou com as minhas idéias”, conforme pode ser visto nos relatos acima, de Jô Rosito, assim como no de Helena. Ambas, ao pensarem sobre as suas opções partidárias, tendem a buscar uma resposta de identificação mais racional, ou seja, uma resposta vinculada à afinidade ideológica. Essa é uma resposta recorrente para quem está na posição de ser candidato, pois tem que se mostrar coerente com o partido. Não ser coerente no espaço político, mudar muito de posição e partidos é visto negativamente.

Mas a explicação para a adesão ao PPB também passa por elementos subjetivos.

*E também foi o partido que melhor me recebeu, até hoje em dia tenho muitos amigos de todas as condições econômicas, me vinculei com eles. (Bernardo)*

Nesta concepção explicitada pelo “receber bem”, demonstra-se o quanto é importante, para aqueles que estão buscando participar de uma instituição, criar um clima de pertencimento. É uma visão de acolhimento, não apenas de ideais, mas da pessoa. Aqui nota-se que a noção de participação política se dá também por esse sentido de pertencimento e de acolhimento que os entrevistados ressaltam. Outro elemento bastante valorizado é a possibilidade de se relacionar com os mais diversos integrantes da instituição. A possibilidade de conviver e compartilhar momentos com pessoas importantes é também um atrativo para o ingresso no meio da política. A escolha do partido pode também ser influenciada pelas relações de amizade, de trabalho ou familiares.

*É eu sempre gostei de política, mas como tive pouco estudo eu tinha uma visão assim de que o político teria que ter um grau... então eu nunca procurei me aproximar dessas pessoas. Mas um amigo meu... um cliente meu [...] uma vez me trouxe uns folhetinhos para que eu fizesse uma campanha pra ele. Eu achei interessante aquilo e trabalhei pra ele. Conversei com ele, perguntei o que precisava fazer para me filiar. Ele disse: o que precisa para tu concorreres? Pra tu entrares no meio político? Tu tens que te filiar, vai ter a minha abonação ou de algum conhecido meu e tu já vais começar a participar. Foi o que eu fiz. (Pedro Paulo)*

Mesmo sabendo da existência de uma hierarquia, não apenas interna ao partido, mas também social, em função das posições que ocupam no contexto social, a referência a “pessoas” do partido está muito ligada à possibilidade de estar próximo a deputados, líderes partidários, e destes se mostrarem receptivos, interessados e também atentos ao apelo de incorporação no grupo feito por esses que estão chegando.

Ao participar do partido, passam a fazer parte de um universo relacional que é distinto do seu, passando da condição de indivíduos,

anônimos e desconhecidos, para se tornarem “alguém”, ou seja, pessoas com trajetória política e reconhecimento social como aquelas encontradas no partido. A noção de hierarquia dos espaços sociais (Da Mata, 1990) tem como referência um compartilhar de reciprocidades criando uma rede de relações e de mútuos compromissos.

Porém, não basta apenas ter como referência o partido ou “as pessoas” que o representam para esses compromissos se consolidarem em uma filiação, o que a torna um item fundamental neste contexto<sup>27</sup>. O ato de filiação não tem apenas o significado formal de concordância com os estatutos e programas do partido, mesmo porque podemos verificar que, em sua maioria, os filiados não detêm todas as informações a este respeito. Como a própria etimologia da palavra diz, o ato de se filiar traz consigo a materialização de uma série de compromissos entre os que estão celebrando essa associação, criando assim vínculos, que podem ser levados para diversas dimensões da vida pública ou privada.

O passar a ser companheiro de partido tem um significado de pertencimento em que se pressupõe que, no espaço partidário, serão supridas algumas carências que a vida social não consegue atender. A participação em um novo grupo tem o caráter de aprendizagem de novos valores que exigem sacrifício, especialmente da vida privada. O ato de filiação cria um caráter de familiaridade entre os membros do partido, estabelecendo assim uma igualdade entre esses membros, no sentido de pertencerem à mesma sigla, aos mesmos ideais e de terem um projeto político semelhante. Falarei mais adiante na noção de família extensa e família nuclear e sua influência na trajetória da candidatura.

---

<sup>27</sup> Vale retomar aqui a etimologia da palavra filiação que vem do latim *filia*, que quer dizer ato que perfilar, vínculo que a geração cria entre os filhos e seus pais, conexão, dependência, encadeamento, admissão em uma sociedade.

Esses conflitos com os aspectos privados da vida dos indivíduos que querem se tornar “pessoas” torna-se claro quando da distinção entre o “tempo da política” (Palmeira, 1996) e o “tempo prático política” falado pelos candidatos. O que fica demarcado é que, quando se entra para o mundo político, existe a necessidade de uma dedicação maior, de um maior tempo disponível para se poder de fato ocupar os espaços, se inserir nas redes e mobilizar o seu capital social e transformá-lo em capital político.

Neste sentido, o perfil daqueles que têm “tempo pro político” é o daqueles membros partidários, assessores de política, ou aposentados que disponibilizarão recursos pessoais e materiais para a atuação política. Isso cria conflitos entre aqueles que querem fazer parte do mundo do político e seus familiares. Há entretanto uma diferença importante entre os políticos homens e mulheres, pois a família para a mulher candidata é preservada sem problemas, desde que a sua atuação política não entre em conflito com sua vida familiar e que sua participação não ocupe o espaço das demais tarefas da vida privada. Neste caso, a conciliação entre diferentes espaços é uma tarefa difícil, especialmente porque a política tem o apelo da exterioridade das ações e, nesse contexto, a participação da candidata no espaço político torna-se uma questão ainda mais complicada. Já os homens não têm as mesmas exigências, desde que a tarefa política não dificulte a tarefa de provedor.

#### **4.4 Ser ou não ser candidato**

O dilema de assumir uma candidatura mostrou-se como um dos elementos importantes nas representações políticas do grupo estudado:

*Eu estava trabalhando na Secretaria do Desenvolvimento, fazendo um bom trabalho lá, e gostando muito da minha atividade. Quando, então, o Percival Pugina, que ia concorrer a vereador, e eu já tinha apoiado ele, estávamos já fazendo alguns trabalhos juntos, resolveu a pedido do partido, se*

*candidatar a vice-prefeito. E aí, abriu a lacuna desses movimentos cristãos que iam ficar sem nenhum representante. E o partido, praticamente me empurrou, exigiu a minha participação. E eu concordei, embora dissesse ao partido que não tinha dinheiro, tinha pouco tempo, pouco mais, pouquinho mais de três meses, né, e não tinha equipe, e não tinha imprensa, tinha várias condições adversas. Mas, mesmo assim concorri. (Nedel)*

As motivações são das mais diversas. No caso de Nedel, surgiu a oportunidade pela desistência de outro candidato. Já o caso de Helena tem elementos aspectos ligados ao seu filho, como mostra o depoimento a seguir:

*Eu me decidi, porque no Colégio Liberato, aqui, sempre a criança humilde tá, a distinção de criança preta e pobre, e [. . .] no português claro, criança que não tem pai e mãe sabe, que só tem mãe não tem pai, então eu pensei, pôxa, toda a vida eu vou levar a bandeira de um político né, alguma coisa ele tem por trás daquilo ali, porque alguma coisa ele tem que lutar, eu pensei, puxa vida prá mim ir prá lá de novo brigar com o secretário, não só pelo meu filho mas por outras criança né, [. . .] puxa vida, eu vou ter que fazer alguma coisa, aí eu falei, eu vou me candidatar, que como vereadora, eu vou poder fazer alguma coisa sabe?, [. . .] aí saí, aí cheguei lá no meu partido e [. . .] coloquei, ainda tava em tempo né, tava precisando ainda completar a nominata de mulheres né, candidatas . . . (Helena)*

Jô Rosito aponta uma motivação individual, mas buscando ter o apoio da família:

*A decisão foi minha, mas o apoio foi total. Nunca nenhum deles me disse: Não, não sei o quê... Um comentário assim: "mas tu tá sempre metida, mais uma vez; tá sempre metida em confusão, só entra em fria mesmo", não tem importância. (Jô Rosito)*

Porém, Bernardo, apresenta a decisão como forma pessoal, a partir de seu trabalho nas comunidades.

*A decisão de ser candidato, ela partiu pessoalmente, porque eu tenho feito trabalhos comunitários já faz cinco anos, cinco ou*

*seis anos, desde que eu cheguei me integrei aqui na política.*  
(Bernardo)

A decisão de ser candidato tem motivações diferentes daquelas relativas ao ingresso na política, existe aqui uma diferença de gênero na forma de tomar essa atitude, pois os homens têm a tendência de decidir fora do âmbito familiar, ou seja as motivações são individuais e voltadas para questões externas em que surgem declarações como: o “partido me empurrou”; ou foi o “trabalho nas vilas”. Sobre esse ponto de vista, é possível afirmar que a postura do candidato é mais individualista, o projeto é individual. É recorrente que, em um primeiro instante, a atitude de tornar-se candidato passe ao largo de uma decisão familiar, o que, como foi identificado na pesquisa, implica tensões que se constituirão a partir dessa decisão.

As mulheres candidatas, por sua vez, tendem a compartilhar a decisão com o conjunto da família, o que possibilita articular a candidatura e os afazeres domésticos. Deste conflito entre a decisão compartilhada e a individualizada tratarei no próximo item.

#### **4.5 A família e a política**

A família assume um papel relevante no contexto político, como valor e definidor de varias ações.

*O pai é hoje do PPB. Hoje, vice-presidente do PPB. Claro, aí já vem uma relação partidária-familiar. Mas não foi esse o peso realmente. A gente até discutiu em termos de candidatura, que partido seria.* (Beto Moesch)

Beto afirma que o fato de ter seu pai vinculado à política possibilitou discutir aspectos de sua candidatura, aventando até mesmo a possibilidade de concorrer em um partido diferente ao de seu pai, o que acabou não ocorrendo. Helena, no entanto, demonstra toda a tensão de não ter vínculos familiares .

*Moramos eu e essa criança, meu pior defeito é dizer que eu não tenho família, meu pior defeito, então eu nunca digo que eu tenho família porque eu sempre digo que não tenho mesmo, é só eu e meu filho, né [ . . . ], e as pessoas querem que eu diga que eu tenho família, querem que eu diga, que eu invente que eu criei um marido pra mim, que eu não tenho, entendeu? Ou mãe ou pai, ou irmãos, eu não tenho, pra que mentir, eu detesto mentir, porque amanhã ou depois “Helena cadê a tua mãe?” eu não tenho, né. (Helena)*

No depoimento de Pedro Américo, é enfatizado o quanto a família tem influencia em seu destino político, determinando até mesmo a que cargo concorrer,

*A minha família é uma família interessada, tenho sete filhos, são sete leões, são sete cabos eleitorais que me empurram, fazem a campanha, tem até uma das minhas filhas que me auxilia, que está aqui (a filha trabalha no seu gabinete) e que me influencia muito, é uma grande incentivadora [ . . . ] A minha família não. Ela não se interessa por política, só se interessa por mim na política [ . . . ] É um pessoal empolgado, e aqui, está aqui. Ela é conhecida (a família), agora ninguém quer saber de política, ninguém se envolve, não vai nem ao diretório. Agora, comigo é um problema. Eu até estou querendo sair, mas eles não deixam. (Pedro Américo)*

As diferenças de preferéncia partidária são diluídas no âmbito familiar como foi dito por Jô Rosito:

*E a família me apoia na campanha, acho que isso aí também é importante pra não atirar pro alto tudo. Com certeza. Política, o que se discute aqui em casa! Casualmente nós estamos todos do mesmo lado. E eu tenho um sobrinho, que eu te disse que é do PT. Ele disse à tia ‘tu sabe que eu sou PT, né[ . . . ] Mas eu vou votar em ti, tia’. Eu disse olha “se tu vai corromper teu voto não vota. Vota de acordo com a tua consciência”. Aí ele ficou meio assim ... “– Ah não tia, mas eu acredito em ti, eu faço questão de votar em ti”. Eu disse: “bom então tá”. (Jô Rosito)*

No caso de Nedel, a tensão do fato de ter rompido com os compromissos com a família em relação à política fica claro quando ele diz:

*A família teve uma certa dificuldade. Na primeira campanha a deputado, a família assumiu. Porque era um ideal, eu queria servir através da política.[. . .] Eu era gerente do Banco do Progresso. Ganhava três mil a três mil e quinhentos dólares naquela época. Pedi demissão. E passei oito meses sem ganhar nada. Só eu gastando. [. . .] No entanto, eu efetivamente, tinha combinado que se não fosse eleito, a minha carreira política tinha terminado. E isso eu combinei com a minha esposa, efetivamente. Então, na campanha pra vereador, tive uma dificuldade muito séria, de realmente quebrar a minha palavra. Descumpri o compromisso. (Nedel)*

Outra tensão criada no relação família e política e a apresentada por Bernardo, quando aponta a falta de apoio da família como um elemento desmotivador de participar no contexto político.

*Minha decisão de ir na política, ela foi uma decisão pessoal. Minha família, até não queria que eu participasse. Ela não gosta da política. Porque que não gosta de política? Porque ela diz, "ah, todo político é mentiroso". Bom, daí, eu não discuti mais, e eu disse, melhor eu não falar nada com ela, porque ela não vai aceitar que eu seja candidato. Aí eu decidi levar tudo sozinho. [. . .] Talvez se ela tivesse participado, tivesse vestido a camiseta, tivesse saído com a camiseta, vestindo assim, ó, o pai da minha filha, o meu marido, o meu namorado, o meu amigo, sei lá, ele é candidato. Mas ela não falou nada [. . .] A experiência que me deu agora esse período eleitoral, ela foi muito importante. Muito importante, porque cada candidato, ele deve contar principalmente com o apoio da família. Não adianta ser candidato se a família não apoia. (Bernardo)*

O tema da família na construção do político no Brasil não é um tema novo, contudo, o que estamos falando é sobre a família no contexto do político como impulsionadora desse processo. O que Palmeira(1996) chama de "lealdades primordiais", onde a solidariedade entre os membros é fundamental para o sucesso ou não da campanha.

Na literatura antropológica, a família é tratada como um elemento da política. Cabe aqui ressaltar que a família tem a primazia no processo de socialização política do indivíduo, é na família que se constróem uma série de valores que levam o indivíduo a confrontar com

outras instituições aí presentes. É no contexto da família, como primeira instituição com a qual nos relacionamos, que vamos nos defrontar com situações de hierarquia, poder, diferença e outros. Pois, é no contexto familiar que os indivíduos constroem a imagem de si e da sociedade, o seu posicionamento social e o contexto emocional. A família tem um valor socializante primordial, pois é no jogo de interações entre os membros da família que esses valores vão sendo construídos e que se dão os parâmetros da convivência social, é isso que vai conferir identidade política aos indivíduos. Também é no espaço familiar que se constroem parâmetros para uma visão de representação do político.

A família aparece nos depoimentos como forte elemento de referência. Nesse sentido nota-se a centralidade do tema “família” nas falas dos candidatos. O sobrenome dá um caráter distintivo para cada candidato. Mauss, ao tratar sobre a questão da nomeação dos clãs nos ensina que o nome designa o conjunto das posições sociais do sujeito em seu grupo,

“Cada clã possui uma certa quantidade de nomes, postos, títulos. Este fato dá bem a sensação do fato geral: que, num clã determinado, há um número determinado de almas em vias de reencarnação perpétua ou de posse, que definindo a posição do indivíduo em seu clã, em sua família, na sociedade, no conjunto da vida, definem sua personalidade” (Mauss, 1979:179).

Ou seja, o que o candidato carrega consigo não é apenas um projeto individual, mas sim uma possibilidade condizente a uma ascensão social de todo um grupo familiar mais extenso. Na perspectiva relacional da sociedade brasileira, essa possibilidade de ascensão aparece no momento da candidatura, como já foi dito anteriormente, como um “rito” para o reconhecimento social. Aqui cabe lembrar a afirmação de Da Matta (1987), sobre a família brasileira

“Entre nós, a família é tudo e vale por tudo. Aqui, ela ‘embebe’ a própria sociedade com suas regras, a tal ponto que todo político populista sabe que a melhor imagem de tranqüilidade para o país é o grande paradigma da nação como uma família, onde o povo é a prole e os pais são os governantes” (Da Matta, 1987:135).

A família tem um papel preponderante não apenas como instituição primeira mas como um “valor”. A família é um operador político como se vê também em relação à imagem da “nação” que, como diz Duarte, é a outra grande forma de mediação e composição historicamente contemporânea da família (Duarte, 1995).

Da mesma forma que a nação, a cidadania no Brasil também pode ser pensada em relação a uma idéia de família, no sentido de que a família, em sua qualidade de valor englobante, como diz Duarte (1995), “não interfere com a individualização de seus membros; parecendo, pelo contrário, ser a condição mesma de consolidação deste ideal através da *cidadanização*” (1995:38).

A família torna-se uma força importante, no agir político. O candidato não está apenas representando um grupo político x ou y ou mesmo um partido, ele antes de tudo “leva o nome da família”, neste sentido, os candidatos adquirem “nome” e reforçam ou reafirmam seu “sobrenome”. Os casos de Beto Moesch e Alceu Lima exemplificam o valor da família nessa continuidade na política, na qual existe uma idéia de tradição e referência familiar.

Entretanto, outro modo de identificar a importância do valor da família no contexto político pode ser visto nos depoimentos de Helena e Bernardo. No relato quase sempre emocionado de Helena, aparece a tensão conseqüente ao fato dela não ter família, segundo ela, é o seu “maior defeito”,

*... moro eu e essa criança, meu pior defeito é dizer que eu não tenho família, meu pior defeito, então eu nunca digo que eu tenho família porque eu sempre digo que não tenho mesmo, é só eu e meu filho [recomeça a chorar]. E as pessoas querem que eu diga que eu tenho família, querem que eu diga, que eu invente que eu crie um marido pra mim, que eu não tenho, entendeu? Ou mãe ou pai, ou irmãos, eu não tenho. Pra que mentir, eu detesto mentir, porque amanhã ou depois: "ô Helena cadê a tua mãe?" Eu não tenho pais ou irmãos, eu vou responder, aí tu vai me pegar de surpresa né, tu vais ver a Helena mentiu. Porque eu não tenho, não é? E um marido eu também não tenho. Eu tenho meu filho, filho, hoje em dia é normal, uma pessoa viver com alguém, é o que mais tem hoje em dia. É homem independente, quis um filho, assumiu, assumiu, cada um cada um... (Helena Mello)*

O fato de ser negra, mãe solteira, sem um parceiro e sem uma família de origem fazem com que ela busque uma aliança com a política, através do PPB. Exatamente por este partido ser visto como de elite, a sua candidatura poderia lhe garantir um respeito, uma legitimidade e, enfim, uma distinção social. Helena acaba por buscar na política, como já foi visto no item anterior, a resolução de problemas que se depara em relação ao seu filho que está no colégio.

Considero que o partido político, no caso de Helena, ocupa um espaço simbólico semelhante ao de uma família, espaço este que pode tomar contornos diferentes, ou seja, de certo modo os companheiros de partido podem ser vistos como simbolicamente pertencentes a uma grande família, enquanto que sua candidatura e posterior reconhecimento público e social podem ser interpretados como uma "aliança quase matrimonial", no sentido de que ela passa a ter um "nome", uma candidatura e conseqüentemente uma nova identidade social, onde os aspectos negativos da ausência da família são ressemantizados e recebem um valor que positiva sua capacidade de luta, ambição, garra, inserção social e trabalho.

Na falta da aliança familiar, na ausência da família nuclear, Helena estabelece uma aliança com a política e encontra simbolicamente uma família política que é composta por militantes, vereadores, deputados, senadores e candidatos a governos municipais, estaduais e federais. Além, é claro da figura do presidente do partido, que pode ser visto como o patriarca dessa família extensa.

Outro exemplo é o de Bernardo, que recebe o apelido de Japonês em sua rede de sociabilidade mais próxima e que utiliza esse apelido em sua campanha, logo após seu prenome, constituindo quase um sobrenome. Desse modo, não tendo uma tradição familiar local na política por ser um estrangeiro (boliviano), ele adota a identificação social que lhe é dada em função de seus traços físicos. Assim, ele faz uso da imagem de uma origem étnica (japonesa) que tem uma representação regional mais positiva, relacionada ao bom trabalhador.

*. . . esse apelido de Japonês, ele veio assim: porque quando eu visito uma vila, o pessoal chega, ó, tá chegando Japonês. Ou estou passando, ó Japonês. Todo mundo me conhece mais por Japonês que pelo Bernardo. Agora, recém veio esse período eleitoral, e eu coloquei na tela meu nome Bernardo, aí todos me conheceram por Bernardo. Mas quando eu passava por eles, eu ia a uma reunião, participava junto com eles num torneio de futebol, todo mundo chegava: aí Japonês, como vai Japonês, aí Japa, Japa, me chamavam, outro me chamava de Chinês, mas a maioria me chamava de Japonês. Então, eu fiz, eu tratei de fazer um marketing com esse apelido.(Bernardo)*

No contexto brasileiro, eleger um candidato da família significa elevar a “honra” familiar sobre os outros grupos. Este princípio é levantado por Bourdieu (1980) que, ao comentar a honra nos Cabillos, diz que os valores da honra são os alicerces da ordem política, de uma solidariedade clássica. Nas sociedades tradicionais, a família, o clã, as linhagens ocupam um papel político fundamental na manutenção e ampliação do poder, além disso, o parentesco tem papel preponderante para determinar casamento, heranças e regulação de conflitos.

Desde o evolucionismo, a Antropologia se defronta com a temática do parentesco na relação de poder, pois a família, as linhagens, os clãs, nestas sociedades além de serem unidades econômicas (pois, a solidariedade e a divisão do trabalho são fundamentais) são também unidades de poder político.

No Brasil, segundo Da Matta (1987), a família é uma vertente explicativa importante das questões brasileiras. Conforme Gilberto Freyre (1965), no Brasil, a natureza da família extensa e patriarcal se confunde, pois a unidade familiar consistia no núcleo composto pelo patriarca, pelo esposo, filhos e agregados, todos dependentes deste, compondo uma estrutura hierarquizada e recortado por sexo, idade e laços de parentesco. A família extensa sofreu transformações, implicando transferência de papéis. Nesse sentido, tomo o partido político em seu papel constituinte de uma nova realidade na qual, muitas vezes, ocupa o papel de família extensa.

A importância da família no campo político se apresenta sob duas perspectivas. A primeira delas é que socialmente torna-se importante mostrar e tornar público o pertencimento a uma instituição que é valorizada na sociedade e consagrada pela igreja, principalmente como guardião mater da moralidade social. Ou seja, o ter ou não ter família também compõe um campo de tensão no momento em que o indivíduo torna-se candidato. Os aspectos da vida privada deixam de ser um problema só dele e passam a ser também daqueles que vão votar nele. Ou quando diz “meu pior defeito é dizer que eu não tenho família” (Helena), demonstra exatamente essa tensão, na qual existe uma cobrança da sociedade desse vínculo primeiro que é a família. Nesse sentido, para quem quer tornar-se uma “personalidade pública”, esse aspecto, de fato, acaba por aparecer como uma necessidade tanto de contar a sua trajetória (passado) como de apresentar os seus vínculos atuais.

A diferença disto está quando, justamente nesse vínculo familiar, constrói essa identidade política, “o pai é hoje do PPB, hoje vice-presidente do PPB. Claro, aí já vem uma relação partidária-familiar” (Beto Moesch). O pertencimento ou o que constitui-se em uma dramatização da vida é uma auto-valorização perante os demais membros da sociedade.

Outra tensão que aparece não é mais a de pertencer ou não a uma família, mas sim o fato do membro da família tornar-se candidato, ou seja, ao mesmo tempo que pode ser visto como valorização da família, como disse anteriormente, internamente ao núcleo familiar essa decisão de candidatar-se pode trazer determinados conflitos, que justificam o sucesso ou insucesso de determinado candidato.

Essa tensão apareceu já na minha chegada na casa de dona Helena, quando seu filho, de 10 anos, disse: *Eu não gosto de política*

Ou quando Jô Rosito afirma:

*. . . casualmente nós estamos todos do mesmo lado, bom, porque já tivemos momentos de divergência.*

E ainda :

*Gastei todas as minhas reservas pra fazer campanha e a família assumiu comigo. No entanto eu efetivamente, tinha combinado que se não fosse eleito, a minha carreira política tinha terminado. E isso eu combinei com a minha esposa efetivamente. Então na campanha pra vereador tive uma dificuldade muito séria de realmente quebrar a minha palavra. Descumpri o compromisso. (Nedel)*

*Não adianta ser candidato se a família não apoia. (Bernardo)*

Nesses relatos, o que vemos é que a decisão de se candidatar tem que, necessariamente, passar pela família para que a unidade do projeto se mantenha. O candidato, ao decidir fora desse âmbito, rompe com uma característica básica, a da solidariedade entre os membros

trazendo para o interior do núcleo familiar um tensionamento, e mesmo um questionamento. Neste caso, a diferença de gênero deve ser levada em conta pois ao pensar o seu “tempo para a política” a candidata preocupa-se em estabelecer critérios como o de que: “meus filhos já estão todos criados”, isso revela que agora existe tempo para se dedicar a outras atividades de seu interesse.

Já com os homens, vemos uma preocupação primeira com a manutenção econômica da família: “Gastei todas as minhas economias”, pois para fazer política, além do capital político também é necessário o capital econômico. Desse modo, o seu papel público de candidato interferiu negativamente no seu papel social em nível privado. Sua dedicação à política enfraqueceu e impossibilitou sua capacidade de prover sua família econômica e afetivamente.

O pacto de manutenção econômica, neste caso, é trazido à tona através da relação com a esposa: me comprometi com a esposa que não seria mais candidato. Essa quebra de compromisso dentro do núcleo familiar leva à quebra das lealdades primordiais. Como consequência a esposa não se compromete com a outra possibilidade de candidatura. Dentro de uma perspectiva relacional de trocas, a quebra de um compromisso é considerada uma ofensa grave que pode abalar a aliança. Para manter a família, o candidato em questão teve que estabelecer um dia na semana para dedicar-se à família e à esposa, além disso, buscou uma terapia de casal, indicada e apoiada pela filha, que é psicóloga.

Outro tipo de relação da família do candidato com a política é o estímulo, como fala Pedro Américo: “Comigo é um problema. Eu estou querendo sair mas eles não deixam”, neste caso, o apoio familiar para permanecer no campo político é total, mas sempre lembrando que a relação da família é com o político, não com o partido. Aqui identifica-se a figura do patriarca que está na vida política há muito tempo, e que incorpora inclusive uma de suas filhas para trabalhar em seu gabinete.

Essa incorporação de parentes após a eleição em cargos de confiança traz à tona a discussão sobre o nepotismo. Neste sentido, é pertinente avaliar essa questão sob o prisma da família, ou seja, nesta pesquisa ficou evidente a força e a influência da família e do grupo familiar na decisão para a candidatura e especialmente do sucesso eleitoral.

Me parece óbvio que essa representação se dá em relação à família, é nela que se deposita o universo simbólico importante de pertencimento a uma instituição com um valor social abrangente, em que é recorrente a valorização do pertencimento a essa instituição.

#### **4.6 O cotidiano e o tempo para a política**

Postas as contradições que geram as tensões entre a “casa e a rua” nas interpretações desse universo da política, um outro aspecto importante é o modo como se busca minimizar esses pontos de conflito existentes. Um exemplo disso são os casos em que os familiares não podem estar em posições políticas opostas.

O fato de o tempo dedicado à “casa” tornar-se menor do que o tempo dedicado à “rua” é um dos elementos tensionantes na relação família e política.

*Porque a política ela é assim, quando você gosta da política deixa tudo, deixa a família, deixa namorada, deixa outra reunião, para participar dentro do político. Apesar de que gosto de política, ela vive o dia-a-dia, vinte e quatro horas, se dedica à política. E fez isso aí. (Bernardo)*

O “tempo para a política” é um tempo absoluto no sentido de que toma conta da vida do sujeito ocupando todos os espaços, obrigando a uma participação intensa, essa visão de participação é colocada por Kant de Lima (1985).

“No Brasil a disponibilidade, seja de assistir a uma aula, ir a uma festa, marcar um encontro, comparecer a uma discussão política, implica abdicar do *seu* tempo cedendo-o a outrem que dele se apodera, marcando assim a necessária e indispensável ordem hierárquica com que concebemos os eventos sociais. A disponibilidade se dá em relação a pessoas e acontecimentos, aplicando no arbítrio do que dispõe e na perda do controle do que está disponível ou *em disponibilidade*”. (Kant de Lima, 1985:46).

No campo político, a disponibilidade é uma forma de ocupação de espaço sem o qual perde-se a possibilidade muitas vezes de tornar-se um representante político. O critério de “participação” vem sempre associado ao critério “tempo livre”, tempo disponível para participar, ter ou não ter tempo é um critério “distintivo” no campo político, superando quase sempre outros critérios, outros ideais ou projetos etc.

Contudo, sempre existe uma tentativa de manter esse tempo sobre controle como afirma Nedel: “era fogo e fogo, mas eu consegui, sexta-feira à noite era da minha esposa, houvesse o que houvesse, era dela. Nós íamos ao cinema, nós íamos a jantares dançantes”.

O universo da política invade os demais espaços da casa, a tentativa de preservação desses universos é apontada como fundamental pelos candidatos. Mesmo aqueles que agem com certa autonomia estão conscientes da relação dessas dimensões e apontam a importância da busca do lazer, de momentos de preservação do espaço da casa em relação ao espaço da rua, como fundamentais para amenizar a tensão já existente no espaço político.

*O meu lazer é o Shopping, passeio um pouquinho, sou muito noveleiro, Rei do Gado, Chica da Silva e Tocaia Grande, isso eu não perco. Eu sento na frente da televisão às sete e meia e só saio à uma hora da manhã. Assisto a todas as novelas, e não adianta telefonar para mim que eu não atendo na hora da*

*novela [ . . . ] tem agravantes, porque o sujeito pode precisar de mim, mas tem que respeitar o meu lazer não é? E o meu lazer qual é? A novela. Então vá na minha casa, bate na minha casa eu atendo, mas aí é uma coisa grave, assiste junto. (Pedro Américo).*

O que fica claro, após esses depoimentos, é que esses candidatos, para recuperar a dicotomia proposta por Weber, não vivem nem “da” nem “para” mas, vivem “na” política.

## (IN) CONCLUSÃO

Durante a minha trajetória no mestrado, tinha como meta realizar um trabalho antropológico da política, mesmo sabendo que utilizaria um objeto que tradicionalmente era estudado pela Ciência Política, como é o caso dos partidos políticos. Persegui este objetivo durante todo o tempo, e como disse anteriormente, essa busca ocupou grande parte de minha trajetória acadêmica.

No decorrer do trabalho, senti a necessidade de realizar uma retomada histórica desse diálogo com os fenômenos e as instituições políticas dentro do campo antropológico e mostrar a busca que a Antropologia, em suas diversas correntes, realizou para constituir a política como um fenômeno a ser estudado também pelos antropólogos.

Nesta caminhada da Ciência Antropológica desvelaram-se três referências que sempre estiveram presentes, tanto nas sociedades tradicionais como nas sociedades contemporâneas: *territorialidade, organização social e parentesco, e rituais*. Em diferentes enfoques, estes aspectos estão sempre presentes quando falamos das relações políticas nas mais diversas sociedades. É sobre as formas de intercessão desses aspectos que discorri ao longo dessa dissertação.

Essas três referências podem-se constituir como categorias de entendimento do fenômeno político, mesmo tendo como diferença básica a escala de abrangência entre as sociedades tradicionais e as sociedades contemporâneas. Essas referências reafirmam a importância do simbólico, podendo a política ser olhada como um fenômeno cultural. Nesse sentido, observar as sociedades tradicionais, os “outros”, nos ajuda a enxergar fenômenos políticos de nossa sociedade construídos dentro dos marcos da modernidade. E é nessa direção que esse trabalho gostaria de contribuir.

Ao falarmos de partidos políticos e de fenômenos políticos ligados a estes, estamos discutindo também algo que muitas vezes foi relegado ao segundo plano no âmbito da Antropologia contemporânea: a presença do Estado. Na articulação entre fenômenos políticos *micros* e fenômenos políticos *macro*s, a Antropologia tradicionalmente esteve mais preocupada com os primeiros. Atualmente, se coloca a questão dos estudos antropológicos sobre a política nas sociedades contemporâneas. Somos chamados a também incorporar essa nova dimensão mais abrangente em nossos trabalhos ou perderemos a capacidade de interlocução com a sociedade atual e os fenômenos de massa.

Essas referências são definidores de como se estabelecem os tipos de relação política e qual a composição de poder. Não opondo as interações individuais aos grupos, tomei a articulação destas diferentes referências como premissa pois era possível pensar os rituais coletivos, com as interações individuais (como, por exemplo as trajetórias políticas dos candidatos a vereador).

Estudar a convenção do PPB como um ritual deu condições de entendimento de quais as referências constituidoras da cultura política partidária desse grupo e como se condensavam nesse evento. A convenção tem um papel de socialização dos símbolos construídos pelo partido; essa construção dá-se a partir da composição das manifestações discursivas, como as falas, mas também emblemas, bandeiras, hinos, indumentárias. Esses elementos simbólicos possibilitam analisar os fenômenos políticos contemporâneos associando os a suas dimensões rituais (Augé:1995).

Entretanto, o que me parece mais importante no processo convencional é o fato de que, naquele espaço ritual, dá-se um condensar de símbolos, instituídos na figura da candidata, neste caso, a prefeito, ou a qualquer outro cargo majoritário (governador, presidente), pois a tradição presidencialista da política no Brasil concentra um enorme poder nesses

cargos. Mesmo sendo apenas candidatos, esses indivíduos, ao se instituírem enquanto tais já levam consigo em parte a força simbólica do cargo e, somada à do partido - que transforma o indivíduo em "pessoa" -, passam a ter um caráter de corpo político, "ampliando" assim a abrangência desse corpo natural, tornando-o um corpo mitificado.

É o que ocorreu no PPB quando da instituição de Maria do Carmo como candidata a prefeita. Neste momento, ela passa a ser o próprio partido, tendo a força mesmo de uma porta voz do grupo, que foi legitimada no ritual, e nisso dá-se mais ênfase à figura, à pessoa do candidato do que à sigla partidária, e mesmo o número que indica o partido é absorvido pela candidata neste movimento de densificação da representação.

Também os candidatos a vereador passam pelo mesmo processo ritual, mas o grau de condensamento de símbolos é menor, pois a própria hierarquia social dos cargos que estão sendo instituídos no ritual estabelece essa diferença, dando maior destaque à figura da candidata à prefeita, às referências feitas à candidata nos diversos discursos, os materiais de propaganda e outros. É pelo fato do candidato ter o poder de representar o partido no momento eleitoral, que perder ou ganhar não é uma questão individual, mas de todo o grupo.

Um outro ponto a ser levado em consideração é a comparação, no que diz respeito aos aspectos rituais, dos partidos políticos descendentes da tradição de "esquerda" com dos partidos mais próximos do perfil do PPB. De certa forma, os partidos de "esquerda" têm na construção dos seus rituais, um processo de adensamento de seus símbolos mais longo, muitas vezes durando meses, estes eventos rituais passando pelas mais diversas instâncias partidárias até chegar no momento final da convenção propriamente dita. Esse tem uma duração, muitas vezes, de até três dias, muito diferente do PPB, que tem esse

processo muito mais simplificado, com representações previamente estabelecidas, com a convenção tendo um caráter festivo maior.

Os momentos rituais de atualização desses símbolos são mais constantes nos partidos de “esquerda”. Esses partidos são alicerçados sobre uma cultura política rica em tradições, tradições essas que cruzam elementos da história da esquerda mundial e suas referências em nível local. Esses elementos simbólicos, aparecem quando da evocação de frases de Lenin em discursos, execução do hino Internacional Socialista em festas e convenções, o relato dos tempos da luta armada e a clandestinidade, o *poster* de Che Gueverra na parede ou ao comemorar os 150 anos do Manifesto Comunista.

Os partidos ditos “conservadores”, mesmo que em alguns rituais dialogam com o seu passado (evocando por exemplo, memórias de quando administraram a cidade), ou em seu cotidiano não utilizam com a mesma intensidade rituais que busquem elos com personagens ou elementos de suas origens partidárias.

A importância dos rituais, principalmente no âmbito da política, no contexto das sociedades contemporâneas aponta para o aspecto polifônico que eles assumem na modernidade. Nesta cada evento tem uma variação grande de discursos, que se interpenetram, possibilitando aos indivíduos recolherem no ritual os elementos simbólicos que mais os identificam, dando assim um caráter mais abrangente aos mesmos .

Outro aspecto que fica claro no contexto político é o fator do localismo. Apesar da globalização do mundo, no campo político, o fator local continua presente com bastante força. O espaço político, neste caso Porto Alegre, foi uma referência importante, o mesmo ocorrendo com o universo político do estado do Rio Grande do Sul, nas evocações ao regionalismo que encontrei durante a convenção.

Poderíamos perguntar se isso não se dava justamente por ser uma eleição de caráter municipal e que por conseqüência, reforçaria esse aspecto. Creio que não, pois vejo em vários outros processos políticos fenômeno semelhante. Por exemplo, nos movimentos de consolidação de uma União Européia, supra-nacional na política, tem havido muitas dificuldades, pois os atuais estados nacionais e seus povos não abrem mão de falarem a partir de suas nacionalidades, de seus territórios, mesmo em um processo avançado de unificação como a da Europa, a referência aos Estados nacionais ainda é forte.

No intuito de articular as dimensões de que falei inicialmente é que fui buscar nos candidatos a vereador a conexão do simbolismo expressado na convenção, no diálogo sobre suas trajetórias sociais e políticas, suas biografias. Tomei esses candidatos como elementos de representação do grupo mais abrangente de filiados, pois foram ritualmente instituídos para tal, e isso possibilitou perceber quais as principais referências de práticas e representações na política que o PPB congrega.

Os depoimentos apontavam vários elementos: família, lazer, conflitos dos familiares por participar na política, o quanto a política tomava espaço no cotidiano, as motivações para ingressar nesse universo, adesão ao partido. Isso formou um conjunto amplo de possibilidades de análise dessas biografias. Optei por demonstrar que existia nas biografias a necessidade de construir uma “mitologia de origem” para justificar o seu ingresso no mundo da política. Esta situação diferente daquela estudada por Magalhães (1995), que procurou trabalhar com os indivíduos que se diziam “não-políticos”. Todos os indivíduos que pesquisei se dizem políticos, não sem um certo conflito, principalmente com a família. Assim construíam suas biografias a partir de elementos da 1) tradição familiar, (*nascer na política*) 2) qualidades individuais, (*ser bom líder*) 3) redes sociais, *participar de sindicatos*, movimentos sociais.

Ao participar do partido, esses indivíduos-simpatizantes passam a se tornar pessoas, pois no universo hierárquico do jogo das relações na sociedade brasileira, o fato de participar ou de compartilhar espaços sociais que são, de certa forma, espaços de poder valorizados cria um conjunto de reciprocidades e torna esses indivíduos, pessoas, pois acabam por se beneficiarem do fato de também se tornarem “mediadores culturais”(Kuschnir, 1993), de serem tradutores de anseios do grupo que se deseja representar, tendo a possibilidade de transitar por universos simbólicos diferentes do seu.

Ainda sobre o argumento da representação partidária, uma questão chamou-me a atenção na medida que a pesquisa se desenvolvia. Foi o papel central dado pelos entrevistados à família no processo político, colocando a mesma como fator decisivo para o sucesso ou insucesso político, como núcleo principal da ação política. No caso das mulheres, a família tem o papel de compartilhamento da decisão de ser candidata; já no caso dos homens, família tem o papel legitimador, pois a decisão é quase sempre individual de candidatar-se.

Esses fatores fazem com que a família tenha papel preponderante a cada instante: quando da candidatura, o “levar” à campanha o engajamento familiar, participação ativa, transformação inclusive até mesmo da casa em comitê. Mostrar-se pertencer a uma instituição que é depositária de simbolismo de representação social, como a família, torna-se relevante no contexto da política.

A política acaba por invadir o cotidiano familiar, as conversas, o jantar, os encontros de final de semana, tudo sendo perpassado por ela. Isto não é feito sem conflitos, pois acaba por reforçar a não-diferenciação do universo da casa com o da rua, deixando mais claro o caráter relacional da sociedade brasileira, onde os limites entre esses universos são constantemente rearranjados conforme as circunstâncias. Não

estamos falando de famílias no meio rural ou em comunidades menores, mas estamos no espaço urbano de umas das grandes cidades brasileiras.

A família tem esse papel tão preponderante no jogo da política, e como referi anteriormente, os grupos têm que se fazer representar. É importante o critério representacional, pois os grupos de apoio, após a eleição, tem que se sentirem representados junto aos eleitos. Assim, é no grupo familiar, conforme os relatos, que deposita-se um poder maior por ser esse o principal grupo que “levou” à campanha. Neste caso, por que não compartilhar os resultados de uma vitória, como por exemplo fazendo-se representar também nos gabinetes dos eleitos.

A relativização da noção de nepotismo pela importância da família no processo político brasileiro faz-se necessária, na linha abordada por Da Matta (1987). Chamando a atenção para a existência de um “nepotismo à brasileira”, buscou abranger os fatores de valorização da família no processo político nacional. Ao meu olhar a tentativa de restringir o papel de representação da família, nesses espaços de poder estatal parece-me infrutífera, como, por exemplo, com leis anti-nepotismo.

A família assume um poder grande sobre os representados: dessa maneira devemos olhar para a família como um grupo político qualquer, tendo peso na medida que contribua para o sucesso do candidato. Como me disse um candidato que havia sido vereador: “minha mulher coordenou a campanha, me elegi, a nomeei chefe de gabinete. O cargo não é de confiança? Se não posso confiar nos meus familiares, em quem confiarei?”.

Considerando os aspectos apresentados, é possível comparar os com tradição de “esquerda” com os de perfil ditos “conservador” como o PPB, com todas as limitações que esses termos carregam.

Aponto ainda a seguinte questão: na ênfase dada ao discurso sobre a família, o PPB acaba por ter um diálogo com essa instituição que é valorizada na sociedade brasileira. Por outro lado, os partidos de “esquerda” ao terem uma visão tradicionalmente crítica, olham para a família como depositária de todos os elementos conservadores da sociedade. Assumem, muitas vezes uma postura dúbia em relação a esta, pois ao usarem o termo “companheiro”, este acaba por ter uma dupla utilização, servindo tanto para se referir aos colegas de partido como a esposa(o). Com isso, não ficam claros os vínculos que estão se estabelecendo. Esse tipo de formulação expressa uma tendência dos partidos de “esquerda” a dirigir o seu discurso dando primazia ao cidadão, ao indivíduo político. Entretanto, um contexto da modernidade em que os vínculos são fluidos, a família pode ocupar um papel político importante como transformadora dessa realidade, é vista como uma das principais conseqüências desse processo de modernização a falta de solidariedade.

Espero, com esta dissertação, ter contribuído no sentido de trazer para a discussão antropológica sobre os fenômenos políticos novos elementos, ajudando a pensar os partidos como possíveis de serem objetos da Antropologia.

## **ANEXOS**

- A. Recortes de Jornais
- B. Carta do Presidente do PPB
- C. Folhetos de campanha
- D. Perfil dos candidatos a vereador
- E. Pesquisa Fundação Perseu Abramo
- F. Termo de compromisso ético

**Anexo A – Recortes de Jornais**

# ZERO HORA

PARTIDOS 1ª EDIÇÃO

PORTO ALEGRE, SEXTA-FEIRA, 11 DE OUTUBRO DE 1996

## Urnas mostram crescimento do PPB

O balanço final contabiliza 142 prefeitos e 1.416 vereadores eleitos no Rio Grande do Sul

RODIMAR OLIVEIRA

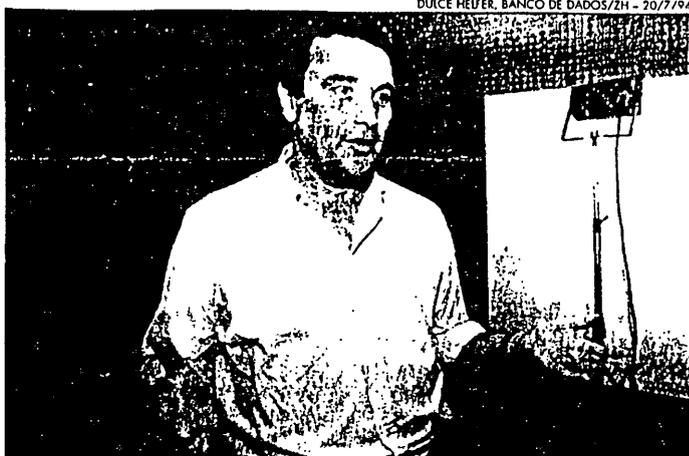
O PPB foi o partido que mais cresceu no Rio Grande do Sul em 3 de outubro. A sigla conquistou 142 prefeituras, elegeu 61 vice-prefeitos em coligações com outros partidos, ampliou o número de vereadores de cerca de 1.300 para 1.416 e recebeu 1.079.648 votos na legenda. Aumentar de 114 para 142 prefeitos significa um crescimento de 30,7% e atende exatamente à expectativa do diretório estadual. "Esperávamos crescer pelo menos 30% no Estado", disse o presidente regional, Celso Bernardi. No entanto, o número de municípios também aumentou, passando de 427 em 1992 para 467 este ano.

A comemoração de Bernardi fica ainda maior quando ele lembra os problemas enfrentados recentemente pelo partido, principalmente em decorrência das constantes trocas de nome. Em 1988, a sigla disputou a eleição como Partido Democrático Social (PDS). Em 1992, como Partido Progressista Reformador (PPR) e, este ano, como Partido Progressista Brasileiro (PPB). A última mudança, em setembro de 1995, provocou algumas baixas no partido, como a do deputado federal Nelson Marchezan, hoje filiado ao PSDB.

Todos contratempos levavam a

crer que o PPB teria uma performance ruim nas urnas, mas os resultados acabaram surpreendendo. Até mesmo na Capital, onde o partido ficou com a terceira colocação na corrida à prefeitura (6,1%), a bancada do PPB na Câmara Municipal foi ampliada de dois para três vereadores. João Dib e Pedro Américo Leal foram reeleitos entre os vereadores mais votados, e João Carlos Nedel tornou-se o mais novo integrante da bancada de Porto Alegre. "Apesar de tudo, conseguimos ampliar o nosso patrimônio político", avaliou Bernardi.

Manter algumas das mais importantes prefeituras do Estado, como Uruguiana, com Neito Bonotto, e conquistar outras onde os adversários dominavam há anos, como Bagé, Bento Gonçalves e Ijuí, com a eleição de Carlos Azambuja, Darcy Pozza e Ortiz Schröer, respectivamente, é motivo de orgulho para Celso Bernardi. Na avaliação do presidente do PPB, as bases municipais foram responsáveis pelas vitórias porque conseguiram assimilar as recentes mudanças do partido. Mesmo com tanta satisfação, Bernardi não consegue disfarçar a tristeza com algumas derrotas em cidades onde a vitória era praticamente certa. É o caso de Santa Cruz do Sul, Santa Rosa, Encruzilhada do Sul, Pinheiro Machado, Gramado e Santo Ângelo.



DULCE HEIFER, BANCO DE DADOS/ZH - 20/7/96

**Contentamento:** crescimento está dentro do esperado por Bernardi

JÚLIO CORDERO, BANCO DE DADOS/ZH - 11/9/96



**Reeleição:** Pedro Américo Leal conquistou mais um mandato na Câmara

JÚLIO CORDERO, BANCO DE DADOS/ZH - 11/9/96

### OS NÚMEROS

#### Veja o crescimento do PPB no Estado:

- **Prefeituras:** Das 114 conquistadas na eleição de 1992, o partido subiu para 142 este ano, um crescimento de 30,7% em quatro anos
- **Vice-prefeitos:** Aumentou de 34 para 61 em coligação com outros partidos. São 26 em municípios governados pelo PMDB, 24 em coligação com o PDT, sete com o PFL, dois com o PTB e um com o PT do B.
- **Vereadores:** De 1.300 eleitos em 1992, o partido subiu para 1.416 vereadores este ano



**Garantia:** João Dib será vereador pela sétima vez em Porto Alegre

## O que os partidos conquistaram nas eleições

Partido	votos na legenda	votos a prefeito	vereadores	prefeituras conquistadas
PPB	1.023.864	1.074.724	1.322	142
PMDB	1.018.256	1.253.381	1.285	158
PDT	894.760	1.012.119	928	82
PT	699 mil	1.083.466	327	26
PSDB	252.037	290.665	11	5

Total em 447 municípios

### PAULO MENEZES

Quando as urnas foram lacradas às 17h do último dia 3, estava selada uma mudança significativa na geografia política do Rio Grande do Sul. Seus desdobramentos, desde já são fundamentais para a eleição de 1988, quando se escolherá o próximo governador do Estado. Embalados pelos resultados das urnas, PPB, PTB e PT se movimentam para tirar o controle do Palácio Piratini das mãos do PMDB. O partido do governador Antônio Britto foi o que mais saiu chamuscado da eleição, e busca agora uma reestruturação interna que lhe possibilite continuar no comando político gaúcho.

O PMDB, PT, PPB e PDT colheram nas urnas mais de um milhão de votos cada um nas eleições majoritárias, dividindo assim o comando da maior parte das prefeituras do Rio Grande do Sul. O PTB tem como trunfo as 25 prefeituras conquistadas nesta última eleição e aposta no carisma do seu presidente estadual para ocupar a cadeira de governador. Mal saídos de uma eleição e faltando dois anos para a próxima, os partidos políticos gaúchos detonam a guerra sucessória ao Governo do Estado.

A prova definitiva de que os partidos já pensam nas eleições estaduais foi dada esta semana, quando as grandes siglas agendaram encontros para discutir estratégias para a próxima campanha. O PMDB marcou para o dia 18 deste mês uma reunião com as coordenadorias do partido, em Porto Alegre. Nela, tentará apagar o incêndio provocado pelo fraco desempenho nas eleições da capital. Além de amargar a rabeira, o PMDB perdeu duas vagas na Câmara de Vereadores. Na próxima legislatura o partido só terá dois dos 33 vereadores porto-alegrenses. "Não descartamos a hipótese da executiva estadual intervir

no diretório municipal de Porto Alegre pelos problemas que vêm acontecendo", diz o deputado estadual e presidente em exercício do partido, Giovani Feltes, referindo-se à troca de acusações entre os candidatos não-eleitos pela sigla. No dia 21 será a vez dos deputados estaduais, federais e senadores peemedebistas se encontrarem. "Vamos fazer uma avaliação e definir um roteiro para mobilizar o partido em todo o Estado, já se preparando para 98", revela Feltes. Nesta eleição, o Rio Grande do Sul teve 40 municípios a mais do que em 1992. Apesar disso, o PMDB conquistou 158 prefeituras, contra as 160 das eleições passadas.

**MAIOR SIGLA** - Apesar de ser a mais nova das siglas, o PPB, criado no dia 19 de setembro do ano passado, tendo como base o extinto PPR,

teve um desempenho capaz de despertar o sonho de seus dirigentes. De 114 prefeituras conquistadas em 92, a sigla saltou para 142 nesta última. "Na verdade, somos a maior sigla hoje do Estado. Elegemos, além dos prefeitos, 1.322 vereadores. Mu-

to mais que os outros partidos", destaca o presidente estadual do PPB, Celso Bernardi. Ele credita o sucesso à fidelidade e ao trabalho dos militantes que acompanharam a mudança de sigla. A partir desta semana o partido fará reuniões no interior do Estado preparando-se para uma grande convenção que será realizada no dia 24 de novembro. "Vamos preparar a estratégia de campanha para 98 e podemos até mesmo selecionar alguns nomes", diz o presidente do partido, sem querer adiantar alguns. "Nosso crescimento nos credencia a lutar sozinhos à sucessão no Palácio Piratini. Porém, isso não impede que mais tarde possamos analisar alguma coligação", avisa Bernardi.

### *Urnas traçaram nova geografia para o quadro político do Rio Grande*

# JORNAL DA ELEIÇÃO

PORTO ALEGRE, SEGUNDA-FEIRA, 7 DE OUTUBRO DE 1996

RIO GRANDE DO SUL

## Urnas redesenham mapa do poder

O PMDB elegeu pela terceira vez consecutiva a maior parte dos prefeitos gaúchos

O PMDB conquistou, pela terceira vez seguida, a maior parte das prefeituras do Rio Grande do Sul (158 de 467). O número equivale a 33% dos municípios nos quais houve disputa no dia 3 de outubro. Em Caxias do Sul, o partido tem chances de vitória no segundo turno, que será disputado entre Germano Rigotto e Pepe Vargas (PT). Haverá nova votação também em Pelotas, entre PDT e PT. Os números constam em um levantamento elaborado pelo Palácio Piratini e divulgado ontem à tarde, em uma entrevista coletiva do coordenador de Comunicação Social do governo gaúcho, Luiz Fernando Moraes.

O balanço aponta para o número de eleitores dos principais partidos revela, porém, um quadro de equilíbrio no Estado. Somadas as apurações extra-oficiais das eleições em todo o Estado, o PMDB foi o partido que mais recebeu votos (1.253.381). Em balado pela vitória em Porto Alegre no primeiro turno, o PT aparece em segundo lugar, com 1.083.466 votos. Outro dado revelado pelo estudo é que, apesar da perda de 21 prefeituras, o PDT, com mais de 1 milhão de eleitores, ainda ocupa uma posição de destaque entre as maiores siglas no Rio Grande do Sul.

O documento elaborado pelo governo do Estado ressalta que o PPB, aliado de Antônio Britto na administração estadual, foi a sigla que mais ganhou espaço. O partido do presidente da Assembleia Legislativa, José Otávio Germano, passou de 114 para 142 prefeituras no Rio Grande do Sul. O PDT caiu de 103 para 82, o PT passou de 8 para 16, e o PSDB, de 2 para 5. O Piratini comemora o fato de os partidos que apoiaram o governador conquistarem 70% das prefeituras gaúchas.



Voto a voto: as apurações revelaram um equilíbrio entre o número de eleitores das principais siglas

### O PERDE-E-GANHA

Partidos	Prefeituras eleitas em 1992	Eleitas em 3 de outubro
PMDB	158	158
PPB	114	142
PDT	103	82
PFL	6	16
PTB	14	25
PT	8	16
PSDB	2	5
PSB	0	0

### O BALANÇO DAS PREFERÊNCIAS

Partidos	Eleitores
PMDB	1.253.381
PPB	1.083.466
PDT	1.074.724
PFL	1.012.119
PTB	405.595
PT	290.665
PSDB	107.571
PSB	49.982

PORTO ALEGRE

## PT transfere técnicos para municípios

Página 2

SÃO LEOPOLDO

## Oposição tenta anular eleição

Página 10

NOVO HAMBURGO

## A lista dos vereadores eleitos

Página 11

RESULTADOS

## Números finais no Estado

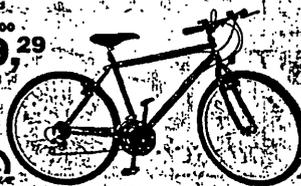
Páginas 18 a 27

Feira de Descontos **manlec**

De 26 de setembro a 11 de outubro

Você encontra estas ofertas na Feira de Descontos Manlec Bike no Dc Navegantes ou pelo Televentas Manlec.

BICICLETA MAGNA ASTUTE  
18 marchas, aro 26, câmbio shimano, freios cantilever, 50 unidades.  
A vista R\$ 189,00  
7x R\$ 29,29  
Total R\$ 208,03  
à entrada



BICICLETA MAGNA THUNDER  
18 marchas, aro 26, câmbio shimano, freios cantilever, 50 unidades.  
A vista R\$ 149,00  
7x R\$ 25,82  
Total R\$ 191,07  
à entrada



Se preferir, compare por telefone, até as 23:30h.

Por telefone você paga à vista, com cheque pré-datado ou cartão de crédito.

Discos de 100 unidades  
o número composto  
na capital ou interior

GRATIS

**unimed**  
PORTO ALEGRE

Ligue hoje mesmo:  
316.4646.

# ELEIÇÕES 98

Perguntar nunca é demais.  
UNISINOS

## Siglas perto do governo

Uma história quase sempre no poder



Embora já tenha mudado de nome quatro vezes e alinhado alianças políticas às vezes inusitadas, o PPB permanece fiel a sua vocação de auxiliar os governos.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, derrotado para o primeiro turno da eleição para o governo do Estado, em 1994, a sigla colocou-se ao lado do PMDB - adversário político histórico. Alguns cargos na futura administração acabaram na mão do partido. Na última convenção estadual, o PPB solicitou mais espaço num eventual segundo mandato do atual governo e conquistou a vaga de candidato a vice-governador.

A história do PPB começa há 33 anos, quando o Ato Institucional nº 2 (AI-2), editado em 27 de outubro de 1965, extinguiu o pluripartidarismo vigente até o golpe militar de 1964. Os políticos que não haviam sido cassados ou deportados se reorganizaram em dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), de sustentação ao governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição. Com a extinção do bipartidarismo, a maior parte dos arenistas passou para o Partido Democrático Social (PDS), depois Partido Progressista Reformador (PPR) e, finalmente, Partido Progressista Brasileiro (PPB).

Apesar de ter perdido parte dos filiados para o Partido Popular (PP), o Partido da Frente Liberal (PFL) e o Partido Liberal (PL), o PPB ainda reúne na sigla o que cientistas políticos costumam classificar de direita no espectro partidário. Hoje, o partido só é governo estadual no Acre e em Tocantins, mas o número de prefeitos continua expressivo. No Rio Grande do Sul, é o partido com o maior número de administradores municipais. E em Estados estratégicos - como São Paulo -, o PPB mantém caciques de grande influência no destino do país. É o caso especial do ex-governador Paulo Maluf, arenista de primeira hora, que ajudou a criar o PDS, o PPR e hoje comanda o PPB com o cacife de alçar a prefeito da maior cidade latino-americana um político até então sem currículo partidário, como Celso Pitta.

### DA ARENA AO PPB



Paulo Maluf, líder nas pesquisas para o governo paulista, caducou a maioria do PPB nacional (foto ao lado, com Celso Pitta). Maluf pode ser acusado de infidelidade por ter deixado a Arena (do alibação Amiral de Souza) para o PDS (foto do Maluf com Nilson Macedezani, governador de Espirito Santo) e ajudou a criar o PPR.



A história contemporânea do PPB começa em novembro de 1965, quando nasce o bipartidarismo:

24/11/65: Ato Complementar nº 4 institui o bipartidarismo. Surgem a Aliança Renovadora Nacional (Arena), para dar sustentação ao regime militar, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição.

1973/80: Volta o pluripartidarismo. A Arena se transforma em Partido Democrático Social (PDS). Parte dos integrantes da Arena e do PMDB, porém, fundam o Partido Popular (PP).

5/7/84: Dissidentes do PDS criam o Partido da Frente Liberal (PFL).

25/6/85: Dissidentes do PFL e do PDS fundam o Partido Liberal (PL).

14/3/88: Dissidentes do PDS com o PDC (Partido Democrata-Cristão) surge o Partido Progressista Reformador (PPR).

14/9/95: Surge o Partido Progressista Brasileiro (PPB) a fusão do PPR com o PL (Partido Liberal).

### HOJE

O PPB é o partido com o maior número de prefeitos no Estado:

Rio Grande do Sul	
Filiados	138.795
Vereadores	1.422
Prefeitos	143
Vice-prefeitos	138
Deputados estaduais	13
Deputados federais	6

Brasil	
Filiados	1.994.000
Vereadores	7.043
Prefeitos	614
Vice-prefeitos	476
Governadores	2
Vice-governadores	2
Deputados federais	78
Deputados estaduais	134
Senadores	8

■ Amanhã: a história do PFL

Você vota pelas pesquisas ou pela sua consciência?

# ZERO HORA

1ª EDIÇÃO

PORTO ALEGRE, SÁBADO, 20 DE JULHO DE 1996

PORTO ALEGRE, SÁBADO, 20 DE JULHO DE 1996

## PÁGINA 10

*José Barrionuevo*

FOTOS DIVULGAÇÃO/ZH



### Equipe de campanha

Com 72 anos, o vereador Pedro Américo Leal (ao centro, de óculos) não reúne apenas a experiência do exercício de vários mandatos parlamentares. Com sete filhos, cinco genros, duas noras e 15 netos, ao lado da mulher Carmem Ibañez Leal, o bravo coronel de infantaria reúne uma grande equipe de dedicados cabos eleitorais para a conquista de mais um mandato na Câmara de Porto Alegre.

# ELEIÇÕES 98



COMPORTAMENTO

## Parente de político, político é

zer seu sucessor é o sonho de boa parte das pessoas públicas. Quando o sucessor é do mesmo sangue, o orgulho ganha contornos de realização

DIOGO OLIVIER e JANAINA RUBIM

**A** deputado estadual Luciana Genro é viúva, e o pai, o ex-prefeito de Porto Alegre Tarso Genro, é água dentro do PT. Luciana já criticou Tarso em assuntos internos como a mesma veemência que reclama do governador Antônio Brito. Os adversários do ex-prefeito vez por outra usam a discórdância com a filha para atingi-lo. A lógica, então, era Tarso querer esganar a filha a cada torpedado lançado. Mas não. Sorri feito guri quando a vê alçando vóos próprios, fazendo o próprio nome sem depender só do "Genro". E Luciana? Quando o pai foi vaiado na convenção do PT por se recusar a concorrer ao Senado, sentiu dor.

— Estão colocando o meu pai contra a parede, é uma injustiça — desabafou Luciana, que ficou entre a cruz e a espada nas prévias do PT e terminou não apoiando nem o candidato de sua corrente (Olivio Dutra), nem o pai.

Sobrenomes ilustres como cabos eleitorais existem desde sempre, nos mais variados matizes ideológicos. E sempre carregados de um indistigável orgulho em ver o sangue perpetuado na política.

O prefeito de Pelotas, Anselmo Rodrigues (PDT), não desgruda da filha. Quer eleger Adriana Rodrigues deputada estadual de qualquer jeito. Até no horário eleitoral aparece ao lado da filha, rosa vermelha na mão. E há os casais. O amor. Ah, o amor, sempre o amor. O mais notório exemplo é o de Eva Perón, na Argentina. Juan Perón e Eva formaram um par muito famoso. Quando se conheceram ele era coronel. Ela, uma atriz medíocre. Graças ao sobrenome do marido, conquistou influência na política do país. Virou mito, virou Evita no apelido doce dos pobres.

Em Caxias do Sul, o prefeito Pepe Vargas (PT) tem boas chances de ver a mulher, Ana Corso, conquistar uma vaga na Assembleia Legislativa. Ana foi a segunda vereadora mais votada na cidade em 1996, com 1.985 votos. É líder sindical há bastante tempo. Sua ficha no PT é anterior à do marido.

— Sempre que a Ana faz alguma coisa que dá certo, fico contente junto com ela — suspira o prefeito apaixonado.

Até na hora de comentar as habilidades políticas da filha Isadora, de nove anos, Pepe Vargas evidencia todo o orgulho de sentir nos filhos o gosto pela política. Mesmo que isso ainda não seja tão evidente assim.

— Gosto quando ela vai junto nas carreatas. Na última campanha, ela colou adesivo na mochila e distribuiu para as colegas — suspira Pepe.

Mas um bom exemplo da relação que há entre política e o parentesco perpetuado através do sobrenome aconteceu com os irmãos Postal. Alexandre é deputado estadual pelo PMDB. Fernando é prefeito de Guaporé. São gêmeos idênticos. Quando se discutia na Assembleia a lei do nepotismo, Alexandre foi para a tribuna, diante da iminência de ter que demitir o irmão, funcionário de seu gabinete na época.

— Vai ser como cortar um braço meu — resumiu Postal.



**O** bageense Alceu Collares, 71 anos, e a santanense Neuza Canabarro, 52 anos, não se separam nem nos santinhos e cartazes da campanha. A dobradinha é baseada, segundo eles, em uma sólida relação dentro e fora da política.

— Do mesmo ideal, a política, nasceu nosso amor — revela Neuza.

— Ela tem sido uma grande companhia num processo de aprendizado — elogia Collares.

Entre um elogio e outro, percorrem o Estado à cata de votos. Alguns eleitores, quando abordados no corpo-a-corpo, avisam que emprestarão seu voto a apenas um dos dois. O casal não se importa.

— A dobradinha não é fechada — brinca Neuza.

Caso os dois se elejam, Collares (candidato à Câmara) terá de passar parte da semana em Brasília. Neuza (candidata à Assembleia) ficará na Capital.

— Nossa relação, que já é forte, ficará mais ainda — acredita Neuza.



**H** ugo Lagranha, nesta campanha tem uma outra preocupação: eleger sua mulher, Derna, candidata a deputada federal.

— Preciso de um deputado para fazer ponte entre Brasília e Canoas, para o bem do município — justifica o prefeito de Canoas, atualmente em seu quinto mandato.

Aos 80 anos, com vitalidade invejável, Lagranha acompanha e estimula cada passo da campanha da mulher, com quem vive há 40 anos. É

a primeira vez que Derna concorre a um cargo eletivo, mas sempre teve um contato com a política, trabalhando na prefeitura de Canoas.

Além de Hugo e Derna, os Lagranha tem um outro santinho espalhado pela Região Metropolitana: o de Hugo Lagranha Neto, candidato a deputado estadual pelo PTB. O rapaz, porém, não conta com o apoio do avô.

— Ele que se defenda como puder. Está muito verde para concorrer — diz.



**O** deputado federal Paulo Palm não comenta abertamente que sonhava em fazer de seu filho um sucessor na política.

— Nós pensamos muito igual, ele me representou muito bem — orgulha-se o pai.

Dali à vida partidária, foi um curto passo. Em 1996, Jean, com apenas 20 anos, elegeram-se vereador do PT de Canoas. Foi o mais votado do partido no município.

bate marcado para se realizar na Grande Porto Alegre. Não teve dúvida: escolheu o filho Jean para substituí-lo.

— Nós pensamos muito igual, ele me representou muito bem — orgulha-se o pai.

Dali à vida partidária, foi um curto passo. Em 1996, Jean, com apenas 20 anos, elegeram-se vereador do PT de Canoas. Foi o mais votado do partido no município.



**A** política faz parte do sangue da família Busatto-Maranhão. César é candidato a deputado estadual. Clénia, vereadora, é uma das coordenadoras de sua campanha. Os filhos Carlos e Leonardo, gêmeos de 15 anos, são cabos-eleitorais efetivos da candidatura.

Em 1992, quando resolveu ingressar na política, Clénia Maranhão espelhou-se no marido. No mesmo partido, é claro.

— Respeitar a opinião do outro é a base do relacionamento — recita a peemedebista.

— Ela sempre soube compatibilizar política e família — elogia o peemedebista.

Este ano, quando começaram a estudar a possibilidade de concorrerem, concluíram que teriam condições (financeiras e familiares) de sustentar uma só candidatura. Decidiram-se, então, pela de César.

— A coesão familiar dá força a nossa coesão na política — explica Clénia.

### UM PARTIDO CHAMADO FAMÍLIA



**■** Eva Duarte era uma atriz de terceira categoria até conhecer Juan Domingo Perón. Na Casa Rosada, Perón a transformou em Evita, a mãe dos descaimados. Evita brigou para ser a vice de Perón, mas morreu de câncer aos 33 anos.



**■** João Vicente Borja foi o filho do senador Borja. Em 1994, Luciana Genro elegeu-se deputada estadual pelo PTB. Agora, dona de seu próprio mandato na Câmara, pelo RIG, concorre à reeleição.

**■** Os Catarinenses gostam tanto do senador Esperidião Amin que elegeram sua mulher, Angela, deputada federal. Depois ela tentou ser governadora, mas não conseguiu. Em 1996 conquistou a prefeitura de Florianópolis.



**■** Deputada federal em 1986, Rita era só a mulher de Gerson Camata, ex-governador do Espírito Santo e hoje senador. Com boas idéias, fez de Gerson seu marido.



**■** Deputada federal em 1986, Rita era só a mulher de Gerson Camata, ex-governador do Espírito Santo e hoje senador. Com boas idéias, fez de Gerson seu marido.

**■** Antônio Carlos Magalhães preparou o filho para vê-lo na Presidência da República, mas Luis Eduardo morreu de enfarte, em abril, aos 43 anos.

ELEIÇÕES 98

# Faltam mulheres nas listas de candidatos

Um estudo realizado na UFRGS confirma que a aprovação familiar é fundamental para a decisão de concorrer

DULCI EMERIM

ANTÔNIO PACHECO/ZH

**A**ssegurada pela Lei Eleitoral, a participação das mulheres nas nominatas de candidatos à Assembleia Legislativa ficará abaixo da cota de 25%, fixada para a eleição de 1998. Embora as mulheres representem mais de 50% do eleitorado gaúcho, os partidos não conseguiram encontrar candidatas em quantidade suficiente para preencher todas as vagas.

O ex-deputado federal Wilson Müller, secretário-geral do PDT, tem uma explicação para o fenômeno da falta de mulheres dispostas a concorrer:

— Os partidos têm mulheres interessadas em participar da disputa eleitoral. São os maridos que impedem as candidaturas.

O palpite do ex-deputado não está longe da realidade pesquisada pelas professoras Maria Lúcia Moritz e Celi Regina Pinto, autoras de um estudo acadêmico em fase de conclusão, no Departamento de Ciência Política da UFRGS. No universo das mulheres eleitas em 1996, a maioria entrou para a vida política pelas mãos do pai, do marido ou de um irmão. As candidatas com trajetórias autônomas baseadas em convicções ideológicas, como a vereadora porto-alegrense Maria do Rosário (PT) ou a prefeita de Alvorada, Stela Farias (PT), são a minoria. Segundo Maria Lúcia, a pesquisa mostra que os partidos de centro-esquerda abrigam o maior número de mulheres com carreira política desvinculada de laços familiares.

Com a maior nominata feminina no Estado — 12 candidatas à Assembleia Legislativa —, o PT confirma a tese das pesquisadoras. O presidente estadual da sigla, Júlio Quadros, diz que a tradição de reservar uma cota dos cargos de direção para as filiadas determinou a formação de um quadro feminino mais atuante do que o de outros partidos. Para a cientista política Maria Isabel Noll, a lei eleitoral não tem o poder de alterar de forma artificial o predomínio masculino no panorama político nacional. Se não houver número suficiente de mulheres para preencher 25% da relação de candidatos, a lei eleitoral veda aos partidos o uso dessa cota para inscrever mais candidatos homens.



## Sem o apoio do marido

Cortejada há mais de dois anos pelo PDT de Santo Antônio da Patrulha, Vera da Silva Portal, 40 anos, vive o dilema de muitas mulheres, dividida entre as lides domésticas e a realização pessoal. Mãe de três filhos, com idades entre 12 e 21 anos, Vera recusou a contragosto o convite para se candidatar à Câmara de Vereadores na eleição de 1996. Para explicar o motivo da negativa, ela não

precisa de palavras. Um olhar na direção do marido, Ademar, 47 anos, que responde com meio sorriso, é suficiente.

Ex-coordenadora da creche municipal e fundadora do clube de mães do distrito de Evaristo, a 12 quilômetros da sede do município, Vera conquistou o respeito da comunidade de cerca de mil eleitores. De olho na popularidade de Vera, o PDT mobi-

lizou o deputado Ciro Simoni para tentar fazer o produtor de arroz Ademar mudar de idéia, durante uma festa da paróquia. Reticente, o marido teme, além de um eventual abandono da família, as despesas com a campanha. Persistente, Vera está em campanha para fazer Ademar mudar de idéia antes das eleições municipais do ano 2000.

## OS NÚMEROS

Filiação registrada em 1998 no TRE:

Sigla	Mulheres	Homens
PDT	79.044	123.818
PMDB	55.904	112.031
PPB	45.933	92.862
PT	27.388	42.105
PSDB	20.253	24.914
PFL	17.680	23.988
PSB	10.160	13.771
PL	7.740	9.220
PCRB	7.731	7.731
PPS	3.317	3.379
PT do B	784	740
PSU	255	229
Prona	172	259

## LEIS DE MULHERES

Os principais projetos aprovados das deputadas estaduais gaúchas:

- Maria Augusta Feldman (PSB)**
- Garantia de matrícula na escola pública mais próxima para alunos com deficiência.
  - Instituição de regras para o descarte de artefatos que contenham metais pesados.

- Maria do Carmo (PPB)**
- Destinação de 5% das operações de crédito de instituições financeiras à aquisição de terra por pequenos agricultores.
  - Complementação da lei que autorizou a concessão de incentivos às indústrias automotivas, para que os benefícios também sejam recebidos por pequenos e microempresários do Estado.

- Cecília Hypolito (PT)**
- Regulamentação do Sistema Único de

- Saúde (SUS) no Estado.
- Projeto ambiental de proteção das lagoas do Rio Grande do Sul.

- Luciana Genro (PT)**
- Desconto nas passagens intermunicipais para desempregados.
  - Acesso a crédito público e incentivos fiscais estaduais para empresas que cumprirem legislação federal que determina instalação de creches ou reembolso dessas despesas para as trabalhadoras.

- Jussara Cony (PC do B)**
- Estabelecimento de normas sobre o uso do silicone em implantes.
  - Ressarcimento da taxa de inscrição em concurso público em caso de suspensão.

SEGUIE

ELEIÇÕES 98

## Partidos investem pouco em formação

Reserva de vagas é insuficiente para mulheres

SANDRA CARVALHO  
Sucursal/Brasília

Apesar da exigência da lei eleitoral de que os partidos políticos tenham 25% de suas nominatas para a Câmara dos Deputados e para a Assembléia Legislativa formadas por mulheres, as legendas continuam sem investir em lideranças políticas femininas. O temor dos movimentos femininos é de que ocorram as chamadas "candidaturas laranjas" — mulheres que saiam candidatas apenas para completar a porcentagem exigida.

A socióloga e historiadora Sônia Malheiros Miguel, assessora do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEME), lembra que, sem investimento na capacitação de mulheres, os próprios partidos serão prejudicados:

— Os homens não nascem prontos para a política, eles são preparados, o que não ocorre com as mulheres.

As mulheres conquistaram o direito ao voto há apenas 65 anos. Apesar de representarem metade do eleitorado brasileiro, hoje há somente 38 mulheres num universo de 513 deputados federais e seis parlamentares ocupando cadeiras no Senado, de um total de 81 senadores. No Rio Grande do Sul, o eleitorado feminino supera o masculino, mas há somente cinco deputadas estaduais e duas federais, além de uma senadora.

Autora do projeto de lei que estabeleceu o percentual obrigatório de mulheres em nominatas para as eleições proporcionais, a deputada Martha Suplicy (PT-

### AS CANDIDATAS

Número de mulheres já confirmadas pelas convenções no Estado:

	Câmara	Assembléia
PTB	5	9
PSDB	6	6
PC do B	1	1
PSB	1	1
PT	4	12

SP) comemora o que classifica de sucesso da medida. Cita dados do Instituto Brasileiro de Administração Municipal, segundo os quais a política de cotas teve influência no resultado das eleições de 1996, aumentando o número de vereadoras no país de 5,5% para 12%. O senador José Fogaça (PMDB-RS) também ressalta a importância das cotas:

— Em alguns anos, as cotas se tornarão desnecessárias porque o número natural de candidatas poderá ser maior do que esse percentual exigido hoje.

A briga agora é para que as fichas de inscrição nos Tribunais Regionais Eleitorais informem o sexo do candidato. Pelos dados do Tribunal Superior Eleitoral, 30,57% dos 5.378 prefeitos eleitos em 1997, ou seja, 1.644 chefes do Executivo Municipal têm como inexistente o dado sobre o sexo do eleito. Foram eleitos 3.544 prefeitos homens (65,9%) e 190 mulheres (3,53%). Dos 58.248 vereadores, 35.455 são homens (60,87%), 4.420 mulheres (7,59%). Mais de 18 mil vereadores (31,54%) não informaram o sexo à Justiça Eleitoral.



CASSIANO DEL RE - ESPECIAL/ZH

## Campanha modesta

Única candidata do PMDB na região do Planalto Médio, a professora Marivone Casteli, 48 anos, conta com o apoio da família para enfrentar a campanha para conquistar uma vaga na Câmara dos Deputados. Apesar da falta de recursos financeiros, ela espera conseguir o apoio de amigos. Só não terá o voto do marido. O médico boliviano Santiago, 61 anos, não é naturalizado brasileiro.

Para Marivone, que durante três anos foi titular da 7ª Delegacia de Ensino, com sede em Passo Fundo, a participação das mulheres na política ainda é reduzida devido às dificuldades de uma disputa eleitoral. Ela considera importante a exigência do percentual mínimo de mulheres nas nominatas e acha pouco provável que sejam lançadas candidaturas femininas apenas para cumprir a lei.

ÁFRIO MAZZEI - ESPECIAL/ZH

## Reclamação dos filhos

A vereadora petista Nádia Meserlian La Bella, 37 anos, é a única mulher da região da Campanha a disputar uma vaga à Assembléia Legislativa este ano. Professora das redes estadual e municipal desde 1982, ela é precursora na atividade partidária em Bagé. Em 1992, foi a primeira vereadora eleita no município desde 1964.

Para Nádia, o fato de ser a única representante feminina da região terá influência na hora do voto. Em sua avaliação, a tradição cultural de que "mulher não vota em mulher" ainda é bem forte na região. Na Campanha, há apenas cinco vereadoras eleitas. Essa realidade, acredita, está mudando com a política de cotas, que "ameniza o preconceito". Casada com o jornalista Mário Pinheiro, atual presidente do PT em Bagé, tem dois filhos — Pablo, 15 anos, e Diego, 12 —, que reclamam da sua falta de disponibilidade.



Vida sedentária é terrível para cardíacos. Não ter um Plano de Saúde Unimed também.

**unimed**  
PORTO ALEGRE

Ligue hoje mesmo: 331.1677. [www.unimed-poa.com.br](http://www.unimed-poa.com.br)

A nossa vida é cuidada por sua

**Anexo B – Carta do Presidente do PPB**



Preciso(a) candidato(a):

POA, 15/07/96

O pretador, JOSÉ DO NASCIMENTO JUNIOR, está preparando tese de mestrado na UFRGS sobre "Representações e Práticas na Política" um estudo sobre o Partido Progressista Brasileiro - P.P.B.

É um trabalho muito importante e vai oferecer um perfil das propostas e da forma de atuação na campanha e na ação governamental do P.P.B.

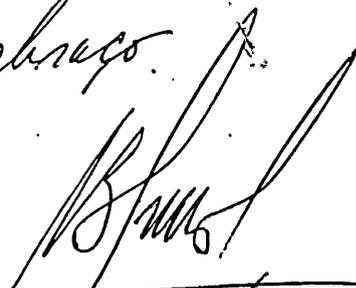
Diante desta realidade, temos o máximo interesse em apoiar o José do Nascimento Junior e o seu trabalho.

Pela presente apresentação estamos solicitando o apoio de nossos candidatos no sentido de concederem entrevistas e outros elementos e dados sobre campanha etc...

Convictos de costumarmos boa vontade,

Desde já agradecemos, com os votos de  
sucesso.

Um grande abraço.

  
Fus. PPB/RJ.

P.S. A apresentação é também para os  
dirigentes do PPB/RJ e Metropolitanos.

**Anexo C – Folhetos de campanha**



# PEDRO GUEDES

V E R E A D O R



# 11663



## acredite

### Porto Alegre pode mais

# MARIA do CARMO

VICE PUGGINA

# 11

PREFEITA

## VOTO ELETRÔNICO PARA VOTAR CERTO

Nas eleições 96 você utilizará esta máquina para votar para Prefeito e Vereador

Na parte superior da tela, após digitar os números do seu candidato, aparecerão os dados contendo nome, número e partido.

SEU VOTO PARA PREFEITO

NOME: MARIA DO CARMO  
NÚMERO: **11**  
PARTIDO: PPB

APERTE A TECLA:  
**VERDE PARA CONFIRMAR**  
**LARANJA PARA CORRIGIR**

JUSTIÇA ELEITORAL

1	2	3
4	5	6
7	8	9
0		

Teclado com os números para você digitar o número do seu candidato ou partido.

Tecla verde para confirmar o voto.

Tecla laranja para corrigir o voto.

Na parte inferior da tela você terá informações para votar certo.

## VOTAR PARA PREFEITO

Para votar no 11 da Maria do Carmo aperte duas vezes o número 1



Para confirmar a sua escolha, aperte o botão VERDE.



Em caso de erro, aperte o botão LARANJA. Faça a sua correção e siga novamente as instruções acima.

## APÓS O SINAL SONORO VOTE PARA VEREADOR

Para votar em Pedro Guedes aperte 11663



Para Confirmar sua escolha, aperte o botão VERDE.



Em caso de erro, aperte o botão LARANJA. Faça a sua correção e siga novamente as instruções acima.

## PARA VOTAR NA LEGENDA PARTIDÁRIA



No teclado, aperte o número do partido **11**  
Para confirmar, aperte o botão VERDE.

# JO ROSITO

V E R E A D O R A

**PPB**

# 11696



## acredite

### Porto Alegre pode mais

# MARIA<sup>do</sup> CARMO

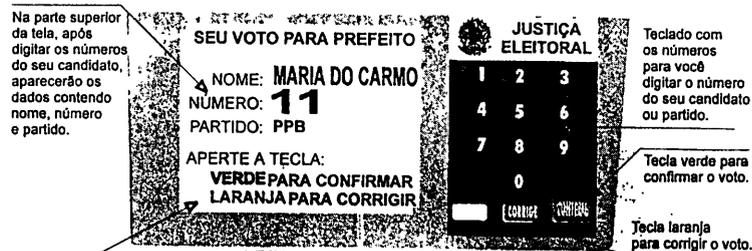
**VICE PUGGINA**

# 11

**PREFEITA**

## VOTO ELETRÔNICO PARA VOTAR CERTO

Nas eleições 98 você utilizará esta máquina para votar para Prefeito e Vereador



Na parte inferior da tela você terá informações para votar certo.

## VOTAR PARA PREFEITO

Para votar no 11 da Maria do Carmo aperte duas vezes o número 1

**CONFIRMA**

Para confirmar a sua escolha, aperte o botão VERDE.

**CORRIGE**

Em caso de erro, aperte o botão LARANJA. Faça a sua correção e siga novamente as instruções acima.

## APÓS O SINAL SONORO VOTE PARA VEREADOR

Para votar em Jo Rosito aperte 11696

**CONFIRMA**

Para Confirmar sua escolha, aperte o botão VERDE.

**CORRIGE**

Em caso de erro, aperte o botão LARANJA. Faça a sua correção e siga novamente as instruções acima.

## PARA VOTAR NA LEGENDA PARTIDÁRIA

**CONFIRMA**

No teclado, aperte o número do partido **11**  
Para confirmar, aperte o botão VERDE.

**MATZENBACHER**  
V E R E A D O R

**PPB**

**11661**



**acredite**

**Porto Alegre pode mais**

**MARIA do**  
**CARMO**  
**VICE PUGGINA**

**11**  
**PREFEITA**

## VOTO ELETRÔNICO PARA VOTAR CERTO

Nas eleições 96 você utilizará esta máquina para votar para Prefeito e Vereador

Na parte superior da tela, após digitar os números do seu candidato, aparecerão os dados contendo nome, número e partido.

SEU VOTO PARA PREFEITO

NOME: MARIA DO CARMO

NÚMERO: **11**

PARTIDO: PPB

APERTE A TECLA:  
**VERDE PARA CONFIRMAR**  
**LARANJA PARA CORRIGIR**



Teclado com os números para você digitar o número do seu candidato ou partido.

Tecla verde para confirmar o voto.

Tecla laranja para corrigir o voto.

Na parte inferior da tela você terá informações para votar certo.

## VOTAR PARA PREFEITO

Para votar no **11** da **Maria do Carmo** aperte duas vezes o número **1**

**CONFIRMA**

Para confirmar a sua escolha, aperte o botão **VERDE**.

**CORRIGE**

Em caso de erro, aperte o botão **LARANJA**.  
Faça a sua correção e siga novamente as instruções acima.

## APÓS O SINAL SONORO VOTE PARA VEREADOR

Para votar em **Matzenbacher** aperte **11661**

**CONFIRMA**

Para Confirmar sua escolha, aperte o botão **VERDE**.

**CORRIGE**

Em caso de erro, aperte o botão **LARANJA**.  
Faça a sua correção e siga novamente as instruções acima.

## PARA VOTAR NA LEGENDA PARTIDÁRIA

**CONFIRMA**

No teclado, aperte o número do partido **11**  
Para confirmar, aperte o botão **VERDE**.

**BETO MOESCH**  
V E R E A D O R **11680**



**acredite**

**Porto Alegre pode mais**

**MARIA**do  
**CARMO**  
VICE PUGGINA

**11**  
PREFEITA

## VOTO ELETRÔNICO PARA VOTAR CERTO

Nas eleições 96 você utilizará esta máquina para votar para Prefeito e Vereador

Na parte superior da tela, após digitar os números do seu candidato, aparecerão os dados contendo nome, número e partido.



Teclado com os números para você digitar o número do seu candidato ou partido.

Tecla verde para confirmar o voto.

Tecla laranja para corrigir o voto.

Na parte inferior da tela você terá informações para votar certo.

### VOTAR PARA PREFEITO

Para votar no **11** da **Maria do Carmo** aperte duas vezes o número **1**



Para confirmar a sua escolha, aperte o botão VERDE.



Em caso de erro, aperte o botão LARANJA. Faça a sua correção e siga novamente as instruções acima.

### APÓS O SINAL SONORO VOTE PARA VEREADOR

Para votar em **Beto Moesch** aperte **11680**



Para Confirmar sua escolha, aperte o botão VERDE.



Em caso de erro, aperte o botão LARANJA. Faça a sua correção e siga novamente as instruções acima.

### PARA VOTAR NA LEGENDA PARTIDÁRIA



No teclado, aperte o número do partido **11**  
Para confirmar, aperte o botão VERDE.

# Delson Medeiros

## Nº 11.646

Vereador = PPB



### Lealdade / Honestidade

Prefeita: Maria do Carmo

Vice: Percival Puggina

Prezados(as) Amigos(as),

Meu nome, DELSON DE JESUS LOPES DE MEDEIROS, sou Comerciante e Técnico Contábil, atuo nas Áreas de Recursos Humanos, Pessoal e Relações Trabalhistas, há mais de 25 anos, num Grupo Empresarial, desta Capital e com Unidades no Interior do Estado.

Tenho a honra de concorrer a Vereador pelo Partido Progressista Brasileiro - PPB. Na Câmara, pretendo trabalhar ativamente, com amor e com afinco, em prol da criança, do menor de rua, da pessoa portadora de deficiência e da pessoa idosa.

Uma coisa, lhes digo, quanto maior é o obstáculo, mais vibrante é a caminhada. Por isso, vou em frente, em busca do objetivo, com a ajuda de Deus e com o seu valioso apoio, chegarei à Câmara de Vereadores.

Não esqueça, **VOTE Nº 11.646 - DELSON MEDEIROS.**

E acredite, com Maria do Carmo e Percival Puggina, na Prefeitura, Porto Alegre será melhor, com certeza.

Muito obrigado,

*Delson Medeiros*



## *Tradição na vida pública*

*Porto Alegre, 23 de julho de 1996.*

*Prezado(a) Amigo(a):*

*Permita-me informar que sou candidato a vereador, em Porto Alegre, nas eleições municipais deste ano. Pretendo levar para a Câmara de Vereadores a mesma maneira de fazer política de meu irmão, Jarbas Lima, com quem aprendi os princípios fundamentais da vida pública. Como vereador proponho-me total atenção aos interesses legítimos dos cidadãos, sempre dentro do ordenamento jurídico e democrático, bem como de todos quantos se aliam no âmbito social ou espiritual para promover e valorizar a pessoa humana.*

*Submeto meu nome a seu criterioso julgamento. Quero deixar claro que, se o(a) ilustre Amigo(a) decidir diversamente, saberei compreender e continuarei a seu lado, como cidadão, na construção de um projeto de solidariedade que nossa cidade merece e precisa.*

*Atenciosamente,*



*Alceu Lima*

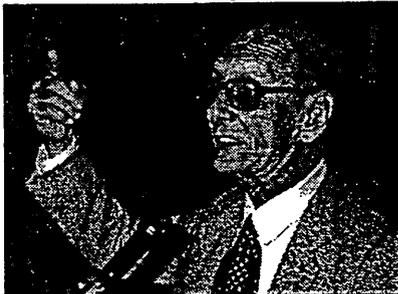
*Nº 11.620*

EM 3 DE OUTUBRO VOCÊ TEM  
UM ENCONTRO MARCADO COM

**EXPERIÊNCIA**  
**COERÊNCIA**  
**COMPETÊNCIA**

Deputado Estadual por quatro legislaturas e vereador concluindo mandato, Pedro Américo Leal tem a experiência necessária para funcionar Câmara Municipal como fator de

equilíbrio e bom senso. Coerente em suas atitudes e honesto em seus propósitos, Pedro Américo Leal demonstra em 25 anos de vida parlamentar competência, para legislar e energia, coragem e vibração para reagir na hora certa ao que é errado e lesivo aos interesses da Comunidade.



**A 3 de outubro dê seu voto a quem jamais  
fraudou sua expectativa.**

**PEDRO AMÉRICO LEAL**  
**Nº 11602**

**Segurança Já**



**Prefeita - Maria do Carmo**  
**Vice - Percival Puggina**

# RESULTADO DE UM TRABALHO

Preparamo-nos para uma eleição:  
03.out.1996.

Nela concorreremos a Vereador, sob a sigla do PPB.

É justo que realcemos algumas de nossas realizações, no período de 1992 a 1996, na Câmara de Vereadores.

Nosso trabalho foi concentrado em Segurança e na Saúde.

Não medimos esforços, cooperando em outras áreas, nos temas que preocupavam.

É fundamental, no trabalho de Vereador, a dedicação, quase exclusiva, a temas que lhes são familiares.

Assim, na área da Segurança, grande preocupação, até familiar, foi colocar a 1ª Cia. do 9º BPM, na Praça 15 de Novembro, ali, ao lado do Largo Glênio Peres.

Com 200 homens ocupando instalações da antiga Epatur, ultimamente sob o controle da "área azul", era fundamental que ali se instalasse.

A Brigada dispõe-se ao desaquecimento, em prol da Segurança do cidadão.

Trouxemos, com esta iniciativa, uma nova fisionomia ao Centro de Porto Alegre, desalojando de lá os bandidos, desocupados e trombadinhas, 24 horas por dia.

A Polícia Civil já instalara uma Delegacia, próxima à Estação Rodoviária, atendendo ocorrências, com a autoridade policial, do Delegado de Polícia.

Fica assim, a área central, adequadamente servida de policiamento.

Isso permitiu que o "CAI", nosso projeto de Segurança no Centro, se voltasse única e exclusivamente a uma unidade do Corpo de Bombeiros, na prevenção de incêndios, neste emaranhado que é o Centro de Porto Alegre.

Não somente foi esboçado um plano, se bem que modesto, de segurança do "coração da cidade", mas parcialmente realizado.

Tornamos realidade o "Memorial ao Policial", tombado no cumprimento do dever. A ser erguido na Praça Isabel, a Católica, confluência da Av. Borges de Medeiros, Aureliano de Figueiredo Pinto e Av. Praia de Belas, resultante de Decreto do Dr. Tarso



Genro, nº 11478, por nós solicitado, visando assistir o policial civil e militar, na sua dura tarefa: a luta contra a violência.

Simultaneamente, o Senhor Governador Antônio Britto considerava, através de Lei nº 10591, como acidente em serviço, a morte do Policial, no cumprimento do dever, decorrendo daí todas as suas garantias.

Por outro lado, a saúde, problema nacional, nos merecia atenção.

Na Comissão de Saúde, que somos vice-presidente, travamos conhecimento com a situação de falta de assistência às classes mais pobres, que não podem reclamar.

A municipalização da Saúde tornou-se nosso objetivo primordial, provocando várias intervenções na tribuna, no rádio, na TV.

Só o município mais perto pode ser presente e responsável. O que ocorrerá a 1º de agosto, necessitando a partir daí um difícil, mas necessário gerenciamento, que precisamos administrar. Inúmeros posto de saúde e Hospitais visitamos.

Concluímos que os 17 municípios vizinhos de Porto Alegre devem reunir-se em Conselhos, evitando o "abarroamento" de doentes, "descarregados" de ambulâncias, o que inviabilizará qualquer planejamento na área da saúde.

Esta foi a "idéia-força" que nos fez lutar denodadamente pela entrega de maiores verbas ao Pronto de Socorro. Estávamos com a razão.

Acho, cumprimos nossa missão!

Rumo à reeleição!

Pedro Américo Leal

# CENTRO DE PORTO ALEGRE COM MAIS POLICIAMENTO E PROTEÇÃO

O recente incêndio do Edifício Cacique no centro de Porto Alegre, que somente não se transformou em tragédia graças à coragem dos integrantes do Corpo de Bombeiros, mostrou o absoluto acerto do Vereador Pedro Américo Leal ao apresentar o Projeto CAI, aprovado pela Câmara de Vereadores e sancionada pelo Prefeito Municipal.

O projeto previa, inicialmente, a implantação de um Centro de Atendimento Integrado reunindo a Brigada Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros em um único local, ou seja terreno na Avenida Mauá, junto ao INSS, cedido pelo então ministro da Previdência, Antonio Britto.

A evolução do projeto redundou em um desmembramento, visando maior eficiência. Assim a Brigada Militar, através de uma companhia do 9º BPM, passou a ocupar no abrigo da Praça XV (frente para a Rua José Montauray); a Polícia Civil instalou uma Delegacia na Voluntários da Pátria, enquanto que a área original da Mauá foi destinada ao Corpo de Bombeiros, que abrigará três carros e o pessoal necessário à operação.

Esta iniciativa do vereador Pedro Américo Leal vem tendo o reconhecimento amplo da Imprensa, que sentiu o alcance do projeto que gera uma verdadeira revolução no policiamento e proteção do Centro de Porto Alegre. Até o final do ano, o novo prédio dos Bombeiros estará pronto, completando-se, assim, o feixe de proteção ao Centro, com presença constante da Brigada Militar, Polícia Civil e Corpo dos Bombeiros.

**ZERO HORA**

**INFORME ESPECIAL**

**Prevenindo tragédias**

Como resultado de um maior esforço de maior concentração populacional permanência vultosa, a repetição de tragédias que afetaram a população de Porto Alegre, a Prefeitura Municipal, através do Corpo de Bombeiros, localiza-se na Avenida Mauá e destina-se a atender à área central, concomitante aumento do número de ocorrências de incêndios e explosões, o que é hoje menor do que há uma década.

**ZERO HORA**

**INFORME ESPECIAL**

**Segurança no Centro**

Duas iniciativas seguras: o abrigo dos bombeiros, a fim de evitar tragédias como a que ocorreu no edifício Cacique, e a implantação de uma estação do Corpo de Bombeiros no centro da cidade, na Avenida Mauá, onde pelo menos um carro de bombeiros deverá permanecer em qualquer momento, para atender a qualquer emergência que possa ocorrer na área central.

**DIÁRIO OFICIAL DE PORTO ALEGRE**

**Centro terá posto de bombeiros**

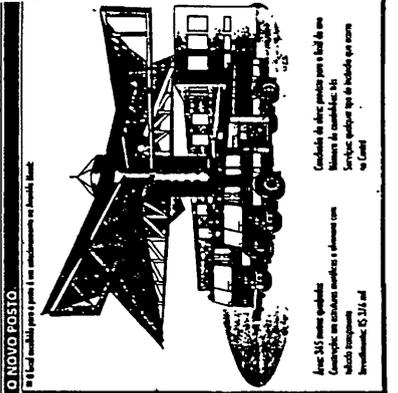
O Centro de Atendimento Integrado, que será instalado na Avenida Mauá, terá um posto de bombeiros, o que permitirá a atuação rápida e eficiente do Corpo de Bombeiros na área central da cidade.

**DIÁRIO OFICIAL DE PORTO ALEGRE**

**ATA DE JULGAMENTO**

Prestitura Municipal de Porto Alegre SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAS

**ZERO HORA**



**O NOVO POSTO**

Até o fim do ano, o novo posto de bombeiros estará pronto e em funcionamento na Mauá.

**Centro ganha novo posto de bombeiros**

As obras deverão terminar até o final do ano.

**Atas de Julgamento**

ATA DE JULGAMENTO

Prestitura Municipal de Porto Alegre SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAS

**ZERO HORA**

**SEGURANÇA DA POPULAÇÃO: A GRANDE E PERMANENTE PREOCUPAÇÃO DO VEREADOR PEDRO AMÉRICO LEAL**

# **Beto Moesch**

## **Vereador 11680**



**Maria do Carmo - Prefeita  
Percival Puggina - Vice  
Porto Alegre Agradece ao**



**Anexo D – Perfil dos candidatos a vereador**

## ANEXO 4 – Perfil dos candidatos a vereador

□

Nome	Est.Civil/ Idade	Profissão	Naturalidade	Residência
Adroaldo Bueno	Sol./50a	Func. Público	Porto Alegre	Menino Deus
Alberto Moesch	Sol./31a	Advogado	Porto Alegre	Petrópolis
Alceu Lima	Cas./54a	Aposentado	Lagoa Vermelha	Rio Branco
Bernardo Lopez	Solt./39a	Aux. Escritório	Bolívia	Passo das Pedras
Carlos Matzenbacher	Cas./51a	Médico e Jornal.	Porto Alegre	Petrópolis
Delson Lopes	Sep./50a	Contador	Caçapava do Sul	Menino Deus
Edgar Teixeira	Sep./47a	Eng. Mecânico	Porto Alegre	Morro Santana
Helena Mello	Solt./48a	Atend. Enferm.	Uberlândia/MG	Sarandi
Hernandi Mello	Solt./46a	Func Público	Quarai	Guaruja
João Dib	Div./67a	Eng. Civil/Vereador	Vacaria	Auxiliadora
João Nedel	Cas./54a	Contador	Cerro Largo	Rio Branco
Jocélia Rosito	Cas./49a	Psicóloga	Porto Alegre	Boa Vista
Jorge Goulart	Cas./60a	Militar da reserva	São Jerônimo	Cidade Baixa
José Cimirro	Solt./32a	Analista de Sistemas	Porto Alegre	Petrópolis
José de Paula	Solt./46a	Supervisor	Vacaria	Centro
José Luiz Rosa	Cas./61a	Aposentado	Porto Alegre	Mont Serrat
José Simenes	Desq./46a	Comerciante	Bahia	Passo da Areia
Judit Rangel	Solt./46a	Func. Público	Júlio de Castilhos	Petrópolis
Lindomar Souza	Cas./35a	Func. Público	Porto Alegre	Restinga Nova
Luis Claudio Abreu	Solt./57 <sup>a</sup>	Músico aposentado	Porto Alegre	-
Luis Horci	Cas./46a	Func. Público	Uruguaiana	Cristal
Luiz Litran	Cas./56a	Guarda Municipal	Porto Alegre	Petrópolis
Moacir Dias	Solt./	Detetive profissional	Sobradinho	Lomba do Pinheiro
Protásio Ferreira	Viúvo/52a	Autônomo	São Borja	Santana
Pedro Américo	Cas./72a	Militar da reserva/Vereador	Rio de Janeiro	Bela Vista
Pedro Paulo	Cas./50a	Comerciante	Santa Maria	Jardim Itú Sabará
Raul Casa	Cas./57a	Advogado/Rel. Púb.	Guaíba	Menino Deus
Reginaldo Camargo	Cas./50a <sup>a</sup>	Serralheiro/vendedor autônomo	Itaqui	Rubem Berta
Roosevelt Hanoff	Cas./41a	Advogado	Orleans – SC	Jardim Floresta
Tarso Boelter	Solt./23a	Estudante	Lagoa Vermelha	Menino Deus
Tereza Cunha	Cas./41a	Jornalista	Santo Angelo	Moinhos de Vento
Túlio Severo	Solt./36a	Comerciante/autônomo.	Porto Alegre	Bom Fim

**Anexo E – Pesquisa Fundação Perseu Abramo**

A tabela 1 traz um *ranking* de instituições segundo o grau de confiança hoje a elas atribuído. Note-se que com exceção da *família* nenhum outro item tem a confiança irrestrita da maioria, e que além da polícia militar, dos empresários e das igrejas evangélicas, são as instituições políticas ou seus representantes os que ultrapassam o patamar de 40% de não confiança: governo federal (43%), vereadores (46%), partidos políticos (49%) e congressistas (54%) – casos em que não apenas a confiança irrestrita é baixíssima (o inverso tampouco seria saudável), mas em que a não confiança é superior à confiança *até certo ponto*.

CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES				
INSTITUIÇÕES (em %)	Confia totalmente	Confia até certo ponto	Não confia	N.S./N.A/N.R.
1) FAMÍLIA	76	20	3	1
2) PROFESSORES	45	44	8	3
3) IGREJAS E PADRES CATÓLICOS	38	41	20	1
4) OUTROS PARENTES	33	52	14	1
5) JUSTIÇA E JUÍZES	20	47	30	3
6) MOVIMENTO SINDICAL	18	49	24	8
7) MOVIMENTO DOS SEM-TERRA	18	45	33	4
8) MILITARES	17	48	33	2
9) MOVIMENTOS POPULARES	16	53	25	6
10) VIZINHOS	16	53	29	3
11) COMPANHEIROS DE TRABALHO	16	46	15	23
12) GOVERNO FEDERAL	15	40	43	2
13) IGREJAS E PASTORES EVANGÉLICOS	15	40	44	2
14) POLÍCIA MILITAR	15	41	41	2
15) POLÍCIA CIVIL	14	44	39	3
16) TV, RÁDIO E IMPRENSA	13	62	23	2
17) EMPRESÁRIOS	9	45	43	4
18) VEREADORES	9	43	46	2
19) PARTIDOS POLÍTICOS	7	41	49	4
20) DEPUTADOS E SENADORES	7	35	54	4

**Anexo F – Termo de compromisso ético**



**PARTIDO PROGRESSISTA BRASILEIRO**

**DIRETÓRIO ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL**

## TERMO DE COMPROMISSO ÉTICO E DE QUALIDADE DE GESTÃO

Em razão do direito de disputar cargo público eletivo, na qualidade de candidato filiado ao Partido Progressista Brasileiro (PPB), observadas as exigências da Constituição, da Lei, do Estatuto, do Programa e do Código de Ética Partidária, bem como das diretrizes fixadas pelas Convenções e pelos Diretórios Nacional e Estadual, assumo formal e publicamente o presente Termo de Compromisso Ético e de Qualidade de Gestão.

1º - Minha conduta (atitudes e ações) será regida pelos seguintes princípios:

I - disciplina e fidelidade partidária, com o reconhecimento que o registro de minha candidatura é uma deferência partidária e que o mandato que venha conquistar pertence ao PPB;

II - zelo pela existência, pelo prestígio e pela unidade do Partido, contribuindo para difusão de sua doutrina e de seu programa;

III - cumprimento das decisões, diretrizes e recomendações dos órgãos partidários, acatando-as e apoiando-as;

IV - conduzir-me com lealdade e fraternidade na relação com os companheiros;

V - exercer com dignidade cargos de direção partidária, mandato parlamentar ou executivo e demais funções públicas (obedecendo ao programa, diretrizes e as deliberações legitimamente tomadas pelos órgãos partidários);

VI - pagar a contribuição financeira estabelecida pelo Diretório;

VII - se eleito, obrigo-me a fiel observância dos princípios da probidade e da moralidade administrativa, e, da qualidade de gestão;

VIII - obrigo-me a garantir uma forte participação comunitária na definição de prioridade e total transparência na aplicação dos recursos públicos;

IX - comprometo-me, no exercício do cargo, priorizar políticas em favor da valorização e do respeito a dignidade da pessoa humana, com ênfase para a agricultura, educação, saúde e segurança;

X - assumo o compromisso de defender a erradicação da impunidade através do combate sistemático à corrupção e a desonestidade pública, com o confisco dos bens mal-havidos, a punição severa dos beneficiários do enriquecimento ilícito e da malversação dos recursos públicos, visando à restauração da moralidade e da ética na administração pública e na vida nacional.

2º) Estou ciente de que o descumprimento de qualquer desses princípios assumidos acarretar-me-á medidas disciplinares, na forma da lei, do Estatuto e do Código de Ética Partidária.

Nome do candidato: .....

Cargo que disputa: .....

Local: ..... Data: ...../...../19.....

.....  
Assinatura

### TESTEMUNHAS:

.....  
.....

## BIBLIOGRAFIA

- ABÉLÈS, Marc. Mises en Scène et Rituels Politiques: un approche critique. In: **Hermes**. Paris, 8-9, 1990b.
- \_\_\_\_\_. **Anthropologie de L'état**. Armand Colin, Paris, 1990a.
- \_\_\_\_\_. **Jours Tranquilles en 89: ethnologie politique d'un departament français**. Odilon Jacob, Paris, 1989.
- \_\_\_\_\_. Modern Political Ritual. **Current Anthropology**, v. 29, n. 3, julho, 1988a.
- \_\_\_\_\_. L'Anthropologie et le politique. In: **L'Homme 97-98**, 1986a pp 191-212
- \_\_\_\_\_. L'État en Perspective. In: **Études Rurales 101-102**, 1986b pp 9-17
- \_\_\_\_\_. L'Anthropologie des Espaces Politiques Français. In: **Revue Française de Science Politique 38**, 5, 1988b pp 807-817
- \_\_\_\_\_. **La Vie Quotidienne au Parlement Européen**. Hachette, Paris, 1992
- ABÉLÈS, Marc e JEUDY, Henri Pierre. **Anthropologie du Politique**. Armand Colin, Paris, 1997.
- ARISTÓTELES. **Política**. Brasília, Ed. UNB, 1988.
- AUGÉ, Marc. Los dos Ritos y sus Mitos: La Política como Ritual. In: **Hacia una Antropologia de los Mundos Contemporaneos**. Gedisa Editorial, Barcelona, 1995.
- \_\_\_\_\_. El sentido de los otros: Actualidad de la antropología. Paidós, Barcelona, 1996.
- AUSTIN, JL. **Quando Dizer é Fazer: Palavras e Ação**. Ed Artes Médicas, Porto Alegre, 1990.
- BAILEY, F. G. Gifts and Poison. In: **Bailey, ed. Gifts and Poison: The Politics of Reputation**. Alline Chicago, 1968.
- BALANDIER, Georges. **Antropologia Política**. São Paulo, USP, 1969
- \_\_\_\_\_. **O Poder em Cena**. Brasília, UnB, 1982.

- \_\_\_\_\_. **Modernidad y Poder: El Desvio Antropológico**. Ed Júcar, Madrid, 1988.
- BAQUERO, Marcelo e PRÁ, Jussara Reis. Matriz Histórico-Estrutural da Cultura Política no Rio Grande do Sul e Padrões de Participação Política. **Cadernos de Ciência Política**, nº 3. Porto Alegre, PPG em Ciência Política/UFRGS, 1995.
- BELLIER, Irene. **Une Approche Anthropologique de la Culture des Institutions**. In: Abélès, Marc & Jeudy, Henri (org). *Anthropologie du Politique*. Armand colin, Paris, 1997.
- BOLLE, Willi. **Fisiognomia da Metr pole Moderna**. São Paulo, Edusp, 1994.
- BONTE, Pierre & Michel Izard. **Dictionnaire de L'Ethnologie et de L'Anthropologie**. Paris, PUF, 1991.
- BORGES, Zulmira N. **Quando a vida   um Dom: um estudo sobre a constru o da doença e as representa es sobre transplante renal**. Disserta o de mestrado. Porto Alegre, PPGAS-UFRGS, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Economia das Trocas Ling isticas**. São Paulo: Edusp, 1996.
- \_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- \_\_\_\_\_. **La Distinci n: Cr terio y Bases Sociales del Gusto**. Taurus, Madrid, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Le Sense Pratique**. Minuit, Paris 1980.
- CALVINO, Italo. **Cidades Invisíveis**. São Paulo, Ed. Cia. das Letras, 1990.
- CAMARGO, Aspásia. Os Usos da História Oral e da História de Vida: Trabalhando com as Elites Políticas. In: **Dados da Revista de Ciências Sociais**. Vol. 27, n  1, Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1984.
- CANEVACCI, Massimo. **A Cidade polif nica: Ensaio Sobre a Antropologia da Comunica o Urbana**. São Paulo, Nobel, 1993.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto & Luiz R. Cardoso de Oliveira. **Ensaio de Antropologia sobre a Moral e  tica**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Antropologia do Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

- CAZENEUVE, Jean. **Sociologia del Rito**. Buenos Aires, Amorrortu editores, 1972.
- CHAVES, Christine Alencar. Eleições em Burity: a pessoa política. In: **Antropologia, Voto e Representação Política**. Org. Moacir Palmeira e Marcio Goldman. Rio de Janeiro, Ed. Contra-Capa, 1996.
- CLASTRES, Pierre. **A Sociedade Contra o Estado**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1990.
- COHEN, Abner. Antropologia Política: El analisis del simbolismo en las relaciones de Poder. In: **Antropologia Política** (J.R. Llobera) org. Barcelona, Anagrama, 1979.
- \_\_\_\_\_. **O Homem Bidimensional - A Antropologia do Poder e o Simbolismo em Sociedades Complexas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- CRAPANZANO, Vicent. Diálogo. In: **Anuário Antropológico**. Brasília, Ed. UNB, 1991.
- DA MATTA, Roberto. A família como valor, considerações não familiares sobre a família à brasileira. In: **Repensando a Família Brasileira**. Rio de Janeiro, Ed. Espaço e Tempo - UFRJ, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Carnavais Malandros e Heróis para uma Sociologia do Dilema Brasileiro**. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1990.
- \_\_\_\_\_. **A questão da posse: tempo, sociedade ritual e Estado no Brasil**. Humanidades. Brasília, v. 1 n.2, jan/mar, 1983.
- \_\_\_\_\_. **O que faz o Brasil Brasil?** Rio de Janeiro, Rocco, 1991a.
- \_\_\_\_\_. **A Casa e a Rua**. RJ, Ed Guanabara, 1991b.
- \_\_\_\_\_. **Explorações: Ensaio de Sociologia Interpretativa**. Rio de Janeiro, Ed. Rocco, 1986.
- DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. Ed Perspectiva, São Paulo, 1976.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. **Da vida nervosa (nas classes trabalhadoras urbanas)**. Rio de Janeiro, Zahar/Cnpq, 1986.
- \_\_\_\_\_. Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. In: **Família em Processos Contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira**. Org. Ivete Ribeiro e Ana Clara Torres Ribeiro. São Paulo, Edições Loyola, 1995.

- DURKHEIM, E. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo, Edições Paulinas, 1989.
- ECKERT, Cornelia. Antropologia e a Narrativa. Biografia (MIMEO). **Texto apresentado no XVIII Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambú, MG, GT 11: História Oral e Memória 23 a 27 de novembro, 1994.
- ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo, Ed. Alta Omega, 1985.
- EVANS-PRITCHARD, E.E. **Os NUER**. São Paulo, Perspectiva, 1978.
- FERREIRA, Jaqueline. **O Corpo Sínico: um estudo sobre as representações sociais sobre o corpo, sintomas e sinais em uma Vila de classes populares**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre, PPGAS-UFRGS, 1993.
- FINNEGAN, Ruth. **Oral Traditions and the Verbal Arts**. Routledge, 1992 pp 91-111.
- FORTES, Mayer & Evans-Pritchard, E.E. **African Political Systems**. London, Oxford Univ. Press, 1966.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. Brasília, Ed. UNB, 1963.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Conocimiento Local - Ensayos sobre la Interpretación de las Culturas**. Barcelona, Ediciones Paidós, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Negara: O Estado Teatro no Século XIX**. Lisboa, Difel, 1991.
- GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo, Cia das Letras, 1987.
- GLUCKMAN, Max. **Política, Derecho y Ritual en la Sociedad Tribal**. Madrid, Ed. Akal, 1978.
- GOLDMAN, Márcio & Sant' Anna, R.J. Elementos Para Uma Análise Antropológica do Voto. Org. Palmeira, M. e Goldman, M. **In: Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro, Ed. Contra Capa, 1996.
- HEREDIA, Beatriz M. A. Política, Família, Comunidade. (org) Palmeira, M. Goldman M. **In: Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro, Contracapa, 1996.

- KANT DE LIMA, Roberto. **A Antropologia da Academia: Quando os Índios Somos Nós**. Petrópolis, Ed. Vozes/UFF, 1985.
- KANTOROWIZ, Ernest H. **Os dois corpos do rei : um estudo sobre a teologia política medieval**. São Paulo, Cia das Letras, 1998.
- KERTZER, David, I. **Ritual, Politics & Power**. New Haven and London: Yale University Press, 1988.
- \_\_\_\_\_. Rituel et symbolisme politiques des sociétés occidentales. In: **L'Homme**. Paris, p.121, 1992.
- KNAUTH, Daniela R. **Os Caminhos da Cura: Sistema de Representação e Práticas Sociais sobre Doença e Cura em Vila de Classes Populares**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre, PPGAS-UFRGS, 1991.
- KUSCHNIR, Karina. **Cultura e Representação Política no Rio de Janeiro**. In: **Antropologia, voto e representação política**. Org. Mário Goldmann e Moacir Palmeira. Rio de Janeiro, Contra Capa, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Política e Mediação Cultural – Um Estudo da Câmara Municipal do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Museu Nacional, UFRJ, 1993.
- LANDE, Carl H. "Introduction: The Dyadic Basis of Clientelism". In: Steffen W Schimidt et alii ( orgs), **Friends, Followers, and Factions: A Reder**. In: **Political Clientelism**. Berkeley: University of California Press, 1977.
- LEACH, Edmund R. **Sistemas Políticos da Alta Birmânia**. São Paulo: Ed. USP, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Antropologia** (org.) DA MATTA, Roberto. São Paulo, Atica, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Cultura e Comunicação**. São Paulo, Zahar, 1978.
- \_\_\_\_\_. **A diversidade da Antropologia**. Lisboa, Edições 70, 1989.
- LEAL, Ondina. **Do Diário de Campo: Os Percursos da Descoberta de Ser Gaúcho, do Ser Homem (e de ser mulher)**. In: Gozaga, S e Ficher, L A. **Nós os Gaúchos**. Ed da Universidade, Porto Alegre, 1993.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas, Papyrus, 1986.
- LEVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1985.
- \_\_\_\_\_. **El Hombre Desnudo**. Siglo Ventiuno ed., México, 1991.

- LIMA, Roberto Kant de. **A Antropologia da Academia: quando os índios somos nós.** Niterói/RJ, Vozes/UFF, 1985.
- LYNCH, Kevin. **A Imagen da Cidade.** São Paulo, Ed Martins Fontes, 1988.
- MAGALHÃES, Nara Maria E. **A Dimensão Simbólica da Política no Cotidiano – Uma Análise da Emissão da Mensagem Política e sua Reação por Grupos Populares de Porto Alegre, em Alguns Momentos Eleitorais.** Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, PPGAS – UFRGS, 1995.
- MAISONNEUVE, Jean. **Ritos: Religiosos y Civiles.** Barcelona, Editorial Herder, 1991.
- MAUSS, Marcel. A Prece. In: **Marcel Mauss.** Org. Roberto Cardoso de Oliveira. São Paulo, Ática, 1975.
- \_\_\_\_\_. **Ensaio sobre a Dádiva.** Lisboa, Ed. 70, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Técnicas Y Movimentos Corporales.** In: **Sociología y Antropología.** Madrid, Ed Tecnos, 1991.
- MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos.** Brasília, Editora da UNB, 1982.
- OLIVEN, Ruben G. **A Parte e o Todo.** Petrópolis, Ed Vozes, 1992a.
- \_\_\_\_\_. **A Antropologia de Grupos Urbanos.** Petrópolis, Ed Vozes, 1992b.
- PALMEIRA, Moacir & HEREDIA, Beatriz M.A. Os Comícios e a Política de Facções. In: **Anuário Antropológico/94.** Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1995.
- PALMEIRA, Moacir. Política, Facções e Voto. In: **Antropologia, Voto e Representação Política.** Org. Palmeira, M. e Goldman. M. Rio de Janeiro, Ed. Contra Capa, 1996.
- \_\_\_\_\_. Voto: Racionalidade ou Significado? In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo, nº 20, 1992.
- PERISTIANY, J. G. **Honra e Vergonha: Valores da Sociedade Mediterrânea.** Lisboa, Fundação Calouste Giubenkian, 1971.
- PINTO, Celi Regina Jardim. Das Formas de Fazer Política: as eleições municipais de Porto Alegre 1996. **Cadernos de Ciência Política nº 7.** Porto Alegre, PPG- Ciência Política-UFRGS, 1997.

- PITT-Rivers, Julian. **La Revanche Rituel Dans L' Europe Contemporaine**. Le temps moderne, march, 1987.
- RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. Preface. In: **African Political Systems**. Org. Fortes, Mayer & Evans-Pritchard, E.E. London, Oxford Univ. Press, 1966.
- RIFIOTIS, Theophilos. Pourquoi le Tuer? uma revisão do regicídio em contexto africano. In: **Revista do Centro de Estudos Africanos USP**. São Paulo, 18-19, 1996.
- RIVIÉRE, Claude. **As Liturgias Políticas**. Rio de Janeiro, Imago, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Os Ritos Profanos**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1997.
- SAHLINS, Marshall. Hombre Pobre, Hombre Rico, Gran Hombre, Jefe: Tipos Políticos da Melanesia y Polinesia. In: **Antropologia Política** (J.R. Llobera) org. Barcelona, Anagrama, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Ilhas da História**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.
- SCHULTZ, Alfred. **La Construcción Significativa del Mundo Social - Introducción a la Sociología Comprensiva**. Barcelona: Ed. Paidós, 1993.
- SCOTTO, Gabriela. Campanha de Rua, Candidados e Biografias. In: **Antropologia, Voto e Representação Política**. Org. Mário Goldmann e Moacir Palmeira. Rio de Janeiro, Contra Capa, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Representação e apresentação. Uma análise da campanha de Benedita da Silva à prefeitura do Rio de Janeiro**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, PPGAS-Museu Nacional/ UFRJ, 1994.
- SOARES, Luiz Eduardo. **Os Dois Corpos do Presidente e outros ensaios**. Rio de Janeiro, Ed. Relume-Dumará/ISER, 1993.
- SWARTZ, Marc, TURNER, Victor & TUDEN, Arthur. **Political Anthropology**. Chicago, Aldine, 1996.
- TROIS, João Fernando. **A cura pelo espelho: uma leitura antropológica dos dispositivos terapêuticos dos Grupos de Auto- Ajuda de Neuróticos Anônimos**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre, PPGAS, 1998.
- TURNER, Victor. **O Processo Ritual**. Petrópolis, Vozes, 1974.
- \_\_\_\_\_. **From Ritual to Theatre**. New York: Performing Arts Journal, 1982.

\_\_\_\_\_. **La Selva de los Símbolos**. Ed. Siglo Veintiuno, México, 1990.

VAN GENNEP, Arnold. **Os Ritos de Passagem**. Petrópolis, Vozes, 1978.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura**. Rio de Janeiro, Zahar, 1987.

\_\_\_\_\_. **Projeto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas**. Rio de Janeiro, Zahar, 1994.

VICTORA, Ceres. **Mulher, Sexualidade e Reprodução: Representação de Corpo em uma Vila de Classe Populares em Porto Alegre**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre, PPGAS-UFRGS, 1991.

WEBER, Max. **Ciência e Política duas vocações**. São Paulo, Cultrix, 1993.

#### **Outras referências:**

Jornal Zero Hora

Revista Teoria e Debate nº 38, 1998.